

Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna

Carlos Paulo Cerqueira Martins

Aspirante a Oficial de Polícia

Trabalho de Projecto do Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXII Curso de Formação de Oficiais de Polícia

Os Exames pelos Órgãos de Polícia Criminal

A permanência das pessoas no local de exame

Orientado por:

Subintendente da PSP Manuel Monteiro Guedes Valente

Lisboa, Abril de 2010

*À minha avó Rosa,
Pelo amor e carinho com que me criou.*

Agradecimentos

A palavra agradecimento é sinónimo de gratidão e de reconhecimento. Mais do que o significado da palavra, releva o sentimento que lhe está acoplado. Por isso é meu desejo que sejam reconhecidos todos aqueles que de alguma forma contribuíram para que eu concluísse este trabalho. Assim, venho desta forma singela prestar a devida homenagem e agradecer às seguintes entidades e pessoas:

Agradeço ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, e a todas as pessoas que nele trabalham, por todos terem contribuído significativamente para a minha formação pessoal e profissional.

Agradeço ao orientador deste Trabalho de Projecto, senhor Subintendente da PSP Manuel Monteiro Guedes Valente, que, imbuído no espírito académico que lhe é característico, me deu a liberdade suficiente para escrever e desenvolver as minhas ideias, sem nunca deixar de orientar a minha escrita e o meu pensamento, com sapiência e compreensão.

Agradeço, em especial, à minha namorada Cátia, por ser minha amiga e companheira, e compreender todas as minhas dúvidas e frustrações durante a elaboração deste trabalho. Também agradeço à minha família, pela paciência e compreensão que tiveram para comigo, pelos muitos dias em que não lhes pude prestar a devida atenção nem os visitar como é costume.

Agradeço aos meus camaradas de curso, com quem aprendi muito ao longo dos últimos cinco anos, e aos alunos e ex-alunos que conheci e com quem partilhei vários momentos de boa disposição.

Agradeço também a todos aqueles que contribuíram para a elaboração deste trabalho, pela atenção e pelo tempo dispendido, nomeadamente, aos Professores Doutores Germano Marques da Silva, José Damião da Cunha, Mário Ferreira Monte e Paula Espírito Santo, ao professor e Mestre em Direito João Costa Andrade, ao Procurador-Adjunto José Ramos, ao Subcomissário Tiago Lousa, ao meu tio Fernando Santos e à minha cunhada Neuza.

A todos vós, muito obrigado!

Resumo

A pesquisa, identificação e recolha de vestígios e de indícios numa pessoa, local ou objecto intervenientes num crime são tarefas integrantes daquilo que vulgarmente se designam por inspecções judiciárias, ou, em termos processuais penais, *exames*. A realização dessas inspecções cabe mormente aos Órgãos de Polícia Criminal (OPC), ainda que com a anterior ordem ou posterior supervisão da AJ competente. São os elementos policiais que, no âmbito da sua autonomia técnica e tática, dispõem dos conhecimentos suficientes para proceder à gestão do local do crime e à inspecção do local *stricto sensu*.

Entre as várias medidas cautelares possíveis de adoptar num *exame* ao local do crime, os OPC podem determinar que certas pessoas não se afastem desse local, recorrendo, se necessário, à *força pública* para que tal não aconteça, conforme resulta do artigo 173º do CPP. Neste âmbito, os OPC restringem a liberdade das pessoas indispensáveis à realização do *exame* ao local, restrição essa que é considerada por vários autores uma verdadeira detenção (atípica). Emanada a determinação para que as pessoas permaneçam no local do crime a examinar, e recusado o cumprimento por parte dessas pessoas, os OPC podem recorrer à *força pública*, e não cominar o crime de desobediência, para fazer valer a sua autoridade.

Palavras – Chave: exames; inspecções; liberdade; força; desobediência.

Lista de siglas

AJ – Autoridade judiciária
APC – Autoridade de Polícia Criminal
BAC – Brigadas Anticrime
BIC – Brigada de Investigação Criminal
CCiv. – Código Civil
CCFRAL – Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei
CEAP – Carta Ética da Administração Pública
CDSP – Código Deontológico do Serviço Policial
CP – Código Penal
CPP – Código de Processo Penal
CRP – Constituição da República Portuguesa
DCIC – Divisão de Coordenação de Investigação Criminal
DIC – Divisão de Investigação Criminal
DPTAC – Divisão de Polícia Técnica e Análise Criminal
EIC – Esquadra de Investigação Criminal
EIJ – Equipas de Inspeção Judiciária
EIIJ – Equipas de Identificação e Inspeção Judiciária
JIC – Juiz de Instrução Criminal
LOIC – Lei de Organização da Investigação Criminal
LOPSP – Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública
MP – Ministério Público
NAA – Núcleo de Apoio e Assessoria
NAG – Núcleo de Apoio Geral
NEP – Normas de Execução Permanente
NIC – Núcleo de Investigação Criminal
OPC – Órgão de Polícia Criminal
PSP – Polícia de Segurança Pública
SIC – Secção de Investigação Criminal
UPT – Unidade de Polícia Técnica

Índice

Agradecimentos	II
Resumo	III
Lista de siglas	IV
Índice de anexos.....	VII
Introdução	1
Apresentação e justificação do tema	1
O objecto de estudo, os objectivos e as hipóteses	2
A metodologia adoptada.....	2
Capítulo 1 – Do enquadramento temático dos exames	4
1.1. Introdução capitular	4
1.2. Da Prova	4
1.2.1. O conceito de prova	4
1.2.2. A admissibilidade da prova	7
1.2.3. Os meios de prova e os meios de obtenção de prova.....	9
1.3. Das medidas cautelares e de polícia	10
1.3.1. As medidas de polícia.....	10
1.3.2. As medidas cautelares e de polícia	12
1.4. Do enquadramento legal dos exames	14
1.4.1. A introdução aos exames	14
1.4.2. A distinção das perícias	17
1.4.3. A sujeição a exame	18
1.4.4. As medidas cautelares de preservação de vestígios.....	20
1.4.5. O exame como medida cautelar e de polícia	21
1.5. Conclusão capitular	23
Capítulo 2 – Da actuação policial nos exames.....	24
2.1. Introdução capitular	24
2.2. A natureza híbrida da PSP.....	24
2.3. A PSP como uma polícia criminal.....	25
2.4. A PSP e a investigação criminal	28

2.4.1. Breve perspectiva histórica	29
2.4.2. A estrutura interna da investigação criminal da PSP	30
2.4.3. As actuais competências da PSP na investigação criminal	31
2.4.4. As equipas de identificação e inspecção judiciária (EIJ)	32
2.5. Os procedimentos de inspecção ao local do crime	34
2.5.1. Os procedimentos preliminares no local do crime	36
2.5.2. Os procedimentos sistemáticos ou a inspecção ao local <i>stricto sensu</i>	37
2.6. Conclusão capitular	38
Capítulo 3 – Das pessoas no local de exame	40
3.1. Introdução capitular	40
3.2. A natureza e a finalidade do artigo 173º do CPP	40
3.3. A liberdade das pessoas no local do exame	42
3.3.1. O direito à liberdade como direito fundamental (breve reflexão)	42
3.3.2. As restrições ao direito à liberdade.....	43
3.3.3. O artigo 173º do CPP como medida restritiva da liberdade	44
3.3.4. Os pressupostos da sua aplicação	46
3.4. A recusa de permanência do local do exame.....	48
3.4.1. O conceito “obrigar”	48
3.4.2. A expressão <i>força pública</i>	49
3.4.3. O uso da força pela PSP.....	52
3.4.4. A aplicabilidade do crime de desobediência.....	54
3.4.4.1. O crime de desobediência	54
3.4.4.2. A não cominação verbal de desobediência no âmbito do 173º do CPP.....	57
3.5. Conclusão capitular	59
Conclusão	61
Bibliografia.....	64

Índice de anexos

Anexo 1 – Guião de entrevista individual	71
Anexo 2 – Entrevista a Germano Marques da Silva.....	73
Anexo 3 – Entrevista a José Damião da Cunha.....	75
Anexo 4 – Entrevista a Mário Ferreira Monte.....	78
Anexo 5 – Entrevista a João da Costa Andrade.....	81
Anexo 6 – Entrevista a José Ramos.....	84
Anexo 7 – Inspeções das EIIJ no ano de 2009	87

Introdução

Apresentação e justificação do tema

O processo penal é constituído por um conjunto de actos juridicamente pré-ordenados e legitimamente autorizados¹, dos quais fazem parte os *exames*. É na realização destes actos que podem ser adoptadas determinadas medidas cautelares para que as provas não se alterem ou desapareçam. E uma dessas medidas está prevista no art. 173º do CPP, que dita a permanência das pessoas no local do exame. Foi, numa leitura do Código de Processo Penal (CPP), na passagem sobre a matéria dos *exames*, constante nos artigos 171º e seguintes, que surgiu a dúvida relativamente à concreta aplicação do art. 173º por parte dos Órgãos de Polícia Criminal (OPC), que se traduziu na seguinte pergunta de partida: *Como deverá actuar o Órgão de Polícia Criminal perante a recusa de alguém em permanecer no local do exame?*

Numa primeira análise, verificou-se que o artigo supramencionado não esclarece devidamente como deve actuar o elemento policial (OPC) para manter as pessoas no local do *exame*. Assim, por curiosidade, foi pesquisada alguma bibliografia sobre o assunto e, em jeito de entrevistas exploratórias informais², foram questionadas algumas pessoas especialistas sobre a pertinência dessa matéria. De facto, verificou-se que, na bibliografia inicialmente pesquisada, os poucos esclarecimentos existentes não respondiam claramente à pergunta inicial e, nas opiniões aferidas, havia divergência de pensamentos quanto à actuação dos OPC nesses casos.

O estudo sobre tal artigo afigura-se essencial e pertinente por várias razões. A primeira é o facto da medida prevista no art. 173º do CPP integrar um conjunto de medidas cautelares a adoptar na realização de *exames*, que são das fases mais importantes numa investigação criminal. Outra razão é o facto de tal medida poder ser aplicada como medida cautelar e de polícia por um OPC, que tem um papel importantíssimo no processo penal. A última razão prende-se com o facto da sua interpretação levantar dúvidas quanto à sua aplicação prática, principalmente quando alguém se recusa a cumprir o estipulado no art. 173º do CPP. Neste âmbito, o CPP, como lei que tipifica o conjunto de actos a realizar no

¹ Germano Marques da Silva (2002), *Curso de Processo Penal*, Volume I, Lisboa, Editorial Verbo, p. 15.

² Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva, p. 69 e ss. São informais pelo facto de não terem sido incluídas neste estudo, mas fundamentais para a reflexão sobre o objecto a estudar.

âmbito do processo penal, não deve levantar dúvidas quanto à interpretação e aplicação dos actos previstos nos seus artigos.

Pelas razões enunciadas, foi idealizada a realização deste estudo, tendo como desafio versar sobre a medida cautelar em questão, aplicável enquanto medida cautelar e de polícia, por força da al. a) do n.º 2 do art. 249º do CPP. Convém, por último, salientar que este estudo, designado como Trabalho de Projecto, foi assim elaborado no âmbito do Curso de Mestrado Integrado em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

O objecto de estudo, os objectivos e as hipóteses

Pelo exposto anteriormente, ficou definido como objecto de estudo deste trabalho o art. 173º do CPP, aplicado como medida cautelar e de polícia, por força da al. a) do n.º 2 do art. 249º do CPP. Os objectivos gerais a atingir com a realização deste trabalho são os seguintes: abordar a matéria dos *exames* e da actuação policial nos *exames* aos locais dos crimes; analisar a medida prevista no art. 173º ao abrigo da al. a) do n.º 2 do art. 249º do CPP, como medida cautelar e de polícia a aplicar pelos OPC da PSP, mais concretamente, verificar se essa medida é ou não uma medida (com forte carga) restritiva da liberdade; conseguir decifrar o significado e entendimento da aplicação da *força pública* no âmbito da medida referida; e, por último, esclarecer sobre a aplicabilidade ou não do crime de desobediência em caso de recusa de permanência no local do *exame*.

Para responder à pergunta de partida anteriormente referida, colocamos as seguintes hipóteses:

- A medida prevista no art. 173º do CPP é uma medida restritiva da liberdade, em que o OPC, perante a recusa da pessoa em permanecer no local do exame, recorre à *força pública* para a manter no local.
- A medida prevista no art. 173º do CPP é uma medida restritiva da liberdade, em que o OPC, perante a recusa da pessoa em permanecer no local do exame, comina e, se necessário, detém a pessoa no local pelo crime de desobediência.

A metodologia adoptada

O trabalho realizado tem um cariz essencialmente teórico, podendo ser designado como uma investigação descritiva, pois “implica estudar, compreender e explicar a

situação do actual objecto de investigação”³. Para sua a realização foram utilizados dois métodos de recolha de informação: um método teórico, designado por revisão da literatura; e outro prático ou qualitativo, que consistiu na realização de entrevistas. O objectivo foi obter uma diversidade de informação (diferentes opiniões) sobre o objecto de estudo⁴. A revisão da literatura foi o método mais utilizado ao longo do trabalho, e consistiu na pesquisa e análise de bibliografia referenciada na área de direito penal e processual penal, desde a legislação vigente à revogada, passando também pela análise da doutrina, trabalhos, publicações e artigos que abordassem a matéria tratada neste trabalho de projecto.

As entrevistas foram realizadas a pessoas que, pela sua experiência e vastos conhecimentos sobre o processo penal⁵, pudessem dar um contributo para esclarecer o objecto de estudo, complementando assim a revisão da literatura. A maior dificuldade sentida com a aplicação deste método surgiu com o facto dos entrevistados preferirem responder a tais entrevistas por escrito, mediante envio do guião de entrevista individual⁶.

Quanto à estrutura do trabalho, esta compreende três partes distintas: a Introdução, o Desenvolvimento e a Conclusão. Tendo a primeira e a última parte as designações referidas, já o Desenvolvimento reparte-se em três capítulos, em que se explana a matéria do geral para o particular (ou seja, para o objecto de estudo).

No primeiro capítulo é tratada a matéria referente à prova, às medidas cautelares e de polícia e aos *exames*. No segundo capítulo, faz-se referência à Polícia de Segurança Pública (PSP) e aos procedimentos policiais a desenvolver no âmbito dos *exames* aos locais dos crimes. A inclusão deste tópico tem como finalidade fazer como que este trabalho não se afaste totalmente do carácter científico-policial que também o deve caracterizar. O terceiro e último capítulo do desenvolvimento versa concretamente sobre o objecto de estudo.

³ Cfr. Hermano Carmo e Manuela Malheiro Ferreira (2009), *Metodologia de Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*, 2ª Edição, Lisboa, Universidade Aberta, p. 231.

⁴ Como referem Hermano Carmo e Manuela Ferreira, a «investigação qualitativa é “descritiva”. A descrição deve ser rigorosa e resultar directamente dos dados recolhidos. Os dados incluem transcrições de entrevistas (...)» *Idem*, p. 198.

⁵ Ou seja, “informadores qualificados como especialistas no campo da (...) investigação.” O recurso a este método foi necessário para tentar obter resposta a “questões relevantes, cuja resposta não encontra na documentação disponível ou, tendo-a encontrado, não lhe parece fiável, (...)” *Idem*, pp. 144 e 145. Para isso, foi elaborado um guião de entrevista individual, com perguntas direccionadas para aferir a opinião dos entrevistados quanto ao objecto de estudo (entrevista dirigida). Cfr. Anexo 1.

⁶ Como tal, enquadramo-las como entrevistas não presenciadas, perdendo assim o carácter pessoal que lhe está subjacente, mas obtendo-se, na mesma, a opinião dos entrevistados relativamente ao objecto de estudo.

Capítulo 1 – Do enquadramento temático dos exames

1.1.Introdução capitular

Neste capítulo são abordadas três matérias diferentes mas complementares: a prova, as medidas cautelares e de polícia e os *exames*. Tal abordagem é feita de modo a que as duas primeiras matérias ajudem a perceber não só a terceira, mas também o nosso objecto de estudo. Sendo o objecto a estudar uma medida aplicável no âmbito dos *exames* e sendo estes meios de obtenção de prova que podem ser realizados no âmbito das medidas cautelares e de polícia, não era possível deixar de referir tais matérias, ainda que de forma sucinta.

Como tal, começa-se por abordar a matéria da prova, da sua admissibilidade, dos meios de prova e dos meios de obtenção de prova. Por serem meios de obtenção de prova, existe assim “uma estreita e incontornável ligação (...) entre os exames e a prova propriamente dita”⁷. Depois, definem-se as medidas cautelares e de polícia, fazendo-se a óbvia e essencial distinção entre essas e as medidas de polícia. Por último, surgem os *exames* e o regime geral previsto no CPP. Neste âmbito, não há o intuito de esmiuçar toda a matéria relativa aos *exames*, pois não só o trabalho está balizado por um limite de páginas, como também não se deve fugir ao objecto de estudo que é a actuação do OPC segundo o art. 173º aplicado como medida cautelar e de polícia, no âmbito dos *exames* aos locais dos crimes, por força da al. a) do n.º 2 do art. 249º do CPP.

1.2.Da Prova

1.2.1. O conceito de prova

A matéria da prova é das mais importantes matérias, senão a mais importante, do processo penal. Sendo o processo penal, nas palavras de Germano M. da Silva, o “modo de proceder para verificar juridicamente a ocorrência dos crimes, determinar os seus agentes e aplicar-lhes as penas e medidas de segurança, quando disso for caso”,⁸ a prova é determinante para reconstituir a verdade material sobre os factos ocorridos. Pois, como refere Pedro Amaral, na linha de outros Autores, o segredo do (in)sucesso de qualquer

⁷ Pedro Amaral (2005), “Os Exames, a inspecção judiciária” in *Politeia*, Ano II, n.º 2, Julho – Dezembro, Coimbra, Almedina, p. 47.

⁸ Germano M. da Silva (2002), *op. cit.*, p. 15.

processo está na prova⁹. Apesar de ser apenas em tribunal que ela é determinante para tal finalidade¹⁰, é ao longo de todo o processo de investigação que a matéria probatória vai sendo recolhida, para fundamentar as decisões dos vários titulares desse processo ao longo das suas diferentes fases – o Ministério Público (MP) na fase de inquérito, o juiz de instrução (JIC) na instrução e o juiz em sede de julgamento. Pelo facto do CPP não apresentar uma definição concreta de prova, tendo apenas no seu art. 123º que são “objecto da prova todos os factos juridicamente relevantes”, afigurou-se essencial começar por tentar esclarecer o seu significado.

Relativamente a esta matéria, Cavaleiro de Ferreira refere que a prova pode ser considerada como o “conjunto de meios de prova, ou como o resultado da apreciação dos meios de prova utilizados”¹¹. Segundo ele, e atendendo ao disposto no art. 341º do Código Civil (CCiv.), sendo o objecto do processo as “realidades de facto”, a prova destina-se à verificação da verdade dos factos, verdade essa que é correspondente à “que o juízo humano pôde alcançar; a uma certeza, (...) a uma convicção”¹². Demonstrar a realidade dos factos é “alcançar um juízo de certeza sobre esses factos, ou seja, a verdade”. Por isso, na opinião do Autor, há uma “estreita correlação entre a noção de prova e a apreciação ou juízo sobre a prova”, apreciação que será sobretudo feita na fase de julgamento. A prova é, assim, a “demonstração da realidade dos factos e é um juízo de certeza”¹³. Certeza que é exigida, em especial, para a decisão condenatória, mas já não é bem assim quanto aos factos relevantes para a absolvição.

Germano M. da Silva considera que o termo prova pode ser visto num “tríplice significado”. Enquanto “actividade probatória”, a prova é o “acto ou complexo de actos que tendem a formar a convicção da entidade decidente sobre a existência ou inexistência de uma determinada situação factual”. Já como “resultado”, a prova é “a convicção da entidade decidente formada no processo sobre a existência ou não de uma dada situação de facto”. E como “meio”, a prova é “o instrumento probatório para formar aquela convicção”¹⁴. E pelo mesmo caminho segue Tolda Pinto, esclarecendo que a prova pode

⁹ Cfr. Pedro Amaral (2005), *op. cit.*, p. 46, na linha de Cavaleiro de Ferreira (1986), *Curso de Processo Penal*, Vol. I, Lisboa, Editora Danúbio, pp. 203 e ss. e Germano M. da Silva (2002), *Curso de Processo Penal*, Vol. II, Lisboa, Editorial Verbo, pp. 95 e ss.

¹⁰ Cfr. art. 340º e ss. do CPP.

¹¹ Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986), *Curso de Processo Penal I*, Editora Danúbio, Lisboa, pág. 203.

¹² *Idem*, p. 204.

¹³ Que não é o mesmo que um juízo de opinião, que corresponde à probabilidade da demonstração da realidade, ou um juízo de suspeita, que é a possibilidade mais ou menos fundamentada e que por isso consente muitos graus. Cfr. Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986), *op. cit.*, p. 205. O negrito foi retirado do texto original.

¹⁴ Germano M. da Silva (2002), *op. cit.*, Vol. II, p. 100.

significar “a própria actividade de tentar convencer o tribunal de uma certa versão das coisas, exibindo documentos, interrogando testemunhas, etc. (...) os modos de reunir indícios que venham a servir para esse convencimento, isto é, a actividade de recolha dos elementos (...) [e] Os meios de prova em si”¹⁵.

Resumindo, e como refere Paulo de Sousa Mendes, a prova é uma palavra polissémica, cujo sentido se altera consoante o contexto em que se integra. Como explica o Autor, quando se fala de prova pode-se estar a referir a prova material, num sentido prosaico, a actividade probatória, os meios de prova ou o resultado da actividade probatória¹⁶. Assim, pode-se dizer que a prova açambarca vários significados, decorrentes do contexto em que a mesma é utilizada.

Por último, importa referir que intrinsecamente ligado a esta matéria surge também o conceito de tema da prova, onde relevam os factos que devem ser provados, ou “factos probandos”, sendo, em princípio, todos os juridicamente relevantes para o processo¹⁷. A prova que incide sobre estes factos probandos designa-se por prova directa, que se distingue da indirecta ou indiciária¹⁸. Outra classificação de prova, e que também nos interessa realçar, é que a mesma pode ser “pessoal ou subjectiva” ou “real ou objectiva”¹⁹.

¹⁵ A. A. Tolda Pinto (2001), *A Tramitação Processual Penal*, Coimbra, Coimbra Editora, pp. 281 e ss..

¹⁶ O Autor define a actividade probatória como o “esforço metódico através do qual são demonstrados os factos relevantes para a existência do crime, a punibilidade do arguido e a determinação da pena ou da medida de segurança aplicáveis (...)”. Num sentido prosaico, o Autor diz que as provas, enquanto provas materiais, “são os objectos relacionados com a preparação e a prática do facto qualificado como crime.” Como resultado da actividade probatória, a prova é definida como “a motivação da convicção da entidade decidente acerca da ocorrência dos factos relevantes, contanto que essa motivação se conforme com os elementos adquiridos representativamente no processo e respeite as regras da experiência, as leis científicas e os princípios da lógica.” Cfr. Paulo de Sousa Mendes (2004), “As proibições de prova no processo penal” in *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, Almedina, pp. 133-154.

¹⁷ Segundo o Autor, já “os factos juridicamente irrelevantes não só não constituem tema de prova, como são prejudiciais ao seguimento e clareza em causa.” Cfr. Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986), *op. cit.*, p. 206.

¹⁸ Segundo o Autor, a prova indirecta ou indiciária é aquela que “incide sobre factos diversos do tema da prova”, mas que dela se induz por raciocínio alicerçado em regras de experiência comum ou da ciência ou técnica, o facto probando”. Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986), *op. cit.*, p. 207. Também Tolda Pinto faz esta distinção, referindo que a prova diz-se “directa ou histórica” se incide directamente sobre os factos probandos, ou “indirecta ou crítica” se incidir sobre determinados factos que permitem, mediante ao recurso à regras de experiência, obtenção de ilações sobre o facto probando. A. A. Tolda Pinto (2001), *A Tramitação Processual Penal*, Coimbra, Coimbra Editora, p. 277.

¹⁹ A. A. Tolda Pinto (2001), *op. cit.*, p. 278. A prova “pessoal ou subjectiva” é aquela que resulta do acto de uma pessoa (declarações de arguido, depoimento de testemunhas, etc.). A prova “real ou objectiva” é aquela que resulta da observação de coisas que se relacionem com os factos probandos (exames, revistas, buscas, apreensões). No entanto, o arguido pode constituir meio de prova em um sentido duplo: num sentido material, através das declarações sobre os factos; e em sentido formal, na medida em que o seu corpo e o seu estado corporal podem ser objecto de exames.

1.2.2. A admissibilidade da prova

A questão da prova recolhida no âmbito de determinado processo poder ser ou não aceite está intrinsecamente ligada à questão conflituante entre a protecção dos direitos fundamentais e a prossecução das finalidades processuais penais. Se, por um lado, tem de haver o respeito e a garantia dos direitos e liberdades fundamentais, que são a base e a tarefa fundamental do próprio Estado²⁰, por outro lado, há a procura da realização da Justiça, finalidade primordial do processo penal.

A existência de normas constitucionais e legais que enformem esta matéria constitui um dos instrumentos de protecção dos direitos dos cidadãos face aos abusos praticados sobre esses direitos. Por isso é que um determinado facto pode não ser provado quando a forma como ele foi obtido não está de acordo com a CRP e o CPP, ficando a prova, nas palavras de Pedro Amaral, “inquinada”²¹.

Esta matéria está sobretudo ligada ao art. 32º, n.º 8 da CRP e aos artigos 125º e 126º do CPP; são estas as regras que balizam a admissibilidade da prova ou a sua proibição no âmbito do processo. O art. 125º estabelece que são admissíveis as provas (ou meios de prova) que não forem proibidas por lei. Sobre esta norma, Germano M. da Silva refere que a mesma pressupõe a existência e a proibição de utilização no processo de certos meios de prova não tipificados, bem como consagra “*a liberdade da prova*” por serem “admissíveis para a prova de quaisquer factos todos os meios de prova admitidos em direito”²². Neste âmbito, também Tolda Pinto refere que esta norma consagra o princípio da legalidade dos meios de prova, reflectindo o facto de que “não há (...) um catálogo fechado de meios de prova admissíveis – a regra é a da atipicidade”²³. Ou seja, não é necessário que a prova trazida para o processo e o modo como foi obtida estejam legalmente previstos, mas tão-só que não ultrapassem os limites impostos pelos artigos 32º, n.º 8 da CRP e o 126º do CPP. No entanto, Paulo de Sousa Mendes refere que tal liberdade de escolha dos meios de prova é “ilusória (...) pois é difícil imaginar que possa haver meios de prova totalmente diferentes dos típicos, demais a mais admissíveis.” Para o Autor, a única liberdade que existe é na escolha do meio de prova mais adequado ao processo em curso²⁴.

Quanto ao art. 32º, n.º 8 da CRP, de forma geral e abstracta, este impõe os limites à obtenção de provas mediante determinadas acções. Esta norma constitucional existe pelo

²⁰ Cfr. os artigos 2º e 9º, al. b) da CRP.

²¹ Pedro Amaral (2005), *op. cit.*, p. 46.

²² Germano M. da Silva (2002), *op. cit.*, Vol. II, p. 119.

²³ A. A. Tolda Pinto (2001), *op. cit.*, p. 280.

²⁴ Paulo de Sousa Mendes (2004), *op. cit.*, pp. 135 e 136.

facto de ser tarefa fundamental do Estado garantir os direitos e liberdades fundamentais e o respeito pelos princípios do Estado de Direito Democrático²⁵. Directamente relacionado com este artigo está o art. 126º do CPP, que elenca os métodos proibidos na obtenção de prova. A norma referida especifica os actos dos quais resulta a nulidade das provas²⁶, não podendo as mesmas ser usadas para sustentar a verdade material a alcançar pelo processo penal. Conforme explica Germano M. da Silva, a prova obtida mediante tais métodos é nula, inválida, não podendo ser usada no processo para fundamentar qualquer decisão²⁷. A previsão legal de tais actos estabelece uma “protecção de certos direitos ou interesses fundamentais e representam, por isso, limites à descoberta da verdade”²⁸.

Pelo contrário, Paulo Sousa Mendes refere que o art. 126º do CPP estipula “proibições absolutas e as proibições relativas (ou condicionais) de obtenção de meios de prova”²⁹. A utilização de métodos como a tortura, a coacção ou a ofensa à integridade física ou moral das pessoas em geral é absolutamente proibida para a obtenção de meios de prova. Da utilização desses métodos previstos nos n.º 1 e 2 do art. 126º do CPP resulta a nulidade das provas, não podendo essas ser usadas no processo, mesmo com o consentimento das pessoas visadas³⁰. Já o n.º 3 elenca os “métodos relativamente proibidos”, ou seja, os métodos em que, ainda que proibidos, as provas que deles resultam podem vir a ser utilizadas se tiverem sido obtidas com o consentimento dos visados³¹.

Como refere Tolda Pinto, as situações elencadas no art. 126º do CPP são apenas alguns dos métodos que não devem ser utilizados para obter provas. E diz-se alguns pois, o art. 126º tem carácter meramente exemplificativo, apenas estabelecendo “uma minuciosa regulamentação legal (...) para evitar qualquer intromissão na esfera dos direitos dos cidadãos através do estrito controlo judicial da actividade de todos os órgãos do Estado”³².

²⁵ Cfr. al. b) do art. 9º da CRP. O n.º 8 do art. 32º prevê que “São nulas todas as provas obtidas mediante tortura, coacção, ofensa à integridade física ou moral da pessoa, abusiva intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações.”

²⁶ Cfr. art. 118º do CPP.

²⁷ Germano M. da Silva (2002), *op. cit.*, Vol. II, p. 126.

²⁸ *Idem*, pp. 122 e 123.

²⁹ Paulo de Sousa Mendes (2004), *op. cit.*, p. 137.

³⁰ O n.º 2 do art. 126º do CPP enuncia que “São ofensivas da integridade física ou moral das pessoas as provas obtidas, mesmo que com consentimento delas, mediante: a) Perturbação da liberdade de vontade ou de decisão, através de maus tratos, ofensas corporais, administração de meios de qualquer natureza, hipnose ou utilização de meios cruéis ou enganosos; b) Perturbação, por qualquer meio, da capacidade de memória ou de avaliação; c) Utilização da força, fora dos casos e dos limites permitidos pela lei; d) Ameaça com medida legalmente inadmissível e, bem assim, com denegação ou condicionamento da obtenção de benefício legalmente previsto; e) Promessa de vantagem legalmente inadmissível.”

³¹ Este n.º 3 do art. 126º elenca que “são igualmente nulas, não podendo ser utilizadas, as provas obtidas mediante intromissão na vida privada, no domicílio, na correspondência ou nas telecomunicações sem o consentimento do respectivo titular.” Cfr. Paulo de Sousa Mendes (2004), *op. cit.*, p. 138.

³² A. A. Tolda Pinto (2001), *op. cit.*, p. 280.

Para além disso, a utilização de tais métodos pode vir a ser prejudicial para quem os utiliza, pois o n.º 4 do referido artigo esclarece que se o uso dos métodos de obtenção de prova constituir crime, podem as provas recolhidas ser utilizadas com o fim exclusivo de proceder contra aqueles que aplicaram esses métodos. A autoridade (judiciária ou policial) que, para obter o objecto com que foi cometido o crime, ou a sua localização, tiver agredido fisicamente o suspeito, e tal situação for devidamente comprovada, não só a prova obtida por aquele método é nula, como a própria autoridade pode ser alvo de um processo-crime.

1.2.3. Os meios de prova e os meios de obtenção de prova

Como a prova pode ser a demonstração da realidade dos factos, os meios de prova são os “meios para atingir esse resultado”³³. Os meios de prova podem ser pessoas ou coisas, facto que contribui para a distinção entre a prova pessoal e prova real. Enquanto que a prova pessoal “resulta de uma pessoa, como o depoimento de testemunhas ou declarantes”, onde as pessoas “relatam factos probandos de que têm conhecimento”, já a prova real “resulta da observação de coisas: documentos, os instrumentos do crime”. Na primeira, o meio de prova é o homem e, na segunda, o meio de prova é uma coisa. No entanto, o homem também pode ser objecto de prova real “quando é tomado como objecto de observação ou exame (...)”³⁴.

Actualmente previstos nos artigos 128º e seguintes do CPP, os meios de prova são os “elementos de que o julgador se pode servir para formar a sua convicção acerca de um facto”³⁵. Assim, os meios de prova legalmente previstos são a prova testemunhal (artigos 128º e seguintes), a prova por acareação (art. 146º), a prova por reconhecimento (art. 147º e seguintes), a reconstituição do facto (art. 150º), a prova pericial (artigos 151º e seguintes) e a prova documental (artigos 164º e seguintes).

Porém, existem também os meios de obtenção de prova, diferentes dos meios de prova, e que são definidos por Germano M. da Silva como os modos de investigação ou os “instrumentos de que se servem as autoridades judiciais para investigar e recolher meios de prova”³⁶. É através dos meios de obtenção que se pode conseguir obter meios de prova

³³ Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986), *op. cit.*, Vol. I, pp. 208 e ss.

³⁴ *Idem.* p. 209.

³⁵ Antunes Varela, J. Miguel Bezerra e Sampaio e Nora, Manual de Processo Civil, p. 452, citado em Magistrados do Ministério Público do Distrito Judicial do Porto (2009), *Código de Processo Penal – Comentários e Notas Práticas*, Coimbra, Coimbra Editora, p. 437.

³⁶ Germano M. da Silva (2002), *op. cit.*, Vol. II, p. 209. Da mesma opinião partilham Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *Código do Processo Penal Anotado*, Lisboa, Rei dos Livros, p. 869.

de “diferentes espécies, v. g., documentos, coisas, indicações de testemunhas”³⁷. Numa definição mais abrangente, Paulo de Sousa Mendes refere-se a estes meios como “os procedimentos e os instrumentos utilizados pelas autoridades judiciárias, pelas polícias criminais, pelos advogados e até pelos particulares (em especial, os assistentes) para a aquisição de meios de prova e a recolha dos mesmos no processo”³⁸. E é neste âmbito que actualmente se inserem os *exames*, previstos nos artigos 171º a 173º do CPP, que são mencionados adiante.

1.3.Das medidas cautelares e de polícia

1.3.1. As medidas de polícia

Depois de esclarecida a matéria relativa à prova, entra-se agora na matéria relativa às medidas cautelares e de polícia, começando pelas designadas medidas de polícia. A polícia aparece na CRP, no seu art. 272º, com a missão de defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos. Para João Raposo, esta polícia pode ser analisada num sentido orgânico ou institucional³⁹ e num sentido funcional ou material: *i.e.*, a polícia pode ser definida enquanto instituição (o conjunto de serviços policiais) ou enquanto actividade (modo de actuação administrativa próprio de tais serviços, autoridades e agentes)⁴⁰. Sendo esta última aquela que agora interessa, a polícia no sentido funcional ou material, Marcello Caetano define-a como “o modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir”⁴¹.

João Raposo refere que a polícia, nesse sentido, se traduz nos “actos jurídicos e as operações materiais desenvolvidas por certas autoridades administrativas – as autoridades policiais – e respectivos agentes de execução, com vista a prevenir a ocorrência de

³⁷ Germano M. da Silva (2002), *op.cit.*, Vol. II, p. 210.

³⁸ Paulo de Sousa Mendes (2004), *op. cit.*, p. 137.

³⁹ João Raposo define a polícia, em sentido institucional, como o “conjunto de serviços da Administração Pública com funções exclusiva ou predominantemente de natureza policial”. João Raposo (2006), *Direito Policial I*, Coimbra, Almedina, p. 24.

⁴⁰ João Raposo (2006), *op. cit.*, p. 27.

⁴¹ Marcello Caetano (2005), *Manual de Direito Administrativo*, Volume II, Coimbra, Almedina, p. 1150. No entanto, para Manuel Valente a intervenção da polícia não só quer evitar o perigo para os interesses gerais, como refere Marcello Caetano, mas também para que as condutas individuais não afectem interesses gerais e individuais, como o direito à vida, à integridade física, à liberdade pessoal, reserva da vida íntima privada, etc. Cfr. M. M. Guedes Valente (2009), *Teoria Geral do Direito Policial*, Coimbra, Almedina, p. 43.

situações socialmente danosas, em resultado de condutas humanas imprevidentes ou ilícitas”⁴².

Este Autor, seguindo a linha de pensamento de Marcello Caetano, diz haver várias modalidades de polícia, que se distinguem precisamente pela natureza das medidas que empregam. Apesar de referir que “toda a polícia é administrativa”, ele distingue a existência de uma polícia administrativa em sentido restrito e de uma polícia judiciária, sendo que a primeira se subdivide em polícia administrativa geral ou de segurança pública e em polícia administrativa especial⁴³.

Como polícia administrativa em sentido restrito, a polícia dispõe de certas medidas para o cumprimento da sua missão; medidas essas que são designadas por medidas de polícia. A CRP prevê no n.º 2 do art. 272º que as medidas de polícia são as previstas na lei, não devendo ser utilizadas para além do estritamente necessário⁴⁴, e com observância das regras gerais sobre a polícia e o respeito pelos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos. Já a Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, que aprovou a nova Lei de Segurança Interna (LSI), nos seus artigos 28º e 29º, enumera as medidas de polícia e as medidas especiais de polícia⁴⁵.

Hélder Valente Dias esclarece que estas medidas revestem a natureza de “medidas de segurança administrativas, determinadas por autoridades de polícia independentemente da verificação de um ilícito com vista a prevenir a sua ocorrência ou impedir a respectiva consumação, sendo a sua finalidade a prevenção e afastamento de perigos”⁴⁶. Francisco Bagina refere que a finalidade destas medidas é “imediate e essencialmente preventiva”⁴⁷ e, seguindo o pensamento de Germano M. da Silva, define as medidas de polícia como “actos em que se concretiza a intervenção policial para a realização das suas funções de

⁴² João Raposo (2006), *op. cit.*, p. 27. Já nesta óptica, Sérvulo Correia escrevera a polícia como a “actividade da Administração Pública que consiste na emissão de regulamentos e na prática de actos administrativos e materiais que controlam condutas perigosas dos particulares com o fim de evitar que estas venham a ou continuem a lesar bens sociais cuja defesa preventiva através de actos de autoridade seja consentida pela Ordem Jurídica.” Cfr. Sérvulo Correia (1994), “Polícia” in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Volume VI, Lisboa, p. 393.

⁴³ João Raposo, *op. cit.*, pp. 28 e 29.

⁴⁴ Inerente à aplicação destas medidas está principalmente a observância dos princípios da legalidade e da proporcionalidade *lato sensu*, englobando este último os princípios da proporcionalidade *stricto sensu*, da adequação, da necessidade e da exigibilidade e desenvolvidamente, cfr. M. M. Guedes Valente (2009), *op. cit.*, p. 137 e ss.

⁴⁵ Cumpre esclarecer que a aplicação das medidas especiais deve ser comunicada ao tribunal competente no mais curto prazo, não excedendo as quarenta e oito horas, conforme o art. 33º da LSI.

⁴⁶ Hélder Valente Dias (2006), *As medidas de Polícia Administrativa e a Polícia de Segurança Pública*, Trabalho Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial, Lisboa, ISCPSI, p. 58.

⁴⁷ Francisco António Carrilho Bagina (2009), “Medidas de polícia versus Medidas Cautelares e de Polícia” in M. M. Guedes Valente (coord.), *Estudos Comemorativos dos 25 Anos do ISCPSI em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida*, Coimbra, Almedina, pp. 260 e 261.

defesa a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, destinando-se, em especial, a proteger a vida e a integridade das pessoas, a paz pública e a ordem democrática, designadamente contra o terrorismo, a criminalidade violenta ou altamente organizada, a sabotagem e a espionagem, a prevenir e a reagir a acidentes graves ou catástrofes, a defender o ambiente e a preservar a saúde pública”⁴⁸. No entanto, há quem refira, como é o caso de Simões de Almeida, que estas medidas são uma “sub-espécie de actos de polícia”, cujo fundamento são “estados de urgência e de necessidade”, visando “controlar e evitar os perigos decorrentes de certas actividades ou do próprio exercício de direitos pelos particulares”⁴⁹.

1.3.2. As medidas cautelares e de polícia

Enquanto que a polícia administrativa aplica as medidas de polícia, a polícia de natureza judiciária dispõe de medidas cautelares e de polícia para a prossecução da sua missão de auxiliar na administração da justiça. De acordo com João Raposo, a polícia de natureza de polícia judiciária ou polícia criminal⁵⁰ “tem por objecto a prevenção dos crimes e a investigação daqueles que, não obstante, foram cometidos, com vista à repressão da criminalidade”⁵¹. Desta feita, como afirma Simões de Almeida, “a lei processual penal, ao referir-se a autoridades e órgãos de polícia criminal, concomitantemente está a referir-se a autoridades e órgãos de polícia judiciária”⁵². Já na visão de Guedes Valente, esta modalidade de polícia desenvolve, assim, “uma actividade de protecção de bens sociais individuais e colectivos ou supra-individuais”⁵³, actuando com o objectivo de prevenir o perigo e evitar que surja o dano social e, se este já tiver sido cometido, actuar para minimizar as suas consequências, descobrir os seus autores e as circunstâncias em que o facto aconteceu, desenvolvendo uma actividade de “prevenção criminal de vigilância e prevenção criminal *stricto sensu*”⁵⁴.

Para o desempenho dessas actividades, a polícia dita judiciária actua no processo penal como Autoridade de Polícia Criminal (APC) ou OPC, dispondo de medidas

⁴⁸ *Ibidem*.

⁴⁹ Carlos Alberto Simões de Almeida (2006), *Medidas Cautelares e de Polícia do Processo Penal em Direito Comparado*, Coimbra, Almedina, p. 14.

⁵⁰ Diversas corporações policiais exercem a actividade de polícia judiciária, de acordo com os próprios diplomas legais ou leis orgânicas, sendo os OPC “os órgãos das diversas corporações de polícia enquanto exercem a polícia criminal”. Cfr. Germano M. da Silva (2002), *op. cit.*, Vol. I, p. 275.

⁵¹ João Raposo (2006), *op. cit.*, p. 29.

⁵² Carlos Alberto Simões de Almeida (2006), *op. cit.*, p. 14.

⁵³ M. M. Guedes Valente (2009), *Teoria Geral do Direito Policial*, *op. cit.*, p. 55.

⁵⁴ De acordo com Manuel Valente a prevenção criminal divide-se em actividades de vigilância e em prevenção criminal *stricto sensu*. Cfr. M. M. Guedes Valente (2009), *Teoria Geral... op. cit.*, p. 43.

cautelares e de polícia que, segundo Germano Marques da Silva, “não são ainda actos processuais” mas sim “actos de polícia”⁵⁵. Tais actos podem surgir na fase preliminar da acção penal, visando garantir a conservação de determinados meios e elementos de prova, como sugere Simões de Almeida⁵⁶, e também em “realidades (...) que têm lugar durante o desenvolvimento do próprio processo”. Em suma, são actos que podem ser “anteriores ou contemporâneos do processo”⁵⁷.

Segundo Francisco Bagina as medidas cautelares e de polícia “são actos cautelares necessários e urgentes da iniciativa dos Órgãos de Polícia Criminal, de forma a obstar à consumação de crimes e a assegurar os meios de prova”, devendo as mesmas ser convalidadas pela AJ competente, para poderem ser incorporadas no processo-crime a iniciar ou a decorrer. Para o Autor, a sua finalidade é “cautelar e imediata e de incorporação processual, visando a eventual condenação dos agentes criminais”⁵⁸.

Simões de Almeida realça que a diferença destas medidas cautelares e de polícia para as medidas de polícia prende-se com o facto de que as primeiras não são para “fazer cessar uma determinada actividade potencialmente perigosa para um número indeterminado de bens jurídicos, mas sim evitar que certos meios e elementos de prova sejam destruídos ou desapareçam”⁵⁹. No entanto, Francisco Bagina explica que ambas as medidas enunciadas têm em comum a sua finalidade última: a prevenção, podendo até se confundir quando, “na sua função preventiva, os agentes de polícia, na qualidade de órgãos de polícia criminal, têm de tomar as medidas cautelares e urgentes, de sua iniciativa, para obstar à consumação de crimes e assegurar os meios de prova a incorporar processualmente, depois de convalidadas pela autoridade judiciária competente”⁶⁰.

⁵⁵ Germano M. da Silva (1994), *op. cit.*, p. 55.

⁵⁶ Para o Autor, nas normas inerentes a estas medidas, há uma «dominante preocupação de garantir, assegurar, defender, cuidar de evitar a perda e, ainda, de velar pela “polícia” do processo». A finalidade delas é evitar (em casos de urgência e de perigo na demora da intervenção normal das entidades competentes), que os meios e elementos probatórios desapareçam irremediavelmente. Ele também conclui que toda a intervenção processual antecipatória é medida cautelar e/ou disciplinadora da marcha da acção penal. Carlos Alberto Simões de Almeida (2006), *op. cit.*, p. 11 e 12.

⁵⁷ Germano M. da Silva (1994), *op. cit.*, p. 55.

⁵⁸ Francisco António Carrilho Bagina (2009), “Medidas de polícia versus Medidas Cautelares e de Polícia”, *op. cit.*, pp. 243 a 261.

⁵⁹ Carlos Alberto Simões de Almeida (2006), *op. cit.*, p. 15.

⁶⁰ Francisco António Carrilho Bagina (2009), *op. cit.*, p. 261.

1.4. Do enquadramento legal dos exames

1.4.1. A introdução aos exames

O conceito de *exame* deriva etimologicamente da palavra latina *examen*, que significava, figuradamente, o acto de pesar, a verificação⁶¹. Mas o conceito que se pretende é o conceito jurídico, pois “a noção de *exame* prevista na lei não se confundia com a etimologia da palavra, tratando-se antes de um conceito normativo”⁶². Por isso é que vários autores apresentaram uma noção de exame, apoiando-se sobretudo no disposto n.º 1 do art. 171º do CPP⁶³.

O *exame* é, então, definido por Leal-Henriques e Simas Santos como um “meio de obtenção de prova que contende com a recolha e a análise dos vestígios materiais eventualmente relevantes para a determinação da prática de um crime e do circunstancialismo espaço-temporal que o rodeou”⁶⁴. Da sua realização, obtêm-se elementos probatórios relativos à prática do crime – vestígios⁶⁵, indícios⁶⁶ ou a apreciação dos mesmos por parte da AJ ou OPC competentes, por meio de auto ou relatório.

⁶¹ José Pedro Machado (1977), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa...*, Segundo Volume, Lisboa, Livros Horizonte, p. 509.

⁶² Cfr. Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *op. cit.*, p. 875. Estes autores fazem referência ao proclamado na Acta n.º 21, de 16/03/1992, da Comissão Revisora do CPP.

⁶³ O regime geral dos *exames* aparece tipificado nos artigos 171º, 172º e 173º do CPP. No anterior CPP de 1929, os *exames* integravam as designadas provas reais, entre os artigos 175º a 201º, figurando como meios de prova. Mas, actualmente, os *exames* figuram como meios de obtenção de prova, estando previstos nos artigos 171º a 173º do CPP, no Capítulo I do Título III – Meios de Obtenção de Prova, do Livro III – da Prova, da Parte I do CPP, e como medidas cautelares e de polícia – al. a) do n.º 2 do art. 249º do CPP.

⁶⁴ Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *op. cit.*, p. 870. Costa Pimenta também define o *exame* como “o meio de obtenção da prova através do qual a autoridade judiciária, o órgão de polícia criminal ou o perito (...) percebem directamente elementos úteis para a reconstituição dos factos e descoberta da verdade.” Cfr. José da Costa Pimenta (1987), *Código de Processo Penal Anotado*, Lisboa, Rei dos Livros, p. 619. Já Carlos Pinto de Abreu refere que um *exame*, como meio de obtenção de prova, “implica que se inspecione, observe ou examine uma pessoa, um local ou uma coisa, e que, após isso, se registem documentalmente, em auto, quaisquer vestígios que possa ter deixado o crime, o criminoso e quaisquer indícios relativos ao modo porque, quando, como e ao lugar onde foi praticado, à pessoa ou pessoas que o cometeram ou sobre as quais foi cometido”. Cfr. Carlos Pinto de Abreu (2005), “Prova e meios de obtenção de prova. Breve nota sobre a natureza e regime dos exames no processo penal” in *I Congresso de Processo Penal*, Coimbra, Almedina, p. 269.

⁶⁵ Podem-se considerar vestígios todas as alterações materiais relacionadas com o acontecimento criminal e que pode concorrer para o seu esclarecimento. Os vestígios, para além de verdadeiros, também podem ser falsos ou pseudo-vestígios, se forem criados com o intuito de enganar ou forem criados por engano, respectivamente. (Retirado da matéria das aulas de Investigação Policial ministradas pelo Subcomissário Ribeiro). Já Cavaleiro de Ferreira refere que os vestígios “são, consoante a espécie de crimes, de mais variada natureza: o cadáver ou pessoa ofendida nos crimes contra a integridade física, manchas, pegadas, impressões digitais, objectos abandonados no local do crime, (...)”. Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986), *op. cit.*, p. 221.

⁶⁶ O indício é definido como “algo (*material ou moral*) que nos permite, através das regras da experiência, retirar algumas conclusões sobre um determinado acontecimento criminoso”. Os indícios podem orientar a investigação, consubstanciando uma pista. Eles podem ser de causa (antes do crime) ou de efeito (surgir após o crime). Cfr. Vera Lourenço De Sousa (2008), “Gestão do Local do Crime – A Resposta Inicial” in *Estudos*

No entanto, numa perspectiva mais policial, Guedes Valente define o *exame* como uma “técnica própria da descoberta e recolha dos vestígios e modo da sua interpretação”; ou seja, uma inspecção⁶⁷. Também designado como “inspecção judiciária”⁶⁸, o *exame* é o “conjunto de conhecimentos e técnicas de que dependem os meios de prova e que garantem ou não a genuinidade da cadeia da prova”, esclarecendo que aquilo que se procura com a sua realização são todos os factos juridicamente relevantes⁶⁹. Já José Braz diz que o *exame* compreende “o conjunto de procedimentos específicos, exigíveis *in casu*, tendo tecnicamente por objectivo a identificação, localização, sinalização, fixação, preservação, recolha e transporte de vestígios, objectos, sinais ou particularidades com eventual interesse probatório e respectivo registo documental”⁷⁰.

Quanto à finalidade deste acto, Tolda Pinto elucida que a mesma é a inspecção de possíveis vestígios do crime, bem como de todos os indícios relativos à prática do ilícito criminal⁷¹. Já para Guedes Valente, de um *exame* obtém-se a “percepção dos elementos de prova”⁷² quer pelas AJ quer pelos OPC e, para Carlos Pinto de Abreu, a finalidade é “a observação e descrição de locais, coisas ou pessoas”⁷³. Já Germano M. da Silva resume referindo que o intuito de tal acto é “fixar documentalmente [em auto ou relatório,

de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo, Coimbra, Almedina, p. 546. Já Manuel Cavaleiro de Ferreira diz que os indícios “são origem de presunções naturais, sendo a prova indiciária enganadora e insegura pois se obtém mediante raciocínios lógicos, baseados na experiência comum (...) sendo o seu valor muito variável”. Cfr. Manuel Cavaleiro de Ferreira, *op. cit.*, p. 208.

⁶⁷ Relacionado, então, com o conceito de inspecção, que do latim *inspeccione* tem como significado o “acto de ver, de examinar, de observar com cuidado,” a realização de um *exame* exige do seu autor uma observação atenta e cuidada para descoberta de vestígios e ou indícios da prática do facto ilícito. AAVV(2006), *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, p. 958. Guedes Valente refere que o *exame* é então uma “inspecção cuidadosa do local, destinada à descoberta dos vestígios ou provas reais da infracção”, que irá facilitar, desde logo, “a orientação dos interrogatórios, pela possibilidade que dá aos investigadores de controlar a veracidade da prova pessoal.” Cfr. M. M. Guedes Valente (2009), *Processo Penal*, Coimbra, Almedina, p. 348 e Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986), *Curso de Processo Penal*, Vol. II, Lisboa, Danúbio, p. 359.

⁶⁸ Pedro Amaral (2005), *op. cit.*, p. 45.

⁶⁹ *Idem*, pp. 46 e 48.

⁷⁰ José Braz (2009), *Investigação Criminal, A Organização, O Método e a Prova. Os Desafios da Nova Criminalidade*, Coimbra, Almedina, p. 154.

⁷¹ A. A. Tolda Pinto (1989), *O Novo Processo Penal: Guia Prático*, Lisboa, Rei dos Livros, p. 212. Costa Pimenta refere que se trata de “recolher os elementos de prova relativos ao (1) modo como e (2) ao lugar onde o crime foi praticado, (3) às pessoas que o cometeram ou (4) sobre as quais foi cometido.” José da Costa Pimenta (1987), *op. cit.*, p. 619.

⁷² M. M. Guedes Valente (2009), *Processo Penal, op. cit.*, pp. 347 e 348. Isto porque são esses quem faz a inspecção e recolhe a matéria probatória (vestígios e indícios ou então faz auto que descreve o estado do local do crime).

⁷³ Carlos Pinto de Abreu (2005), *op. cit.*, p. 280. Para o autor, os *exames* “permitem aos sujeitos processuais a racionalização e a cristalização de uma observação indirecta.” *Idem*, p. 278.

elaborado por quem realizou o exame] ou permitir a observação directa pelo tribunal de factos relevantes em matéria probatória [a observação directa dos vestígios recolhidos]”⁷⁴.

A importância que os *exames* têm como meios de obtenção de prova no processo penal, ou numa investigação criminal, é enorme, pois é a partir da sua realização que muitas das vezes se conseguem reconstituir os factos, chegar à verdade material e consequente realização da justiça. Pedro Amaral, ao referir que aquilo que se procura com os *exames* são “todos os factos juridicamente relevantes”, dá ênfase ao facto de que é sobre esse aspecto que eles devem incidir, não o devendo extravasar⁷⁵. É por esse facto que estas diligências se devem desenvolver correctamente (para que os meios de prova sejam válidos), pois, se não se realizarem de tal forma, esses meios de prova vêm a sua validade comprometida⁷⁶. A correcta realização dos meios de obtenção de prova e, concretamente, dos *exames* é importantíssima, não só para que os direitos fundamentais das pessoas não sejam indevidamente restringidos mas também para que os meios de prova sejam inicialmente válidos e se mantenha a genuinidade da cadeia da prova⁷⁷.

Para além de ser somente um meio de obtenção de prova ou um meio instrumental para posterior realização de perícias, o *exame*, como refere José Braz, “também pode, de *per se*, e desde logo, constituir prova”, ou seja, “ter natureza definitiva e conclusiva”⁷⁸.

A realização de um *exame* pode dar-se numa fase pré-processual, antes de haver um processo, ou ser praticado no decurso de um processo, na fase de inquérito ou da instrução. Quanto aos *exames* em sede de julgamento, o art. 354º do CPP prevê que o tribunal se possa deslocar ao local onde ocorreu “qualquer facto cuja prova se mostre essencial”, podendo para tal convocar os participantes processuais “cuja presença entender conveniente”. Como referem Leal-Henriques e Simas Santos, a realização de tal acto processual serve “para uma melhor apreensão e compreensão pelo tribunal do

⁷⁴ Germano M. da Silva (2002), *op. cit.*, Vol. II, p. 210. Esta visão é também partilhada por Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *op. cit.*, p. 870.

⁷⁵ Pedro Amaral (2005), *op. cit.*, pp. 46 e 48.

⁷⁶ *Idem*, p. 47. Para este Autor “de nada interessa o modo de obter um meio de prova se o seu modo de obtenção for posto em causa”. A ser aceite o modo ilegítimo, ilegal ou não transparente da obtenção do meio de prova põe-se em causa a sua validade e eficácia.

⁷⁷ *Ibidem*. Por isso, de acordo com os artigos 125º e 126º do CPP, a realização dos *exames* deve estar enformada por critérios objectivos de estreita legalidade e proporcionalidade. Se as provas forem conseguidas mediante o respeito pelas normas e princípios constitucionais e processuais penais, não podendo ser açambarcadas pelos métodos proibidos de prova do 126º do CPP, então podem ser utilizadas para sustentar uma hipótese, seja ela contra ou a favor do arguido.

⁷⁸ José Braz (2009), *op. cit.*, pp. 154 e 155. Segundo o Autor, o *exame* desta natureza é o chamado exame directo, “que relata com objectividade e rigor determinadas circunstâncias e particularidades com interesse imediato para o conhecimento da verdade material do evento criminoso”.

circunstancialismo concreto em que ocorreu o delito”⁷⁹. Este facto é corroborado por Costa Pimenta que diz que os *exames* ao local “serão para tentar estabelecer a posição da vítima ou a do autor do crime”⁸⁰.

1.4.2. A distinção das perícias

Há que esclarecer que os *exames* não se confundem com as perícias, previstas nos artigos 151º e seguintes do actual CPP. Como ensina Guedes Valente, apesar de no passado as disposições legais estarem muito próximas, entre os artigos 175º a 190º do CPP de 1929, havendo referências a “exames [que] serão feitos por peritos”, induzindo em erro sobre aquelas matérias, actualmente as perícias estão devidamente definidas e legalmente enquadradas de forma diferente relativamente aos *exames*⁸¹, ou seja, o actual Código separou tais matérias, “cortando com o regime unitário”⁸² anteriormente existente.

A perícia figura actualmente entre os meios de prova, sendo entendida como uma interpretação dos factos feita por pessoas dotadas de especiais conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos, em que essas pessoas, através da análise dos vestígios (que possam ter sido recolhidos nos *exames*), chegam a “conclusões periciais”⁸³. Esta distinção é importante pois uma vez “encontrados e fixados os vestígios, impõe-se interpretá-los”, podendo haver vestígios que o investigador ou o juiz podem interpretar, mas também podendo haver outros que não podem ser interpretados por pessoa que não seja especialista⁸⁴.

Assim, e de acordo com Germano M. da Silva, as perícias são, por si só, “fonte de convencimento”⁸⁵, pois a função do perito é apreciar uma prova, com o objectivo de “esclarecer ou auxiliar o juiz na descoberta ou apreciação de uma prova preexistente”⁸⁶. Conforme elucida Cavaleiro de Ferreira, a perícia não é prova material nem prova pessoal. A perícia consiste num “parecer” sobre determinada coisa examinada, parecer esse que pode revelar a existência de uma prova, apreciar o seu valor, descrever minuciosamente aquilo que foi alvo de perícia, expondo determinadas conclusões devidamente fundamentadas. No entanto, essas conclusões não se substituem ao juiz na apreciação

⁷⁹ Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *op. cit.*, p. 871.

⁸⁰ José da Costa Pimenta (1987), *op. cit.*, p. 619.

⁸¹ M. M. Guedes Valente (2009), *Processo Penal*, *op. cit.*, p. 347.

⁸² Magistrados do Ministério Público do Distrito Judicial do Porto (2009), *op. cit.*, p. 437.

⁸³ Art. 151º do CPP.

⁸⁴ Karl Zbinden (1957), *Criminalística, Investigação Criminal*, Lisboa, Tipografia – Escola da Cadeia de Lisboa, p. 89, citado em Magistrados do Ministério Público do Distrito Judicial do Porto (2009), *op. cit.*, p. 437.

⁸⁵ Germano M. da Silva (2002), *op. cit.*, p. 210.

⁸⁶ Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986), *op. cit.*, Vol. I, p. 222.

final⁸⁷. Maia Gonçalves refere também que os peritos são auxiliares do juiz, formulando “um parecer sobre o valor ou o significado dos meios de prova que examinaram, mas não podem substituir-se ao juiz na apreciação da prova”⁸⁸.

Resumindo, a perícia distingue-se dos *exames* principalmente porque estes, que são meios de obtenção de prova, não obrigam a que o seu autor possua especiais conhecimentos, enquanto que esses conhecimentos especiais são necessários nas perícias. Como refere Carlos Pinto de Abreu, o *exame* “é descritivo, fruto da observação, visionamento ou percepção directa, relatada ou registada e a perícia é conclusiva, mercê de interpretação, apreciação ou juízo científico ou artístico relatado ou registado também”⁸⁹. Para além disso, “os vestígios recolhidos através do exame são, caso seja necessário à decisão do caso, sujeitos à perícia ou valorados de forma directa e livre pela AJ”⁹⁰.

Importa, também, esclarecer que, enquanto os *exames* podem ser efectuados sem autorização ou ordem da AJ competente, no âmbito das medidas cautelares e de polícia, para que não desapareçam ou se alterem vestígios, as perícias devem ser sempre ordenadas pela AJ competente.

1.4.3. A sujeição a exame

Podendo incidir sobre pessoas, lugares e objectos, conforme se retira do art. 171º do CPP,⁹¹ são infindáveis os *exames* específicos que se podem realizar e é numerosa a legislação avulsa relativa a esta matéria⁹². Para a realização destes actos, o legislador cuidou de estabelecer um princípio (geral) de obrigatoriedade de submissão aos *exames* ou de se facultar coisa a examinar⁹³. Como referem Leal-Henriques e Simas Santos, as

⁸⁷ *Ibidem*.

⁸⁸ Manuel Lopes Maia Gonçalves (1980), *Código de Processo Penal anotado e comentado*, Coimbra, Almedina, p. 267.

⁸⁹ Carlos Pinto de Abreu (2005), *op. cit.*, pp. 257-284.

⁹⁰ M. M. Guedes Valente (2009), *op. cit.*, p. 348.

⁹¹ Conforme explica Costa Pimenta, isto significa que existem três espécies de *exames*: (...) o pessoal ou corporal (...) o local (...) e o real. José da Costa Pimenta (1987), *op. cit.*, p. 619. Relativamente ao art. 171º, Leal-Henriques e Simas Santos realçam que ele corresponde “grosso modo” aos artigos 175º e 176º do CPP/29, “muito embora com uma disciplina em que é patente maior precisão técnica”. Cfr. Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *op. cit.*, p. 870. Enquanto que anteriormente, no art. 175º do CPP de 1929, se previa que os vestígios e os indícios pudessem ser verificados por meio de exames, através de “plantas devidamente conferidas, decalques, fotografias ou quaisquer outros processos”, e o art. 176º do CPP contemplava as medidas cautelares, a actual previsão legal congrega tais situações de forma mais simples, não referindo o modo como se examina.

⁹² Desenvolvidamente Cfr. Carlos Pinto de Abreu (2005), *op. cit.*, pp. 278 e ss.

⁹³ Art. 172º do CPP. Para Leal-Henriques e Simas Santos este artigo corresponde ao anterior art. 178º do CPP/29 “exibindo alguns aperfeiçoamentos”. Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *op. cit.*, p. 874. Um desses aperfeiçoamentos, e que acabou com a controvérsia sobre que AJ era competente no âmbito do n.º 1 do art. 172º do CPP, foi a redacção do n.º 2 desse art. que surgiu com a Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto. Assim, quando o *exame* é sobre características físicas ou

entidades competentes só podem determinar a realização destas diligências objectivando sempre assegurar as finalidades do processo penal, com o respeito pelas restrições ditadas por legítimos valores e interesses da pessoa humana⁹⁴. Paulo Pinto de Albuquerque acrescenta que os direitos das pessoas submetidas a exame e dos proprietários dos lugares ou objectos submetidos a exame são, por analogia, os mesmos previstos pela lei para as pessoas sujeitas a revista ou a busca⁹⁵.

Ao contrário do que dispunha o CPP de 1929, em que era o juiz⁹⁶ quem decidia sobre os *exames*, actualmente, tal já não se verifica. No decurso do processo, a regra é que “a matéria dos *exames* pode ser prosseguida ou ordenada por, e assistida ou realizada perante, qualquer autoridade judiciária ou, até, por qualquer órgão de polícia criminal”⁹⁷. No entanto, Paulo Pinto de Albuquerque refere que os OPC apenas podem determinar a realização de tais actos havendo consentimento das pessoas visadas porque, se estas não tiverem consentido, é a AJ competente a única que o pode fazer. Esta, verificando não haver consentimento dos visados, pode compelir essas pessoas à efectivação do *exame* ou a facultar a coisa ou acesso a local que deva ser examinado. Assim, como refere o Autor supracitado, a AJ competente pode recorrer ao uso da força para que tal aconteça⁹⁸.

Mas há também *exames* que são da competência exclusiva do juiz. Nos termos do art. 172º, n.º 2, do CPP, compete ao juiz intervir nos *exames* que impendem sobre as características físicas ou psíquicas das pessoas, não havendo o consentimento destas. Aí, deve ser ele quem pondera a necessidade da sua realização, através de despacho fundamentado⁹⁹. Para além desses *exames*, Paulo Pinto de Albuquerque defende que

psíquicas é o JIC que determina a sua realização por despacho fundamentado. Todos os demais *exames* são ordenados pela AJ que presidir à respectiva fase processual.

⁹⁴ Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *op. cit.*, p. 871.

⁹⁵ Paulo Pinto de Albuquerque (2009), *Comentário ao Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, p. 461.

⁹⁶ Com o art. 179º do CPP de 1929 era o juiz quem nomeava os peritos, normalmente dois ou, em casos excepcionais e de urgência, um perito, devendo o *exame* ser feito por estes na presença do juiz, e com a assistência do MP. Podiam também lá estar os ofendidos, a parte acusadora e também os arguidos, depois de admitidos a intervir no processo, ressaltando-se os casos do art. 178º. Só mais tarde, com o n.º 2 do art. 12º do Decreto-Lei n.º 35 007, de 13 de Outubro de 1945, é que foi atribuída ao MP a competência de direcção da instrução preparatória (correspondente à actual fase de inquérito) e, consequentemente, dos *exames* naquela fase processual. No acto de *exame*, qualquer um dos assistentes poderia requerer o que conviesse para a descoberta da verdade, isto sem prejuízo para o bom andamento da diligência. O juiz aceitava ou recusava esses pedidos, consoante a sua utilidade para a causa.

⁹⁷ Carlos Pinto de Abreu (2005), *op. cit.*, p. 272.

⁹⁸ Paulo Pinto de Albuquerque (2009), *op. cit.*, p. 463. Para o Autor, o uso da força é uma medida de última instância, mas indispensável, pois de outro modo seria fácil ao examinando impedir a recolha de prova em casos graves, se isso só custasse a punição, menos grave, a título de desobediência.

⁹⁹ Cfr. o n.º 2 do 154º e os n.º 5 e 6 do 156º, por força do n.º 2 do 172º do CPP. Nestes casos, os *exames* são realizados por médico ou pessoa legalmente autorizada, não podendo causar perigo para a saúde da pessoa

competete também ao juiz, e não ao MP, ordenar o *exame* susceptível de ofender o pudor de pessoa (isto é, que incide sobre parte do corpo humano com conotação sexual) que não tenha prestado o consentimento¹⁰⁰.

Assiste-se, assim, a uma clara preocupação com o respeito pelos direitos fundamentais das pessoas visadas pelos *exames*, explícita nos n.ºs 2 e 3 do art. 172º do CPP. Se esses actos forem susceptíveis de ofender o pudor do examinando, deve a sua realização respeitar a dignidade e o pudor, na medida do possível, dessa pessoa. Por isso mesmo é que se prevê que só possam assistir ao acto a pessoa que o realiza, a AJ competente e uma pessoa da confiança do examinando¹⁰¹. Acresce a necessidade de intervenção do juiz nos *exames* surge também como um garante dos direitos fundamentais dos examinandos.

1.4.4. As medidas cautelares de preservação de vestígios

Os n.ºs 2 e 3 do art. 171º do CPP, conjuntamente com o art. 173º do CPP, enunciam um conjunto de medidas cautelares que podem e devem ser adoptadas logo aquando da chegada das entidades judiciais ou policiais ao local a examinar (em princípio, o local do crime), para que os vestígios e indícios lá existentes não se alterem ou desapareçam. Essas medidas já se encontravam previstas nos artigos 176º e 177º do CPP de 1929, sendo o juiz ou, na sua ausência, qualquer autoridade ou agente da autoridade que, logo após haver notícia de “crime que pudesse deixar vestígios”, deviam cuidar para que os vestígios se não apagassem ou alterassem antes de serem examinados. A actuação no âmbito destas medidas previa que o juiz pudesse determinar que as mesmas se cumprissem “sob pena de desobediência”.

visada. No caso de se tratarem de análises sanguíneas ou de outras células corporais, os *exames* efectuados e as amostras recolhidas só podem ser usados no processo em curso ou outro já instaurado, devendo ser destruídos, a mando do juiz, logo que desnecessários.

¹⁰⁰ Paulo Pinto de Albuquerque (2009), *op. cit.*, p. 464. Ele justifica tal facto por o *exame* susceptível de ofender o pudor da pessoa ser “aquele que incide sobre partes do corpo humano com conotação sexual e, portanto, incide necessariamente sobre as características físicas da pessoa.”

¹⁰¹ Cfr. o n.º 3 do art. 172º do CPP. Quanto a este artigo, a anterior disposição legal (art. 178º do CPP de 1929) previa que os *exames* susceptíveis de ofender o pudor dos examinados só deveriam acontecer se fossem indispensáveis para a instrução. No entanto, e como referem Leal-Henriques e Simas Santos, apesar da “indispensabilidade” ter desaparecido, estes *exames* regem-se pelos mesmos princípios que norteiam todos os outros, ou seja, que a sua realização só deve acontecer mediante “critérios objectivos de estrita aquisição de prova e de necessidade para a investigação, [devendo ser ordenados] apenas quando necessários para assegurar os fins e os interesses que subjazem ao próprio processo penal”. Por isso é que o mesmo artigo prevê que o examinando deve ser informado que de pode fazer-se acompanhar de pessoa da sua confiança para assistir ao *exame*, se não houver perigo na demora, conforme se retira do n.º 3. Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *op. cit.*, p. 874.

Como explica Paulo Pinto de Albuquerque, para assegurar os meios de prova as AJ ou os OPC competentes dispõem destas “medidas cautelares para a preservação de vestígios”¹⁰², que resumidamente são as seguintes:

- A protecção dos vestígios para que não se apaguem ou alterem;
- A proibição da entrada ou trânsito de pessoas estranhas no local do crime;
- A proibição de quaisquer actos que possam prejudicar a descoberta da verdade;
- A detenção de pessoas no local do *exame* enquanto o mesmo não terminar e a sua presença for indispensável (art. 173º, n.º 1);
- A descrição do estado dos vestígios e, se necessário, a reconstituição do estado em que se encontravam, se foram alterados ou desapareceram.

Por regra, só as AJ ou os OPC podem praticar esses actos. No entanto, e fazendo referência ao n.º 4 do 171º e ao n.º 2 do 173º do CPP, qualquer agente da autoridade pode executar estas medidas, com excepção da última¹⁰³. A intervenção destes é provisória ou temporária, devendo manter-se enquanto houver perigo iminente para a perda de provas e até a AJ ou o OPC competentes chegarem ao local.

Há a realçar que tais medidas podem ser concretizadas na realização do *exame* como acto processual ordenado pela AJ competente, ou ser adoptadas pelos OPC, antes ou no decorrer do processo, como medidas cautelares e de polícia. E é mormente nesta última situação que tais medidas são adoptadas pelos OPC, pois são estes que, logo após obter a notícia do crime, diligenciam para ir ao local do crime e tentam preservar os meios de prova.

1.4.5. O exame como medida cautelar e de polícia

Como refere Guedes Valente, os *exames* não se encerram no “circuito processual”¹⁰⁴ do 171º ao 173º do CPP. Para além destas, existem outras disposições legais ligadas a estes artigos, como os artigos 154º e 156º, relativos às perícias, e o art. 249º do CPP, relativo às medidas cautelares e de polícia.

Assim, por força do n.º 1 do art. 249º do CPP, os OPC devem “praticar os actos cautelares necessários e urgentes para assegurar os meios de prova” mesmo antes de receber ordens da AJ competente. Dos actos cautelares admissíveis, a al. a) do n.º 2 do art. 249º do CPP prescreve o *exame*. O OPC realiza os *exames* e pratica, em especial, as diligências previstas no art. 171º, n.º 2 e 3 e no art. 173º do CPP, assegurando a

¹⁰² Paulo Pinto de Albuquerque, (2009), *op. cit.*, p. 461.

¹⁰³ *Ibidem.*

¹⁰⁴ M. M. Guedes Valente (2009), *Processo Penal*, *op. cit.*, p. 345.

manutenção do estado das coisas e dos lugares. Ou seja, eles podem, por iniciativa própria, proibir a entrada e o trânsito de pessoas estranhas ao local do crime, proibir quaisquer actos que possam dificultar a descoberta da verdade; e obrigar a que determinadas pessoas permaneçam no local de *exame*.

A prática de tais *exames* deve-se, nesse âmbito, à *necessidade* e *urgência* do OPC em assegurar os meios de prova, sem previamente conseguir contactar a AJ competente. Pois se a AJ tiver conhecimento da notícia do crime, cumpre-lhe a ela ordenar ou não o *exame*, já não se praticando o acto como medida cautelar e de polícia, mas como verdadeiro acto processual. Como refere Germano M. da Silva, uma medida cautelar e de polícia (como a realização do *exame*) é uma actividade cautelar, extraprocessual, apenas justificável pela sua utilidade para o processo e pela sua urgência¹⁰⁵.

Um aspecto que deve ser sempre realçado neste âmbito é que, mesmo que o OPC não seja competente para investigar determinado crime, mas tenha obtido a notícia de que foi praticado, deve o mesmo tomar as providências cautelares necessárias para preservar os vestígios, comunicando logo que possível com o OPC competente, e aguardando até que o mesmo tome conta da situação, conforme nos explica Guedes Valente¹⁰⁶.

A realização do *exame* como medida cautelar e de polícia obriga a que o OPC tenha de elaborar um relatório em que descreve as diligências efectuadas e os resultados obtidos, o qual é remetido à AJ competente, conforme o art. 253º do CPP. Como refere Germano M. da Silva, a “remessa do relatório (...) não tem só a ver com a fase em que o procedimento se encontre, mas também com a natureza da diligência levada a efeito pela polícia”¹⁰⁷. Tem sobretudo a ver com esta última, porque as medidas cautelares e de polícia referidas ocorrem sobretudo ainda antes de iniciado o procedimento, embora possam ocorrer já no decurso da investigação.

¹⁰⁵ Germano M. da Silva (1994), *op. cit.*, p. 56.

¹⁰⁶ M. M. Guedes Valente (2009), *Processo Penal*, *op. cit.*, p. 349. Cfr. n.º 1 do art. 10º da LOIC.

¹⁰⁷ Germano M. da Silva (1994), *op. cit.*, pp. 59 e 60. Segundo o autor, “algumas das diligências previstas só podem ser ordenadas ou autorizadas pelo juiz, sendo outras da competência do MP. Assim, quando a diligência só podia ser ordenada ou autorizada pelo juiz, o relatório deve ser-lhe sempre remetido, independentemente da fase em que o procedimento se encontrar. Se as diligências policiais tiverem ocorrido na pendência do procedimento e este se encontrar na fase de instrução, o relatório deve ser sempre remetido ao juiz de instrução competente e se praticadas antes de iniciado o procedimento ou na fase do inquérito deve ser remetido ao MP, salvo tratando-se de diligências que apenas podiam ser ordenadas ou autorizadas pelo juiz de instrução, caso em que o relatório deve ser remetido ao juiz”.

1.5. Conclusão capitular

Os *exames* ou inspecções judiciárias, previstos nos artigos 171º a 173º do CPP, são actos de inspecção com o objectivo de encontrar vestígios ou indícios em pessoas, lugares ou coisas, relativos a um ilícito criminal e às circunstâncias em que o mesmo ocorreu. Como meios de obtenção de prova, os *exames* fazem parte dos instrumentos de que se servem as AJ ou os OPC para recolher os meios de prova, podendo também ter esta natureza quando derivam da apreciação directa da AJ ou OPC competentes.

Na iminência de se perderem provas, os *exames* podem ser efectuados no âmbito das medidas cautelares e de polícia, onde os OPC, no âmbito das suas competências próprias, por necessidade, urgência e por não ter sido possível contactar atempadamente a AJ competente, asseguram cautelarmente os meios de prova. E é esta actuação policial, mais concretamente, a referente aos *exames* aos locais dos crimes, que se aborda no capítulo seguinte.

Capítulo 2 – Da actuação policial nos exames

2.1. Introdução capitular

A AJ competente, na maioria das vezes, não está presente nos locais a examinar e, na verdade, estas diligências são realizadas geralmente pelos OPC¹⁰⁸. Por isso, é agora momento de versar sobre a actuação policial no âmbito dos *exames* e sobre as competências da Polícia de Segurança Pública (PSP) no âmbito dos *exames* aos locais dos crimes.

Assim, introduzida a PSP como polícia multifacetada, e posteriormente caracterizada como uma polícia criminal, com uma estrutura e competências próprias, faz-se referência aos elementos policiais encarregues de realizar tais inspecções judiciárias. Por fim, enunciam-se alguns dos procedimentos gerais de inspecção ao local do crime, desde os procedimentos de gestão do local de crime, mormente aplicados pelos primeiros elementos policiais a chegarem ao local, até aos procedimentos de inspecção ao local *stricto sensu*, que consistem no desenvolvimento de certas tarefas específicas por parte dos elementos policiais especialistas na realização de *exames*.

Com toda a certeza afirma-se que nem toda a matéria sobre a PSP e sobre a sua actuação nos *exames* é aqui destacada (por exemplo, os *exames* à detecção de álcool no sangue), e que nem todos esses procedimentos de inspecção serão aqui referidos, pois existem procedimentos específicos para determinados tipos de crime. O que apenas se procura é fazer uma breve referência ao trabalho minucioso e importantíssimo realizado neste âmbito e explicar quem são esses elementos policiais que o têm que desenvolver. E a referência a tais matérias justifica-se pelo facto de ser neste tipo de *exame* que se aplica, mormente, a medida cautelar e de polícia, prevista no art. 173º do CPP, por força da al. a) do n.º 2 do 249º do CPP.

2.2. A natureza híbrida da PSP

A PSP é uma força de segurança, com uma organização única para todo o território nacional, cuja missão é defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos¹⁰⁹. Fruto da evolução da antiga Polícia Cívica¹¹⁰, criada por Decreto do Rei D. Luís I, em 1867, com a missão primordial de manutenção da ordem e

¹⁰⁸ Pedro Amaral (2005), *op. cit.*, p. 49.

¹⁰⁹ Art. 272º da CRP e art. 2º da LOPSP.

¹¹⁰ Criada por Decreto. Publicada no Diário de Lisboa n.º 149, de 08 de Julho de 1867.

tranquilidade públicas, a PSP é actualmente uma polícia multifacetada, que desenvolve a sua acção em várias vertentes da nossa sociedade.

Exemplificada por João Raposo¹¹¹ como um corpo policial que encerra em si várias modalidades de polícia, a PSP é uma polícia administrativa, geral e especial, e, simultaneamente, uma polícia judiciária, atendendo às atribuições e competências que lhe estão legalmente cometidas. A distinção entre o exercício de polícia administrativa ou de polícia judiciária assenta sobretudo nas diferentes medidas e na diferente finalidade de cada uma das medidas aplicadas¹¹².

A título de exemplo, as competências da garantia das condições de segurança, para que os cidadãos exerçam os seus direitos fundamentais e para que as instituições democráticas funcionem, da garantia da ordem e tranquilidade públicas e a protecção de pessoas e bens, da prevenção de práticas contrárias à lei, da vigilância e protecção de pontos sensíveis e de auxílio ou socorro aos cidadãos sempre que for necessário, fazem parte da sua competência como polícia administrativa geral¹¹³. Já como polícia administrativa especial, a PSP tem a seu cargo a matéria do licenciamento e fiscalização da segurança privada, das armas e dos explosivos, a segurança pessoal dos órgãos de soberania e, podemos também dizer, a prevenção, fiscalização e segurança rodoviária¹¹⁴.

No sentido de polícia judiciária, a PSP tem a missão de prevenir e reprimir a criminalidade, como o tráfico de estupefacientes, e desenvolve acções de investigação criminal delegadas pelas AJ competentes¹¹⁵. E é sobre esta modalidade de polícia que se desenvolvem de seguida os próximos subcapítulos.

2.3.A PSP como uma polícia criminal

O CPP define os OPC como “todas as entidades e agentes policiais a quem caiba levar a cabo quaisquer actos ordenados por uma autoridade judiciária ou determinados por este Código”¹¹⁶. Ou seja, são OPC “todas as entidades a quem sejam cometidas funções de polícia judiciária, em exclusividade ou em simultâneo com outras funções administrativas que orgânica e estatutariamente desenvolvam”¹¹⁷. Aliada a esta definição legal, aparece na

¹¹¹ João Raposo (2006), *op. cit.*, p. 66.

¹¹² M. M. Guedes Valente (2009), *Teoria Geral.., op. cit.*, p. 58.

¹¹³ Art. 3º, n.º 2, alíneas a), b), d), h), i), l), o), p) e q) da LOPSP.

¹¹⁴ Art. 3º, n.º 2, al. f), e n.º 3, alíneas a), b) e c) da LOPSP.

¹¹⁵ Art. 3º, n.º 2, alíneas c), e) e m) da LOPSP. Cfr. também ao disposto na LOIC.

¹¹⁶ Conforme o exposto na al. c) do n.º 1 do art. 1º da Lei n.º 48/2007, de 29 de Agosto (CPP).

¹¹⁷ Carlos Alberto Simões de Almeida (2006), *op. cit.*, p. 21.

Lei Orgânica da PSP (LOPSP) que desenvolvem competências de OPC “todos os elementos da PSP com funções policiais”¹¹⁸.

Na qualidade de intervenientes no processo, convém esclarecer a natureza dos OPC. Segundo Germano M. da Silva, os OPC integram os chamados participantes processuais, pois estes compreendem “as várias entidades, órgãos de administração da justiça, órgãos de polícia, agentes de polícia ou simplesmente particulares, aos quais cabe a prática de actos processuais os mais diversos”, distinguindo-se assim dos sujeitos processuais, que são aqueles “que conduzem activamente o processo”, cuja actividade tem “função determinante da decisão final”. Ou seja, enquanto que os participantes processuais são “meros participantes”, os sujeitos processuais são o juiz, o MP, o arguido, o assistente e o defensor¹¹⁹. Nessa senda, Paulo Pinto de Albuquerque também refere que os OPC “não são sujeitos processuais, mas antes auxiliares das autoridades judiciais”¹²⁰.

É à AJ que compete a direcção do processo, dependendo da fase em que o mesmo se encontra. A título de exemplo, a direcção do inquérito cabe ao MP, a quem pertence a legitimidade para promover o processo penal, competindo-lhe, em especial receber denúncias, queixas e participações, deduzir acusação, entre outras, sendo para tal “assistido pelos órgãos de polícia criminal”¹²¹. Aos OPC compete, então, coadjuvar as referidas autoridades, actuando sob a sua direcção e dependência funcional, com vista à realização das finalidades do processo – a realização da justiça, a descoberta da verdade material e o restabelecimento da paz jurídica dos cidadãos¹²². A coadjuvação prestada às AJ pelos OPC “deve ser feita nos termos indicados por estas”¹²³. No entanto, o facto de se encontrarem sob a dependência funcional das AJ não invalida a sua “independência orgânica e a autonomia técnica e táctica, que é exercida de acordo com a cadeia de comando interno”, sendo os actos determinados pelas AJ realizados pelos “elementos [policiais] designados pelas entidades da PSP para o efeito competentes”¹²⁴. Apesar de ser a AJ que emite as directivas que entende convenientes para os OPC, não há qualquer subordinação hierárquica, mas tão-só no que respeita ao concreto exercício da função processual em que o OPC actua como órgão auxiliar da Administração da Justiça.

¹¹⁸ Cfr. n.º 2 do art. 11º da LOPSP. Quanto às APC, o n.º 1 do art. 11º, em conjugação com o art. 10º, da LOPSP.

¹¹⁹ Germano M. da Silva (2002), *op. cit.*, Vol. I, pp. 147 e 148.

¹²⁰ Paulo Pinto de Albuquerque (2009), *op. cit.*, p. 161. Negrito retirado.

¹²¹ Artigos 263º, n.º 1, 48º e 53º do CPP.

¹²² Artigos 55º, 56º e 263º, n.º 2 do CPP.

¹²³ Germano M. da Silva (2002), *op. cit.*, Vol. I, p. 282.

¹²⁴ Paulo Pinto de Albuquerque (2009), *op. cit.*, p. 163. Neste sentido, ver também n.º 5 do art. 2º da Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, a Lei de Organização e Investigação Criminal (LOIC).

A orientação e ou direcção dos OPC por parte da AJ competente, implica que seja a AJ quem controla, orienta, coordena e supervisiona a actividade de investigação da polícia, emitindo ordens, determinando diligências e analisando os resultados obtidos¹²⁵. No entanto, Guedes Valente considera que os OPC, na fase do inquérito, são os braços e olhos do MP, dependendo este último do “pedaço de vida que o OPC lhe transmite após aquisição da notícia do crime e recolha de provas”. É essa “percepção cognitiva [do OPC, que] face a determinado facto pode, em alguns casos, determinar o objecto do processo pois aquilo que for “esboçado” pelo OPC vai, desde logo, identificar e determinar o objecto da investigação criminal a ser dirigida pelo MP”. Assim, é aí que o “OPC têm de decidir isoladamente a forma de processo (comum ou sumário) e saber qual a natureza do crime”, pois é esse “pedaço de vida” descrito nos autos de notícia que depois origina o inquérito¹²⁶.

A participação do OPC nesta fase processual, assim como em todo o processo, é considerada “intensa”, usando o mesmo da sua “*legis artis* da investigação criminal” para prosseguir as finalidades processuais penais¹²⁷. Para tal actuação, os OPC dispõem de determinadas competências, as quais podem ser delegadas ou próprias, consoante sejam ordenadas ou autorizadas pela AJ competente ou respectivamente sejam actos previstos para o OPC no CPP. Indo mais além, pode-se referir que a competência de coadjuvação dos OPC inclui, segundo Paulo Pinto de Albuquerque, “a competência cautelar própria, a competência delegada pela autoridade judiciária e a competência de iniciativa das intervenções judiciais restritivas de direitos fundamentais”¹²⁸.

No âmbito das suas competências próprias, os OPC podem colher a notícia dos crimes, tomar “medidas cautelares e de polícia (...) e proceder à detenção de pessoas”¹²⁹. Esses actos, principalmente os últimos dois referidos, apesar de serem actos com relevância processual “não são actos processuais”, pois, como já ficou esclarecido no Capítulo 1, são praticados sem a direcção das entidades competentes¹³⁰. Assim, esses actos só são válidos se forem convalidados pela AJ competente. Já os actos praticados pelos OPC no exercício de competência delegada pelas AJ competentes, são considerados actos

¹²⁵ Desenvolvidamente cfr. Paulo Pinto de Albuquerque (2009), *op. cit.*, pp. 163 e 164.

¹²⁶ M. M. Guedes Valente (2006), “Do objecto do processo: da importância dos órgãos de polícia criminal na sua identificação e determinação”, in *Politeia - Separata da Revista*, N.º2, Julho/Dezembro, Coimbra, Almedina, p. 129 e ss.

¹²⁷ Carlos Alberto Simões de Almeida (2006), *op. cit.*, p. 22.

¹²⁸ Paulo Pinto de Albuquerque (2009), *op. cit.*, p. 161.

¹²⁹ *Ibidem*.

¹³⁰ *Ibidem*.

processuais válidos, salvo declaração em contrário da referida autoridade judiciária¹³¹. Para além desses actos, Paulo Pinto de Albuquerque refere que os OPC têm ainda “um poder de promoção autónoma das intervenções judiciais restritivas dos direitos fundamentais quando haja urgência ou perigo na demora”. Poder este que é “excepcional (...) e não vincula o MP, podendo o magistrado do MP opor-se-lhes antes e depois da prolação da decisão judicial”¹³².

Desta feita, na função inicialmente referida de prevenção da criminalidade, a PSP reveste a natureza de OPC, ora actuando sob a direcção e dependência funcional da AJ competente para a fase processual momentânea, ora socorrendo-se, sempre que necessário, das medidas cautelares e de polícia para a prossecução das finalidades processuais penais. No âmbito dessas medidas, os OPC da PSP actuam para impedir a prática de crimes e assegurar os meios de prova necessários à realização da justiça, e, para esse desidrato, a PSP actua no âmbito dos *exames*.

2.4.A PSP e a investigação criminal

A investigação criminal aparece definida no art. 1º da LOIC como sendo “o conjunto de diligências que (...) se destinam a averiguar a existência de um crime, determinar os seus agentes e a sua responsabilidade e descobrir e recolher as provas, no âmbito do processo”. No entanto, há quem a defina simplesmente como a “instância de reconstituição histórica dos factos”¹³³.

Pela importância que um *exame*, ou inspecção ao local do crime, tem a nível da investigação criminal, não se podia deixar de referir, brevemente, a actividade investigatória da PSP. Tal afigurou-se essencial para que se pudesse fazer a “ponte” para referir os elementos policiais e os procedimentos relativos à realização desses *exames* aos locais dos crimes. Por isso, faz-se uma breve referência à história da PSP neste campo, à estrutura interna da investigação criminal e, por último, às equipas que exclusivamente realizam inspecções ou *exames*. Antes de concluir este capítulo enumeram-se sucintamente os procedimentos gerais relativos às inspecções aos locais dos crimes.

¹³¹ *Ibidem*.

¹³² *Ibidem*. Negrito retirado.

¹³³ Reis Martins e José Braz (1986), “A inspecção ao local do crime” in *Polícia e Justiça – Revista de Formação*, Lisboa, Escola de Polícia Judiciária, p. 35.

2.4.1. Breve perspectiva histórica

O desenvolvimento de tarefas de investigação criminal pela PSP remonta ao seu nascimento. Na antiga Polícia Cívica existiu uma repartição de polícia de investigação judiciária, que, em 1917, se autonomizou e passou a designar-se por Polícia de Investigação Criminal, tendo sido integrada no Ministério da Justiça e dos Cultos em 1927. E é da evolução dessa polícia que, em 1945, se cria a Polícia Judiciária (PJ), para a qual passaram tais competências em matéria de investigação. A nossa instituição policial começou a imiscuir-se na actividade investigatória, de forma expressa e definitiva, há bem pouco tempo. De 1945 até quase ao final do séc. XX, essas competências pertenciam exclusivamente à PJ¹³⁴.

Na PSP, o aparecimento das designadas Brigadas de Costumes foi o primeiro passo em termos de investigação criminal¹³⁵. Estas “desenvolviam a sua actividade no âmbito da prevenção criminal”¹³⁶, trajando à civil. Como refere Guedes Valente, por altura da década de 80 “já se falava, quer pela imprensa quer pelo cidadão, das brigadas à civil da PSP que se ocupavam dos crimes de menor envergadura”¹³⁷, apesar do OPC coadjuvante do MP ser primordialmente a PJ.

Pela pouca relevância que tais brigadas tiveram é que Pica dos Santos refere que “o percurso da investigação criminal na PSP (...) foi determinado por dois diplomas legislativos (...) o Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril, e a Lei n.º 21/2000, de 10 de Agosto, comumente apelidada de LOIC”¹³⁸. Já Guedes Valente refere que “o monopólio da investigação criminal encerrado durante meio século na esfera da PJ”, começou a sentir uma “corrosão” e “fricção” na década de 80, que se agudizou na década de 90, tendo originado uma visão nova quanto às atribuições e competências no âmbito da investigação criminal¹³⁹. Há, também, que referir que, em 1993, foi criada na PSP a Secção de Inquéritos, com o objectivo de assegurar as diligências no âmbito dos inquéritos que eram delegados na PSP.

¹³⁴ Cfr. Rui Massaneiro (2009), *Gestão do Local do Crime – Perspectiva e Abordagem do primeiro elemento policial*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pp. 5 e 6.

¹³⁵ Rui Massaneiro (2009), *op. cit.*, p. 7.

¹³⁶ Nuno Pica dos Santos (2008), “Evolução e Perspectivas de futuro da Investigação Criminal na PSP (reflexões)” in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*, Coimbra, Almedina, p. 566.

¹³⁷ M. M. Guedes Valente (2004), “Os caminhos tortuosos da investigação criminal” in *Direito e Justiça*, Tomo I, Vol. XVIII, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, p. 154.

¹³⁸ Nuno Pica dos Santos (2008), *op. cit.*, p. 566.

¹³⁹ M. M. Guedes Valente (2004), *op. cit.*, p. 160.

Apesar do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril, já vir a atribuir em concreto certas tarefa à PSP no âmbito dos crimes de tráfico de estupefacientes¹⁴⁰, nomeadamente com a criação das Brigadas anticrime (BAC)¹⁴¹, foi no ano de 2000, com o surgimento da LOIC, que as competências da PSP em termos de investigação criminal aumentaram significativamente¹⁴². A lei em causa veio estabelecer em concreto as atribuições e competências das várias forças e serviços de segurança no que concerne à investigação criminal. Relativamente à PSP, a LOIC atribuiu-lhe a designação de OPC de competência genérica e específica de investigação, dando-lhe a hipótese de investigar cerca de 80% dos crimes tipificados no Código Penal e salvaguardando também a hipótese da PSP poder vir a investigar crimes mais complexos, conforme demonstra Rui Massaneiro¹⁴³. Esse diploma legal veio a ser revogado pela Lei n.º 49/2008, de 27 de Agosto, actual LOIC, que prevê, em termos genéricos, as competências da PSP a nível da investigação criminal.

2.4.2. A estrutura interna da investigação criminal da PSP

À medida que foram sendo atribuídas novas competências de investigação criminal à PSP, esta instituição policial pautou por se reorganizar, reestruturar e definir meios humanos e materiais para que essas tarefas fossem legal e eficazmente cumpridas. Foram cinco anos após a previsão legal das BAC que a PSP emitiu a NEP n.º 0PSEG/DEPOP/04/02, datada de 22 de Março de 2000, definindo a organização, o funcionamento e a coordenação das BAC, das Brigadas de Investigação Criminal (BIC) e das Secções de Investigação Criminal (SIC)¹⁴⁴. Posteriormente, no ano de 2003 (tendo já a

¹⁴⁰ Este Decreto-Lei vem alterar a redacção do art. 57º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro, que é o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas. Ele é criado com o intuito de empenhar no combate à oferta e ao consumo de estupefacientes outros OPC para além da PJ, como a PSP, a GNR, o SEF e a DGA, havendo, no entanto, um órgão centralizador de toda a informação respeitante a este tipo de crimes (a DCITE da PJ, conforme o art. 4º do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril). Este diploma legal vem, então, deferir na PSP e na GNR a competência para a investigação, na sua área de jurisdição, dos crimes previstos no art. 21º (tráfico de estupefacientes), quando se tratar de situações de distribuição directa aos consumidores, e nos artigos 26º, 29º, 30º, 32º, 33º e 40º do Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro. De acordo com o art. 2º do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril, é também da competência da PSP, na sua área de actuação e com vista à detecção de situações de tráfico e consumo de estupefacientes ou substâncias psicotrópicas, o seguinte: a) a vigilância dos recintos predominantemente frequentados por grupos de risco; b) a vigilância e o patrulhamento das zonas usualmente referenciadas como locais de tráfico ou consumo.

¹⁴¹ A criação destas BAC está prevista no art. 5º do Decreto-Lei n.º 81/95, de 22 de Abril, sendo que o mesmo artigo enuncia que estas brigadas devem existir em todos os Comandos Regionais, Metropolitanos e de Polícia da PSP, na dependência dos mesmos.

¹⁴² A Lei n.º 21/2000, de 10 de Agosto, foi a primeira Lei de Organização de Investigação Criminal (LOIC).

¹⁴³ Rui Massaneiro (2009), *op. cit.* p. 9.

¹⁴⁴ Ricardo Jorge Pinto Ferreira (2001), *A Investigação Criminal na P.S.P.: Contributo para a sua Estrutura e Organização*, Tese de licenciatura em ciências policiais, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, pp. 31 e ss. Conforme refere o Autor: “A existência deste hiato de cinco anos não deixa de ser curioso, na medida em que foi um período durante o qual as B.A.C. actuaram sem qualquer tipo de

LOIC sido publicada em 2000), a PSP emitiu a Circular DEPIPOL n.º 1719/2003, de 04 de Agosto, que previa o Subsistema da Investigação Criminal da PSP. Esta Circular veio “estabelecer uma nova orgânica do sistema de investigação criminal”, esclarecendo as competências de cada unidade ou subunidade integrante dessa estrutura¹⁴⁵. De acordo com essa Circular, nos Comandos Regionais e Metropolitanos existiam Divisões de Investigação Criminal (DIC), e nas restantes Secções de Investigação Criminal (SIC), com as respectivas subunidades, as Esquadras de Investigação Criminal (EIC).

Com a mais recente LOPSP¹⁴⁶, a investigação criminal na PSP sofreu nova alteração. Foi criada uma estrutura ao nível da Direcção Nacional (DN) da PSP, com a designação de Departamento de Investigação Criminal, ao qual compete, sobretudo, ser o órgão centralizador da investigação criminal da PSP¹⁴⁷. Na dependência desta “unidade nuclear” da DN da PSP, foi criada a Divisão de Coordenação de Investigação Criminal (DCIC) e a Divisão de Polícia Técnica e Análise Criminal (DPTAC), o Núcleo de Apoio Geral (NAG) e o Núcleo de Apoio e Assessoria (NAA)¹⁴⁸. A mais recente reestruturação na investigação criminal na PSP aconteceu com o Despacho n.º 20/GDN/2009, que veio redefinir, entre outras, a organização e competência das Divisões (DIC), dos Núcleos de Investigação Criminal (NIC), Esquadras de Investigação Criminal (EIC) e Brigadas de Investigação Criminal (BIC) da PSP¹⁴⁹.

2.4.3. As actuais competências da PSP na investigação criminal

Conforme resulta da actual LOIC e da LOPSP, e também do CPP, a PSP é um OPC que actua na direcção e dependência funcional da AJ competente, com a missão de

regulamentação própria estabelecida pela instituição, sendo definidas e estruturadas de modo diferente nos distintos Comandos existentes, com efectivos e meios díspares, consoante a sensibilidade dos seus comandantes”. Às BIC competia investigar os crimes de menor envergadura e que mais afectavam o sentimento de segurança das pessoas.

¹⁴⁵ Rui Massaneiro (2009), *op. cit.*, p.15.

¹⁴⁶ O art. 29º da LOPSP inclui a investigação criminal na Área de Operações e Segurança.

¹⁴⁷ Segundo o art. 6º da Portaria n.º 383/2008, de 29 de Maio, que cria o Departamento de Investigação Criminal, determina que lhe compete: “a) Coordenar as vertentes processual e operacional da actividade da PSP; b) Apoiar tecnicamente, propondo e difundindo instruções, em especial relativamente a crimes de maior gravidade, complexidade ou dispersão territorial, que justifiquem a gestão concentrada da investigação; c) Contribuir para a formação inicial, de actualização, de aperfeiçoamento e de especialização; d) Propor a doutrina e definir normas técnicas relativas à actividade de investigação criminal; e) Garantir o apoio às subunidades de polícia, ao nível da actividade de polícia técnica e do uso de meios centralizados; f) Assegurar a coordenação com outras entidades, designadamente em matéria de polícia científica”.

¹⁴⁸ A criação de tais “unidades orgânicas flexíveis” está regulamentada pelo Despacho n.º 19.935/2008, cujas competências estão nos artigos 12º, 13º e 14º, respectivamente.

¹⁴⁹ De acordo com o Despacho n.º 20/GDN/2009, a composição de uma EIC basicamente é compreendida por um Comandante, um Adjunto do Comandante, a Brigada de Prevenção Criminal (BPC), a Brigada de Investigação Criminal (BIC), a Unidade Local de Informações Criminais (ULIC) e a Equipa de Apoio (EA). Cfr. Anexo 7.2 do Despacho n.º 20/GDN/2009.

coadjuvar as referidas autoridades e desenvolver as acções de prevenção e investigação da sua competência ou que lhes sejam cometidas pelas AJ competentes¹⁵⁰. No âmbito da sua actuação, possui autonomia técnica e táctica, podendo também impulsionar e desenvolver, *per se*, as diligências legalmente admissíveis (com posterior fiscalização da AJ competente)¹⁵¹. Como OPC de competência genérica, a PSP abstém-se de investigar os crimes cuja competência esteja reservada à PJ ou os crimes que sejam da competência específica de outro OPC e que por esses já estejam a ser investigados¹⁵².

Importa, também, referir que, se a PSP tiver conhecimento de factos relativos à preparação e execução de crimes para os quais não é competente para investigar (crimes da competência reservada da PJ), deve transmitir esse conhecimento ao OPC competente no mais curto prazo, que não pode exceder as vinte e quatro horas, conforme preceitua o art. 10º da LOIC. Se a PSP tiver a notícia do crime, não sendo competente para investigar, pode e deve praticar os actos cautelares e urgentes para assegurar os meios de prova e comunicar, no mais curto prazo, que não pode exceder as vinte e quatro horas, ao OPC competente, conforme se retira dos artigos 5º e 10º, n.º 2 da LOIC.

2.4.4. As equipas de identificação e inspecção judiciária (EIJ)

Entre as várias reestruturações da PSP ao nível da investigação criminal, surgiu a criação de equipas exclusivas para actuar nos locais dos crimes, na procura, recolha e tratamento de vestígios. Foi de um protocolo feito entre a PSP e a PJ que resultou a NEP n.º OPSEG/DEPOP/02/03, de 17 de Agosto de 2000, que criou as Equipas de Inspecção Judiciária (EIJ), actualmente designadas por Equipas de Identificação e Inspecção Judiciária (EIJ) – a chamada polícia técnica¹⁵³. Estas equipas existem em todos os Comandos Territoriais da PSP, dentro das unidades da área de investigação criminal existentes em cada um desses Comandos: por exemplo, no Comando Metropolitano de Lisboa (COMETLIS), as EIJ estão integradas na Unidade de Polícia Técnica (UPT) da DIC¹⁵⁴.

¹⁵⁰ Cfr. os artigos 2º e 3º, n.º 4 da LOIC.

¹⁵¹ Art. 2º, n.º 5, 6 e 7 da LOIC.

¹⁵² Artigos 3º, n.º 1, 4º, n.º 2, 6º da LOIC. Os crimes que a PSP pode investigar são todos aqueles que não estão previstos no n.º 2 do art. 7º da LOIC ou que lhe são atribuídos pela AJ competente. No entanto, há também crimes da competência exclusiva de outros OPC que a PSP não é competente para investigar.

¹⁵³ José Braz (2009), *op. cit.*, p. 216 e ss.

¹⁵⁴ Tal protocolo foi feito em 14 de Junho de 2000, pela necessidade de haver uma boa articulação entre os diversos OPC. Até então era ao Laboratório de Polícia Científica (LPC) da PJ que cabia recolher os vestígios nos locais dos crimes. Mas, o protocolo estabelecido resultou na possibilidade da PSP passar a efectuar a pesquisa e recolha de vestígios lofoscópicos (impressões digitais). Cfr. Ricardo Jorge Pinto Ferreira (2001), *op. cit.*, pp. 39 e ss.

É a Directiva n.º 3/2007 que actualmente define e reformula algumas regras de actuação das EIIJ, que têm sido adoptadas no âmbito da Directiva N.º 8/2001 do COMETLIS, que tem por base a NEP inicialmente referida. Esta Directiva contém não só a informação essencial quanto ao trabalho das EIIJ, como também redefine a articulação destas equipas com o dispositivo policial do COMETLIS e faz referência aos procedimentos a adoptar por todos os elementos policiais que cheguem primeiro ao local de um crime.

Assim sendo, estas equipas desenvolvem exclusivamente acções de inspecção e identificação judiciária, no quadro de competências da PSP e no âmbito dos crimes que tenham conhecimento, ou por determinação das AJ competentes, cabendo-lhes nomeadamente:

- “A inspecção ao(s) local ou locais do(s) crime(s) para efeitos de pesquisa e recolha de vestígios lofoscópicos ou outros;
- A elaboração de croquis e/ou levantamento fotográfico do local a inspeccionar, sempre que procedam à sinalização, levantamento e recolha de vestígios;
- A (re)definição do perímetro de segurança, para assegurar a preservação de vestígios e de locais de crime (...);
- A limitação de acessos ao local do crime bem como aos objectos que tenham servido para a sua prática e ainda a áreas reservadas em razão da preservação de vestígios a recolher;
- O encaminhamento de vestígios, recolhidos pelas EIIJ, para as entidades competentes, bem como a correspondente pesquisa, recepção e envio dos resultados;
- A recolha de impressões digitais e/ou palmares a arguidos/detidos, para efeitos de identificação judiciária e a suspeitos e/ou ofendidos, desde que estejam devidamente identificados;
- A inspecção de veículos e/ou outros objectos que tenham servido à prática de crime”¹⁵⁵.

Apesar da PSP estar actualmente a formar os seus elementos policiais no âmbito da gestão do local do crime, são os elementos das EIIJ que estão mais habilitados para realizar os *exames* ou inspecções. Como refere Pedro Amaral, são estes OPC (e, em especial, as

¹⁵⁵ Retirado da Directiva n.º 3/2007 da Área de Operações e Segurança do COMETLIS.

EIII) que, pela natureza dos seu serviço, pelo seu *know-how*¹⁵⁶ e pela sua experiência, são os mais qualificados para desenvolver tais diligências (e não a AJ competente). E esse conhecimento, aliado às boas capacidades de observação e de raciocínio para encontrar vestígios, não faz parte da cultura geral da maioria da população. A realização deste tipo de tarefa requer conhecimentos especializados na recolha e preservação de vestígios, de investigação criminal, de cultura geral, muito treino e sentido de observação e raciocínio apurados¹⁵⁷.

Relativamente ao trabalho desenvolvido por estas equipas durante o ano transacto pode-se referir que, em todo o território português, foram realizadas 27.062 inspecções, sendo que somente de 7.223 resultou a recolha de vestígios (6.678 com recolha de vestígios lofoscópicos e 545 com recolha de vestígios biológicos), tendo sido nas áreas de Lisboa e Porto onde se registaram maior número de inspecções (cerca de 6.400 em cada). Das inspecções realizadas, o objecto de grande parte dessas inspecções foram residências (8.364), daí resulta a importância não só desta matéria dos *exames* aos locais dos crimes, como também a aplicação da medida prevista no art. 173º do CPP¹⁵⁸.

O desenvolvimento da tarefa de inspecção ao local do crime necessita então de um saber específico. Por isso, de seguida se faz referência aos procedimentos gerais a adoptar numa inspecção ao local do crime, entre os quais figura a medida cautelar de permanência das pessoas no local do exame.

2.5.Os procedimentos de inspecção ao local do crime

Os *exames* ou inspecções judiciais realizadas em locais onde foram praticados crimes designam-se, na gíria policial, por inspecção ao local do crime. Esta actuação é considerada como “o ponto de partida para a corrida ou o ponto para iniciar a investigação, (...) a mais importante do trabalho”. Ela implica a realização de uma série de tarefas, onde investigadores actuam utilizando técnicas de investigação e criminalística, segundo as competências conferidas por lei¹⁵⁹. Para o Autor, um bom trabalho nesta fase afecta directamente o percurso da investigação, ou simplesmente, a resolução com sucesso ou não

¹⁵⁶ Este *know-how* a que o autor se refere não são conhecimentos iguais nem tão especializados como os necessários para a realização de perícias.

¹⁵⁷ Pedro Amaral (2005), *op. cit.*, p. 49.

¹⁵⁸ Cfr. Anexo 7. Inspecções realizadas pelas EIII no ano de 2009. Dados fornecidos pela Unidade de Polícia Técnica da Divisão de Investigação Criminal do COMETLIS.

¹⁵⁹ Guan Peng (2007), “Algumas considerações sobre o trabalho de inspecção ao local do crime” in *Investigação Criminal e Sistema Jurídico*, Macau, Escola de Polícia Judiciária, p. 52. O Autor refere que, sendo a investigação criminal “o percurso para apurar o que se passou e quem o fez (...)”, a inspecção ao local é considerada a fase preliminar para a resolução do caso”.

do caso¹⁶⁰. Também Pedro Amaral refere que “um exame ao local bem feito traduz, na generalidade, em 25 por cento do êxito de uma investigação”¹⁶¹.

Assim, a inspecção do local do crime é apontada como uma das fases mais relevantes para a investigação criminal. Para Reis Martins e José Braz, o local do crime contém elementos que permitirão a reconstituição dos factos e, portanto, a acção policial nesse local “tem tripla virtualidade”¹⁶². Esse *exame* ou inspecção é, então, a fase que maior grau de exigência manifesta¹⁶³, devido ao carácter urgente e ao elevado grau de perfeição na acção a desenvolver, nomeadamente na adopção dos procedimentos mais concretos e mais eficazes, para que não se deixe nada por fazer. Por isso, o investigador deve trabalhar depressa e bem pois quando abandonar o local do crime não pode lá voltar. Para tal, ele utiliza uma metodologia de acção que “estimula e disciplina a perfeição e o rigor técnico da acção policial”, para que situações de tensão ou de intuição não se sobreponham à análise serena e racional dos factos¹⁶⁴.

Por tal motivo, faz-se agora referência a um conjunto mínimo de procedimentos comuns a qualquer inspecção judiciária ou a uma “inspecção judiciária-tipo”¹⁶⁵. Neste âmbito, José Braz refere que a inspecção do local do crime engloba 3 fases de actuação: a comunicação do crime¹⁶⁶, a deslocação para o local¹⁶⁷ e a intervenção no local. Deixando

¹⁶⁰ *Ibidem*.

¹⁶¹ Pedro Amaral (2005), *op. cit.* p. 48. Este êxito não é sobre a descoberta de quem fez o quê mas sobre a acção da investigação no seu contributo “para a condenação ou inocentação de uma pessoa”.

¹⁶² Essa tripla virtualidade existe porque: “é o primeiro contacto da investigação com o facto criminoso; permite obter dados e indicações valiosas tendentes à recriação dos factos (prova pessoal e material) que irão condicionar toda a investigação subsequente; e permite a possibilidade de vir a conhecer quem fez o quê”. Reis Martins e José Braz (1986), *op. cit.*, p. 35.

¹⁶³ Essa exigência releva sobretudo ao nível da “preparação técnico-profissional do investigador e ao nível da disponibilidade, apetrechamento técnico e eficácia operacional da instituição policial.” *Idem*, p. 36.

¹⁶⁴ *Idem*, p. 37.

¹⁶⁵ José Braz (2009), *op. cit.*, p. 204. Sendo a investigação criminal uma actividade em que “cada caso é um novo caso, diferente (...) dos anteriores” e que “parte sempre, no plano do raciocínio, da diferença para a semelhança, numa incessante procura de denominadores comuns”, como a inspecção judiciária é uma das fases dessa investigação, ela é também uma das que melhor reflecte essa realidade. E por tal, é possível elencar um conjunto de procedimentos comuns a qualquer inspecção e, até, padronizar determinadas condutas quando se inspeciona no âmbito do mesmo tipo de crimes.

¹⁶⁶ Quanto à comunicação, esta é importante na perspectiva da investigação criminal, porque ultrapassa a mera constatação da infracção. Nela impõe-se recolher certas informações e adoptar certos comportamentos sistemáticos como saber o tipo de crime, a data/hora, o local, a identificação do comunicante/vítima, etc. Para além disso, e independentemente do meio de comunicação usado, o funcionário que recebeu a informação do crime deve recomendar a preservação do local até à chegada da equipa de investigação. Esta preservação deve significar: não tocar em nada do que está no local do crime e resguardar de qualquer alteração voluntária ou involuntária provocada por curiosos (isolamento do local). Também deve, de seguida, o investigador diligenciar para saber se a informação da comunicação é verdadeira. Desenvolvidamente cfr. José Braz (2009), *op. cit.*, pp. 205 a 209.

¹⁶⁷ A deslocação para o local do crime deve ser célere, mas não precipitada, para não prejudicar as tarefas a desenvolver no local. Com base na comunicação do crime, deve-se fazer o levantamento das necessidades e escolher os meios humanos e materiais adequados para o local. É pela grande importância desta fase na investigação criminal que se compreende a existência de serviços de piquete ou prevenção de equipas

de parte as duas primeiras fases, porque a que mais nos interessa é a terceira e última, a intervenção no local do crime consiste, actualmente, na execução de dois tipos de procedimentos diferentes: os preliminares e os sistemáticos.

2.5.1. Os procedimentos preliminares no local do crime

Estes actos, anteriormente subdivididos por Reis Martins e José Braz em tarefas imediatas e tarefas referentes às pessoas¹⁶⁸, são agora definidos por José Braz como procedimentos preliminares¹⁶⁹ ou tarefas de gestão do local do crime¹⁷⁰. Estes procedimentos são as diligências imediatas a realizar pela entidade policial ou agente da autoridade após a chegada ao local (pois normalmente quem chega primeiro ao local é a polícia da área), com o objectivo de garantir o normal desenvolvimento dos procedimentos sistemáticos, sendo assim *instrumentais* em relação a esses. Apesar de não constituírem actos de investigação criminal¹⁷¹, estes procedimentos têm como objectivo “proteger os elementos de prova e criar condições que viabilizem a realização da inspecção judiciária propriamente dita” pelo OPC competente¹⁷².

A actuação policial neste domínio consiste, basicamente, na garantia da segurança e da ordem pública no local do crime e área adjacente, na prestação de auxílio às pessoas em perigo de vida, identificar suspeitos e ou testemunhas, recolher informações das pessoas e apreender todos os objectos possivelmente relacionados com o crime¹⁷³. Para além disso, e quase simultaneamente, esta gestão do local do crime também compreende o isolamento, a preservação e o controlo do local¹⁷⁴. Isolar o local é o mesmo que o tornar incomunicável, mantendo-se afastados todos os curiosos e cortando-se a comunicação interpessoal. Rui Massaneiro acrescenta que, para tal, deve-se estabelecer um perímetro de segurança, com barreiras físicas, envolvendo o local onde foi cometido o crime, mas também os locais de

especializadas, inseridas na orgânica policial (como é o caso das EIJJ). Quanto aos meios humanos importa realçar que, segundo José Braz, as equipas devem ser constituídas por elementos que abranjam as três valências principais: a investigação criminal, a polícia técnica e a polícia científica. Já quanto aos meios materiais, as viaturas, os kits com material de inspecção, material de isolamento. Desenvolvidamente, José Braz (2009), *op. cit.*, p. 211 e ss.

¹⁶⁸ Reis Martins e José Braz (1986), *op. cit.*, p. 43 e ss.

¹⁶⁹ José Braz (2009), *op. cit.*, p. 222 e ss.

¹⁷⁰ A Directiva n.º 3/2007, no Ponto 5 referindo-se à actuação das subunidades operacionais, subdivide a gestão do local do crime em duas vertentes: os procedimentos de abordagem e os procedimentos de preservação da prova.

¹⁷¹ Segundo o Autor, os procedimentos preliminares “não visam a descoberta da verdade, mas outrossim, a criação de melhores condições para que aquela se inicie”. José Braz (2009), *op. cit.*, p. 222.

¹⁷² José Braz (2009), *op. cit.*, p. 221 e ss.

¹⁷³ *Idem*, p. 222.

¹⁷⁴ Reis Martins e José Braz (1986), *op. cit.*, p. 44. Sobre esta matéria, cfr. Rui Massaneiro (2009), *op. cit.*, p. 28.

acesso e de fuga de suspeitos e locais de entrada e saída de pessoas, retirando-se e vedando-se o acesso a pessoas estranhas ao local e limitando-se o número de pessoas, e os seus movimentos, no referido local. O objectivo é proibir que alguém volte a entrar no local e se alterem ou destruam os vestígios lá existentes¹⁷⁵.

Mas, também é preciso preservar e controlar o local. Preservar é “acautelar, pôr ao abrigo de algum mal”¹⁷⁶. Não deixar que qualquer acção humana ou material o altere ou modifique. Já controlar é o mesmo que fiscalizar ou verificar. Para isso, o elemento policial deve estar alerta para a verificação de algo que possa ocorrer e eventualmente ter que ver com o facto criminoso e/ou contribuir para o seu esclarecimento¹⁷⁷.

Vera Lourenço divide tais actos em procedimentos de segurança e socorro (os primeiros a tomar), procedimentos técnicos relativos às pessoas e aos vestígios (onde a regra é sobretudo não mexer em nada) e os procedimentos relativos ao registo e transmissão de informação.¹⁷⁸

2.5.2. Os procedimentos sistemáticos ou a inspecção ao local *stricto sensu*

Os procedimentos sistemáticos reflectem a actuação no exame ao local do crime ou inspecção ao local *stricto sensu*¹⁷⁹. Tais actos iniciam-se logo após a chegada do OPC competente para o efeito, ou seja, a equipa de inspecção judiciária. Esta equipa monta o dispositivo de intervenção e contacta os elementos policiais que preservaram o local do crime, para deles obter o relatório de ocorrências. Seguidamente e de forma sistemática, os elementos dessa equipa devem adoptar os seguintes procedimentos:

- delimitar definitivamente a área correspondente ao local do crime que será examinada;
- verificar as condições de segurança no local;
- reavaliar as necessidades (meios humanos ou materiais) de acordo com o cenário encontrado, e satisfazer as mesmas;
- fotografar ou gravar em vídeo o local do crime;
- observar e avaliar globalmente o local do crime, para perceber o que aconteceu, como e porquê (encontrar o móbil do crime), e poder determinar as espécies de

¹⁷⁵ Rui Massaneiro (2009), *op. cit.*, p. 27.

¹⁷⁶ Reis Martins e José Braz (1986), *op. cit.*, p. 44.

¹⁷⁷ *Ibidem*.

¹⁷⁸ Desenvolvidamente ver Vera Lourenço De Sousa (2008), *op.cit.*, pp. 548 e ss.

¹⁷⁹ Reis Martins e José Braz (1986), *op. cit.*, p. 47.

vestígios a procurar, a sua possível localização e interpretação relativamente ao todo;

- pesquisar vestígios e, consequente, isolar, sinalizar e identificar os vestígios encontrados. A pesquisa dos vestígios deve ser feita com recurso às técnicas de busca, de forma metódica e rigorosa para que toda a área seja observada¹⁸⁰;
- fotografar os vestígios e todos os detalhes considerados pertinentes pelo investigador. A regra é não mexer em nada sem antes se fotografar¹⁸¹;
- elaborar hipóteses dinâmicas sobre os factos ocorridos, já tendo por base os vestígios encontrados;
- tratar, recolher, preservar e transportar os vestígios, com o recurso aos materiais adequados;
- fazer uma avaliação final do local do crime e de todas as hipóteses de trabalho formuladas;
- elaborar o relatório final; e
- desactivar o dispositivo montado e abandonar o local, acautelando, se necessário, outras intervenções a realizar posteriormente¹⁸².

2.6. Conclusão capitular

Neste capítulo concluiu-se que a PSP possui elementos policiais e equipas (as EIII) que possuem um certo *know-how* na realização de *exames* aos locais dos crimes e na adopção das respectivas medidas cautelares. A constante actualização e formação dos seus elementos com cursos sobre a gestão do local do crime e a existência de equipas como as EIII são demonstrações da actuação competente da PSP neste âmbito. Conforme se verificou, na acção dos elementos policiais que chegam ao local de um crime, existem várias medidas a desenvolver (as tarefas de gestão do local do crime), entre as quais figura o poder do OPC em determinar que certas pessoas indispensáveis à realização do *exame* ao local do crime não se afastem do mesmo, previsto no art. 173º do CPP. Assim, analisa-se

¹⁸⁰ Na realização de tais actos deve-se saber o que se procura (para isso deve o investigador saber o tipo de crime que se trata e o género de vestígios que poderá encontrar), aplicar o esquema de busca mais adequado ao terreno, não passar de uma zona para a outra sem que a primeira tenha sido completamente buscada; iniciar a busca pelo chão, prosseguindo na vertical, para a altura do peito, entre este e o tecto e por final no tecto. *Idem*, p. 46.

¹⁸¹ Normalmente, um vestígio é fotografado três vezes: uma fotografia de enquadramento, uma de ligação e uma pormenorizada. A fotografia serve principalmente para “perpetuar a realidade e constituir assim precioso instrumento para posterior reconstituição do crime”, mas também é necessária devido às possíveis alterações dos vestígios, por razões naturais ou humanas, ou até para se descobrirem pormenores que no local passam despercebidos. *Idem*, p. 46.

¹⁸² Reis Martins e José Braz (1986), *op. cit.*, pp. 47 e 48. Ver também José Braz (2009), *op. cit.*, pp. 222 e 223.

seguidamente essa medida, aplicável por força da al. *a*) do n.º 2 do art. 249º do CPP, que é, de grosso modo, o nosso objecto de estudo.

Capítulo 3 – Das pessoas no local de exame

3.1.Introdução capitular

Analizado o regime geral dos *exames* e a actuação policial na inspecção ao local do crime, eis que chega a altura de abordar em concreto uma das medidas cautelares aplicáveis nesse âmbito, prevista no n.º 1 do art. 173º do CPP¹⁸³. Apesar de figurar entre os meios de obtenção de prova, este acto pode também ser realizado pelos OPC, no âmbito das suas competências próprias, como medida cautelar e de polícia¹⁸⁴.

Assim, ao longo deste capítulo, tentar-se-á perceber o teor desta medida, para que posteriormente se possa chegar a uma correcta interpretação da norma e, conseqüentemente, uma correcta actuação do OPC. Para isso, analisam-se fundamentalmente três aspectos essenciais desta norma: a privação da liberdade das pessoas com a aplicação desta medida; o significado e o recurso à *força pública*; e a possibilidade de existir crime de desobediência das pessoas que se recusam a permanecer no local.

3.2.A natureza e a finalidade do artigo 173º do CPP

Como já foi referido, o n.º 1 do art. 173º do CPP prevê uma medida cautelar de preservação de vestígios aplicável na realização de *exames* ou inspecções aos locais dos crimes. De acordo com Tolda Pinto, esta norma “previne a disciplina a instaurar em certas situações susceptíveis de ocorrer no momento/local do exame, traduzindo assim uma obrigação de permanência no local”¹⁸⁵ por parte das pessoas que lá se encontram, aspecto que é considerado por Pedro Amaral como um dos princípios na realização dos *exames*¹⁸⁶.

Sendo a finalidade do exame a obtenção de matéria probatória sobre o crime ocorrido para o processo, e sendo a permanência das pessoas uma medida cautelar, uma das tarefas a realizar no *exame*, poder-se-ia deduzir que a finalidade de ambas é a mesma. Porém, apesar de inicialmente Germano M. da Silva referir que este artigo é formalmente um meio

¹⁸³ O n.º 1 do art. 173º do CPP tipifica que “A autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal competentes podem determinar que alguma ou algumas pessoas se não afastem do local do *exame* e obrigar, com o auxílio da força pública, se necessário, as que pretenderem afastar-se a que nele se conservem enquanto o *exame* não terminar e a sua presença for indispensável.” Itálico nosso.

¹⁸⁴ A al. a) do n.º 2 do art. 249º do CPP enuncia o seguinte: “Compete-lhes (...) a) Proceder a exames dos vestígios do crime, em especial às diligências previstas no art. 171º, n.º 2, e no art. 173º, assegurando a manutenção do estado das coisas e dos lugares”.

¹⁸⁵ Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *op. cit.*, p. 876.

¹⁸⁶ Pedro Amaral (2005), *op. cit.*, p. 49.

de obtenção de prova, ele diz que esta medida é “um instrumento para a prossecução do meio probatório”¹⁸⁷. Para José Ramos, o art. 173º consagra um instituto processual de natureza cautelar, cuja finalidade não é “uma finalidade probatória imediata” mas sim “garantir a eficácia do meio de obtenção de prova exame”¹⁸⁸.

Já João Costa Andrade refere que tal norma integra os *exames*, definindo certas regras para a sua realização e, como tal, “não poderá ser considerado como um meio de obtenção de prova”¹⁸⁹. Também Mário Ferreira Monte esclarece que o que se pretende com o disposto no artigo não é obter directamente provas, mas sim “dar aos OPC os meios necessários para garantir a efectiva realização desse exame”¹⁹⁰. E, por isso mesmo, o art. 173º “não é obviamente um meio de obtenção de prova”, porque, como visa “assegurar a realização, com eficácia, de um meio de obtenção de prova denominado exame”¹⁹¹, ele é o “reverso” da medida cautelar do n.º 2 do art. 171º, de impedir a entrada ou o trânsito no local a examinar para assegurar os meios de prova, conforme explica Damião da Cunha.

Esta medida cautelar prevista no n.º 1 do art. 173º do CPP, cuja finalidade é assegurar com eficácia a realização do exame, pode também ser aplicada como medida cautelar e de polícia, por força da al. a) do n.º 1 do art. 249º do CPP. Segundo esta norma, os OPC devem tomar as medidas cautelares urgentes e necessárias para assegurar os meios de prova, de acordo com a sua função de polícia judiciária, enformada pelos artigos 55º, 56º e 249º do CPP.

Assim, é na adopção dos já referidos procedimentos preliminares, ou de gestão do local do crime, que tal medida é aplicada. São os elementos policiais que primeiramente chegam ao local que mormente adoptam esta medida, verificando que lá estão pessoas susceptíveis de serem indispensáveis para a realização de *exame* ou que da sua presença se possa realizar o mesmo eficazmente. No entanto, tal não significa que os OPC que posteriormente vierem a realizar a inspecção ao local do crime propriamente dita não determinem esta medida cautelar; eles podem e devem, sempre que necessário, aplicá-la.

¹⁸⁷ Segundo Germano Marques da Silva, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa (Lisboa) e do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna e autor de várias obras na área do Direito Processual Penal, em entrevista realizada em 28/03/2010. Para mais informações ver Anexo 2.

¹⁸⁸ Segundo José Ramos, Magistrado do Ministério Público, em entrevista realizada em 23/04/2010. Para mais informações ver Anexo 6.

¹⁸⁹ Segundo João Costa Andrade, Advogado e Professor do Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, em entrevista realizada em 18/04/2010. Para mais informações ver Anexo 5.

¹⁹⁰ Segundo Mário Ferreira Monte, Professor da Escola de Direito da Universidade do Minho, em entrevista realizada em 13/04/2010. Para mais informações ver Anexo 4.

¹⁹¹ Segundo José Damião da Cunha, Professor da Faculdade de Direito da Universidade Católica (Porto), em entrevista realizada em 01/04/2010. Para mais informações ver Anexo 3.

3.3.A liberdade das pessoas no local do exame

Segundo o n.º 1 do art. 173º do CPP, o OPC competente pode determinar que alguma ou algumas pessoas se não afastem do local do *exame*. Logicamente, pelo facto desse elemento policial emitir tal determinação, é necessário desvendar se esse não afastamento se traduz numa privação da liberdade das pessoas visadas com tal determinação. Assim, o que está aqui em causa é saber se existe ou não a privação de um direito fundamental: a liberdade.

3.3.1. O direito à liberdade como direito fundamental (breve reflexão)

Embora a liberdade seja um conceito subjacente a vários universos, não se pretende tratá-la aqui como a liberdade expressão e de informação, nem tão pouco como liberdade de reunião e manifestação ou liberdade de consciência e de culto, apesar destas serem componentes da “clássica liberdade de pensamento”. A liberdade que aqui se pretende retractar é a liberdade como um todo, como um direito fundamental, previsto no art. 27º da CRP¹⁹².

O direito à liberdade é, em primeiro lugar, um direito fundamental. Ele faz parte de um conjunto de direitos que, em sentido material, constituem “as bases principais da situação jurídica de cada pessoa, quer estejam consagrados na CRP, nas leis ou nas regras aplicáveis de direito internacional”¹⁹³. Este direito integra uma “categoria de direitos sem o respeito dos quais seria difícil ao indivíduo viver em paz”¹⁹⁴. A actual amplitude e natureza deste direito, assim como dos outros, deriva da sua evolução histórica, enriquecido com as transformações das ideias e dos pensamentos das colectividades. Por isso, é que, como direito fundamental previsto no art. 27º da CRP, o direito à liberdade faz parte dos chamados direitos, liberdades e garantias pessoais. É um direito intrinsecamente ligado ao “primado do Homem face à sociedade de que faz parte”¹⁹⁵.

¹⁹² J. J. Canotilho e Vital Moreira (1993), *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora., pp. 225 e 226. Estas liberdades não podem também ser sujeitos a “impedimentos nem discriminações”, não querendo significar o “sem impedimentos” o não haver limites; os limites a esse direito são quando o exercício desses direitos pode dar lugar a infracções.

¹⁹³ Segundo Miguel Faria, os direitos fundamentais são próprios das ordens jurídicas internas, que os consagram e os protegem, se a protecção for de direito internacional então são designados por Direitos do Homem. Dizem-se direitos naturais porque resultam da natureza do homem pelo simples facto de ter nascido. São direitos inalienáveis ou indisponíveis inerentes ao Homem, que deles não pode dispor ou renunciar. Miguel Faria (1992), *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*, Lisboa, Escola Superior de Polícia, p. 6.

¹⁹⁴ *Ibidem*. Por isso é que é designado de direito primário ou essencial.

¹⁹⁵ *Idem*, p. 5.

Como explicam Gomes Canotilho e Vital Moreira, a realização deste direito traduz-se essencialmente no “direito à liberdade física, à liberdade de movimentos, ou seja, direito a não ser detido, aprisionado, ou qualquer modo fisicamente confinado a um determinado espaço, ou impedido de se movimentar”¹⁹⁶. Assim, esta norma realça aquilo que já advém dos diversos diplomas de direito internacional, como a Declaração Universal dos Direitos do Homem (DUDH) ou a Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH); ou seja, de que todos têm direito à liberdade.

3.3.2. As restrições ao direito à liberdade

Sufragando Gomes Canotilho e Vital Moreira, o direito à liberdade previsto no art. 27º da CRP engloba vários subdireitos como o “direito a não ser detido ou preso pelas autoridades públicas, salvo nos casos e termos previstos neste artigo (...), direito a não ser aprisionado ou fisicamente impedido ou constrangido por parte de outrem (...) direito à protecção do Estado contra os atentados de outrem à própria liberdade”¹⁹⁷.

As restrições ao referido direito traduzem-se, então, em medidas de privação da liberdade, privação essa que pode ser total ou parcial, e medidas essas que só podem ser as previstas nos n.ºs 2 e 3 do art. 27º da CRP. É somente nesses casos previstos na CRP que a liberdade pode ser restringida, não podendo a lei criar outras, de acordo com o chamado “princípio da tipicidade constitucional das medidas privativas (ou restritivas) da liberdade”¹⁹⁸. Concomitantemente, o art. 18º da CRP esclarece que os únicos casos em que se pode restringir o direito de alguém à sua liberdade são somente os “casos expressamente previstos na Constituição”. E, para além disso, tais medidas só podem ser estabelecidas para proteger os direitos ou interesses constitucionalmente protegidos, devendo limitar-se ao estritamente necessário para os proteger¹⁹⁹.

Desta feita, nos n.ºs 2 e 3 do art. 27º da nossa lei fundamental encontram-se as referidas restrições a este direito fundamental. O n.º 2 enuncia a regra da restrição: ou seja, que as medidas de privação da liberdade, seja total, seja parcial, só podem resultar da condenação por acto punível com pena de prisão ou aplicação de medida de segurança²⁰⁰. No entanto, o n.º 3 da mesma norma prevê as excepções à regra, isto é, outras situações em que há legitimidade para privar alguém da sua liberdade. Neste número, verifica-se que só

¹⁹⁶ *Ibidem*.

¹⁹⁷ J. J. Canotilho e Vital Moreira (1993), *op. cit.*, p. 184.

¹⁹⁸ *Ibidem*.

¹⁹⁹ *Idem*, p. 185.

²⁰⁰ *Ibidem*.

pode ser privado da liberdade quem for preso ou detido dentro das condições nele expressamente previstas²⁰¹.

3.3.3. O artigo 173º do CPP como medida restritiva da liberdade

Atendendo ao texto normativo do n.º 1 do art. 173º do CPP, em que se prevê que o OPC possa determinar que as algumas pessoas não se afastem do local do *exame*, e atendendo ao significado de liberdade apresentado por Gomes Canotilho e Vital Moreira, verifica-se que tal medida cautelar configura assim uma restrição ao direito à liberdade. O que está a ser alvo de restrição é a liberdade física e de movimentos das pessoas presentes no local a examinar.

Então, sendo tal medida entendida como uma restrição ao direito à liberdade, é óbvio que, de acordo com o art. 18º da CRP, tal direito só pode ser restringido nos casos expressamente previstos na CRP, conforme deriva da CEDH [al. *b*) do n.º 1 do art. 5º] em que as pessoas podem ser privadas da sua liberdade para o cumprimento das obrigações impostas por lei. Mas, o que é certo é que a nossa lei fundamental, analisados os n.ºs 2 e 3 do art. 27º da CRP, que são onde estão tipificadas as situações em que se pode restringir o direito à liberdade, não prevê naquele artigo qualquer referência a uma detenção para permanência no local do *exame*. Levanta-se, assim, a dúvida sobre onde poderá “encaixar” esta restrição ao direito à liberdade, no âmbito dos n.ºs 2 e 3 do art. 27º da CRP.

Germano M. da Silva explica que esta medida é “um meio restritivo da liberdade, mas não no sentido constitucional”. Sendo uma medida cautelar, ela traduz-se num “dever processual (...) que incide sobre qualquer cidadão, verificados os pressupostos”²⁰². Já Damião da Cunha, apesar de também referir que é evidente que “se limita por esta via a liberdade das pessoas”²⁰³, não arrisca dizer se é ou não uma verdadeira restrição da liberdade, ou se estamos apenas perante um limite imanente, deixando a questão em aberto. João Costa Andrade refere também, que é obvio tratar-se de uma restrição da liberdade, e é legítimo questionar-se se tal liberdade restringida é açambarcada pelo art. 27º da CRP. No entanto, tem “muitas dúvidas que o seja” não só devido à interpretação analógica da

²⁰¹ Assim sendo, a prisão ou o cumprimento de medida privativa da liberdade só se aplicam a quem tiver de cumprir pena de prisão ou medida de segurança; e só é detido quem for apanhado em flagrante delito a praticar um crime, se houver fortes indícios da prática de crime doloso com moldura penal superior a três anos, se for estrangeiro e tenha entrado ou esteja irregularmente em território nacional, para identificação de pessoa suspeita da prática de um crime, para apresentar alguém perante AJ competente, por virtude de medida coactiva sujeita a controlo judicial, para sujeição de um menor a medidas decretadas pelo tribunal judicial competente, por decisão judicial em virtude de desobediência a decisão tomada por um tribunal ou para internamento de portador de anomalia psíquica. Cfr. art. 27º, n.º 3 da CRP.

²⁰² Segundo Germano Marques da Silva. Para mais informações ver Anexo 2.

²⁰³ Segundo José Damião da Cunha. Para mais informações ver em Anexo 3.

detenção para identificação lhe deixar “muitas reservas”, como pelo facto de haver no CPP outros casos em que a liberdade é restringida “sem qualquer problema jurídico-processual”²⁰⁴.

Guedes Valente também vê esta medida como restritiva da liberdade da pessoa, porque refere que, com esta medida, “o legislador dotou (...) [o] OPC de um «poder» material de detenção temporária idêntica à (...) detenção para identificação”, o qual “está limitado à proporcionalidade do seu fim”²⁰⁵. Mas, Mário Ferreira Monte elucida que tal medida “consiste numa restrição de um direito à liberdade da pessoa com fins preventivos e não repressivos”. Para o Autor, esta restrição é uma “detenção para a realização de um *exame*, cujo fim não está claramente apontado no artigo 173º”²⁰⁶. Não tendo certeza se tal restrição ofende o artigo 27º da CRP, e, se ofender, se não estará ultrapassada pelo artigo 18º da CRP, o Autor refere que a detenção não é inconstitucional se “o fim a que se destina (...) compreender um dos que está no artigo 27º”. Também José Ramos diz tratar-se de uma restrição da liberdade, no entanto justificável pela “realização da justiça na sua tríplice dimensão: como direito fundamental, como garantia de tutela de direitos e interesses e como finalidade estruturante da razão de ser do próprio estado”²⁰⁷.

Paulo Pinto de Albuquerque afirma que esta medida trata-se de uma “verdadeira detenção”²⁰⁸ com um “fim preventivo”, pois “a pessoa não pode afastar-se livremente de um certo espaço físico e pode mesmo ser usada a força pública para a manter no referido lugar”²⁰⁹. O fim preventivo é o facto da pessoa apenas se manter no local enquanto a sua presença for indispensável e o *exame* não tiver terminado. Para o Autor, esta detenção apenas pode servir uma de duas finalidades: para comparência perante a AJ competente [art. 27º, n.º3, al. f) da CRP], ou para identificação de pessoa suspeita [art. 27º, n.º3, al. g) da CRP]. E por isso mesmo esta medida não pode “ultrapassar o período admitido por lei para a detenção para identificação, por aplicação analógica do artigo 250º(...)”²¹⁰.

Porém, e atendendo às justificações apresentadas pelo Autor supracitado, ainda permanecem dúvidas principalmente quanto à detenção para que a pessoa compareça perante AJ competente. Pois, tal argumento é desde logo desvalorizado se esta medida

²⁰⁴ Segundo João Costa Andrade. Para mais informações ver Anexo 5.

²⁰⁵ Cfr. M. M. Guedes Valente (2009), *Processo Penal...*, *op. cit.*, p. 352.

²⁰⁶ Segundo Mário Ferreira Monte. Para mais informações *Vide* Anexo 4.

²⁰⁷ Segundo José Ramos. Para mais informações ver Anexo 6.

²⁰⁸ A detenção é “uma medida caracterizada pela precariedade e condicionalidade, pois circunscreve-se à privação da liberdade entre o momento da medida detentiva e a validação judicial consequente, estando sempre dependente desta”. J. J. Canotilho e Vital Moreira (1993), *op. cit.*, p. 186.

²⁰⁹ Paulo Pinto de Albuquerque (2009), *op. cit.*, p. 469. Negrito retirado.

²¹⁰ *Ibidem*.

cautelar do art. 173º do CPP for aplicada no âmbito do art. 249º, como medida cautelar e de polícia, não sendo a AJ competente conhecedora do acto policial praticado (só posteriormente com a recepção do relatório de diligência, conforme o art. 253º do CPP). Por isso e considerando esta medida como medida cautelar e de polícia, somente a identificação da pessoa, prevista na al. g) do n.º 3 do art. 27º da CRP, pode ser a justificação ou finalidade da medida prevista no art. 173º do CPP. No entanto, ainda assim permanece a dúvida se a aplicação de tal medida com tal finalidade não será uma redundância devido ao facto de tal medida cautelar e de polícia já existir no art. 250º, aplicável por força da al. b) do n.º 1 do art. 249º do CPP.

3.3.4. Os pressupostos da sua aplicação

O âmbito de aplicação de tal medida cautelar não incide sobre todas as pessoas, mas somente sobre aquelas que estão no local do *exame* e são indispensáveis à realização do mesmo. Importa, então, considerar esse local, qual a sua limitação geográfica, e realçar a indispensabilidade de alguém que seja obrigado a permanecer nele.

Começando por este último pressuposto, a norma não esclarece como pode ser uma pessoa considerada indispensável para a realização do *exame*. Enquanto que João Costa Andrade diz não ser possível definir concretamente a indispensabilidade, só atendendo ao caso em concreto, e que qualquer “cidadão não necessariamente suspeito pode ser visado por esta medida”²¹¹, Paulo Pinto de Albuquerque refere que, para haver esta “detenção”, tem de haver uma suspeita contra o detido no local, não sendo “admissível a detenção para qualquer outro fim de pessoa que não é arguido, nem suspeito, nem examinando, nem proprietário ou possuidor do lugar ou coisa examinados, mas apenas se encontre no local do exame”²¹². Este último Autor não considera admissível que se detenha pessoa que não seja suspeita, que tenha assistido à prática do crime e que queira afastar-se do local²¹³. No entanto, também não esclarece no que consiste essa indispensabilidade.

Mário Ferreira Monte refere que a pessoa é indispensável à realização de um *exame* se o mesmo “se revelar indispensável para a descoberta da verdade material, for um meio insubstituível e estiver autorizado por autoridade competente”. Para este Autor, podem ser alvo da medida cautelar do art. 173º “suspeitos, ou eventualmente pessoas que se encontrem nas situações abrangidas pela lei, ainda que não sejam suspeitas”²¹⁴.

²¹¹ Segundo João Costa Andrade. Para mais informações ver Anexo 5.

²¹² Paulo Pinto de Albuquerque (2009), *op. cit.*, p. 470.

²¹³ *Idem*, p. 469.

²¹⁴ Segundo Mário Ferreira Monte. Para mais informações ver Anexo 4.

Para Germano M. da Silva essa indispensabilidade “resulta do juízo da autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal na situação concreta”. O Autor baseia tal juízo com “a convicção da necessidade para efeitos da plenitude do exame da presença no local dessas pessoas”²¹⁵. Damião da Cunha explica que “a imprescindibilidade da presença se deve averiguar pelos pressupostos do art. 171º, uma vez que este art. 173º é instrumental em relação àquele”. Assim sendo, para o Autor, as pessoas a permanecer no local “serão aquelas que estejam no local e enquanto sejam necessárias para a recolha dos vestígios ou outros meios de prova”²¹⁶.

As pessoas dispensáveis à realização do *exame*, sobre as quais não pode recair a medida cautelar do n.º 1 do art. 173º, são aquelas que, não sendo suspeitas, em nada poderão contribuir ou estar ligadas à realização desse acto de inspecção. E tal ponderação, da aplicabilidade ou não da medida a determinada pessoa, resulta de um juízo do OPC (no caso das medidas cautelares e de polícia) que tem em conta a necessidade da presença da pessoa e do seu contributo para a eficaz realização da diligência. Mas, como refere Cavaleiro de Ferreira²¹⁷, da noção de indispensabilidade “se deve compreender uma presunção solidamente fundada da aquisição, pelo exame, duma prova essencial”. E, por isso, para além da indispensabilidade da pessoa, importa ponderar “a relação existente entre o meio considerado indispensável (...) e o fim da prova que se pretende alcançar” pois, se for diminuta a importância da matéria de facto a provar, “não justifica a utilização de meios de prova vexatórios”²¹⁸.

E, apesar de ser um esforço cognitivo quase intuitivo na chegada ao local a examinar, este juízo é fundamental. Constituindo esta medida uma restrição da liberdade da pessoa, o OPC pode estar ilegalmente a violar o direito fundamental à liberdade dessa pessoa e, assim, a aplicar incorrectamente esta medida. E nesse âmbito, como refere Paulo Pinto de Albuquerque, se a detenção for ilegal, o Estado pode ser responsabilizado civilmente pela detenção ilegal²¹⁹, ou seja, como explicam Gomes Canotilho e Vital Moreira, face ao poder das autoridades públicas “os meios de garantia do direito à liberdade são (...) o direito à indemnização por detenção ou prisão ilegal (n.º 5 do 27º CRP)”²²⁰.

Relativamente ao local do *exame*, importa sobretudo realçar que esse é mormente o local do crime que, cronologicamente, se traduz no primeiro contacto do elemento policial

²¹⁵ Segundo Germano Marques da Silva. Para mais informações ver Anexo 2.

²¹⁶ Segundo José Damião da Cunha. Para mais informações ver Anexo 3..

²¹⁷ Manuel Cavaleiro de Ferreira (1986), *Curso de Processo Penal*, Volume II, p. 349.

²¹⁸ Manuel Lopes Maia Gonçalves (1980), *op. cit.*, p. 271.

²¹⁹ Paulo Pinto de Albuquerque (2009), *op. cit.*, p. 470.

²²⁰ J. J. Canotilho e Vital Moreira (1993), *op. cit.*, p. 184

com o facto criminoso. Chegado ao local onde foi cometido o crime, o agente policial tem de isolar e controlar esse local, delimitando-o geograficamente, ficando visivelmente perceptível (por vezes é utilizada fita policial) qual é o local que se irá examinar. No entanto, tal não quer dizer que esse lugar não possa ser alargado (geograficamente) pelo OPC que procede ao *exame*. Nem isso significa que a pessoa obrigada a permanecer no local tenha obrigatoriamente que permanecer “dentro” do espaço delimitado pelo OPC, a não ser que com os seus movimentos ela possa alterar ou destruir qualquer vestígio.

3.4.A recusa de permanência do local do exame

A medida cautelar analisada tipifica também que o órgão de polícia criminal pode “determinar e [não havendo cumprimento] obrigar, com o auxílio da força pública, se necessário, as que pretenderem afastar-se a que nele se conservem”²²¹. Está então tipificada a conduta que deve ter o OPC, caso alguém não cumpra o que foi determinado.

No entanto, esta tipificação não elucida claramente essa actuação, deixando essa actuação ser fruto das diferentes interpretações que lhes dão os diferentes agentes policiais. Assim, interrogando-se Carlos Pinto de Abreu sobre a actuação do OPC quando alguém se recusa a ser examinado²²², a dúvida também existe quanto à actuação policial perante a recusa de alguém em cumprir a determinação de não se afastar do local do *exame*.

3.4.1. O conceito “obrigar”

Conforme está tipificado no art. 173º do CPP, o OPC pode “obrigar” quem se recuse a permanecer que lá se mantenha. O esclarecimento inicial deste conceito poderá trazer alguma “luz” para o correcto entendimento de tal actuação, pois a sua interpretação é parte integrante do busílis desta disposição legal. Assim, o conceito obrigar aparece definido como sendo o mesmo que “forçar; constranger; impelir”²²³.

Por ser tão pouco esclarecedor, resolveu-se analisar também os seus significados. E, atendendo à definição destes, já se consegue vislumbrar o alcance do conceito inicial “obrigar”. A relação entre os conceitos e os seus significados é evidente, havendo assim uma lógica interpretável relativamente ao conceito “obrigar”. Enquanto que “forçar” significa “obrigar pela força; (...) conquistar pela força; (...) tentar fazer ceder utilizando a força”²²⁴, já “constranger” consiste também em “obrigar (alguém a fazer algo contra a sua

²²¹ Cfr. n.º 1 do art. 173º do CPP.

²²² Carlos Pinto de Abreu (2005), *op. cit.*, p. 283.

²²³ AAVV (2006), *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora, p. 1198.

²²⁴ *Idem*, p. 785.

vontade; (...) impedir os movimentos de (...)”²²⁵, e “impelir” é “dirigir com força; dar impulso a”²²⁶. Por tal, verifica-se que mediante a recusa de qualquer pessoa em permanecer no local do *exame*, o OPC deve usar a força para a obrigar a permanecer contra a sua vontade, limitando assim os seus movimentos.

Posto isto, verifica-se que a caracterização desta medida cautelar como uma “obrigação de permanência no local do exame”²²⁷ significa que existe uma obrigatoriedade do OPC na manutenção das pessoas indispensáveis ao *exame* nesse local, e não uma obrigação própria da pessoa em permanecer. Enquanto que esta última obrigatoriedade aponta para uma restrição à liberdade como um dever processual, como refere Germano M. da Silva, a primeira obrigatoriedade é a que faz mais sentido, é a obrigação do OPC em manter a pessoa no local, que faz com que se trate de uma verdadeira restrição do direito à liberdade, ou seja, uma detenção. No entanto, o artigo sugere que o OPC pode recorrer à *força pública*, caso seja necessário.

3.4.2. A expressão *força pública*

A força aplicável pelo OPC é a *força pública*. Apesar de aparentemente ser uma expressão fácil de desvendar e logicamente interpretável, esta expressão levanta algumas dúvidas quanto à sua concreta aplicação prática no momento e no local do *exame*. Para além disso, verifica-se que os autores estudados não esclarecessem e nem sequer fazem referência a esta expressão. Por isso, não há uma interpretação técnico-jurídica concreta desta expressão, nem lhe é dado o real ênfase que ela merece. A abordagem a tal expressão começa, em primeiro lugar, pela definição do conceito de força.

A palavra “força” deriva etimologicamente da palavra latina *fortia*, resultante do adjectivo *fortis*, que significava forte²²⁸. A “força” é actualmente uma palavra polissémica, cujo significado se altera consoante a vertente em que se insere.

Apesar da sua etimologia, este conceito desenvolveu-se sobretudo numa perspectiva científica²²⁹. Neste sentido, a “força” significa “qualquer acção que modifica o estado de

²²⁵ *Idem*, p. 423.

²²⁶ *Idem*, p. 924.

²²⁷ Cfr. M. M. Guedes Valente (2009), *op. cit.*, p. 351. Ver também Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *op. cit.*, p. 876.

²²⁸ José Pedro Machado (1977), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, Terceiro Volume, Lisboa, Livros Horizonte, pág. 74. Este conceito também está ligada à coragem, pois *fortia* significava a prática de um acto corajoso.

²²⁹ AAVV (1989), *LOGOS Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Volume E-I, Lisboa, Editorial Verbo, p. 668. Apesar de Aristóteles já relacionar a força ao movimento, foi Newton quem surgiu com uma noção quantitativa de força, com o princípio fundamental da dinâmica. Resumidamente, a força é o resultado da massa do corpo móvel vezes a sua aceleração ($F = m.a$).

repouso ou de movimento dum corpo”²³⁰. É por isso que a “força, *lato sensu*, é a faculdade de actuar, de produzir um efeito”²³¹. Já ligada às faculdades intelectuais, a força corresponde ao “poder de persuasão, de dominação que podem exercer certos factos, certas cousas”²³². Na moral, a força significa firmeza, carácter e coragem²³³. No plano das ciências jurídicas, a força manifesta-se em várias expressões, como por exemplo, a “força de lei”²³⁴. Até mesmo o conceito de legítima defesa tem intrinsecamente ligado o conceito de força²³⁵.

Na vertente humana, interessa sobretudo a força como reflexo de violência, ou seja, como “os meios violentos, constrangimentos, exercidos para obter um resultado: Usar a força”²³⁶. Há também quem a refira como a “acção de obrigar alguém a fazer alguma coisa”²³⁷. Numa perspectiva colectiva, a força significa “o poder de acção de um grupo de seres (...) falando de um povo, um país, tudo quanto contribui para o tornar poderoso”. Neste âmbito, quando nos referimos à força de um Estado, ou de um exército, estamos a realçar a sua importância, o seu poder²³⁸. E é daí que, no universo militar, a força dum exército pode significar “o conjunto de soldados armados, constituindo ou não uma unidade, mas sob um comando regular ou o poder de fogo ou outro desenvolvido ou possível numa tropa”²³⁹. E, como refere Norberto Bobbio, a força neste âmbito é “a violência, também física, que é usada por aquele que está autorizado a usá-la por um sistema normativo que distingue, com base em regras eficazes, o uso lícito e o uso ilícito dos meios que infligem sofrimento(...)”²⁴⁰.

²³⁰ José Lello e Edgar Lello (1988), *Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Volume Primeiro, Porto, Livraria Lello & Irmão, p. 1034. Ver também AAVV (1995), *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*, Lisboa, Texto Editora, pág. 704.

²³¹ AAVV (s/d), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume 11, Lisboa, Editorial Enciclopédia, p. 613.

²³² *Idem*, p. 614. Neste sentido, a força significa influência e autoridade (nos argumentos, nos pensamentos).

²³³ *Idem*, p. 613. Também reflecte o “talento, da habilidade, da fortuna ou sorte, do crédito, etc., ou seja, de tudo quanto pode ser meio de produzir uma cousa, de alcançar qualquer fim”.

²³⁴ José Lello e Edgar Lello (1988), *op. cit.*, p. 1034. A força de lei reflecte o “carácter coercitivo de um acto emanado do poder competente.”

²³⁵ AAVV (s/d), *Grande Enciclopédia...*, *op. cit.*, p. 615.

²³⁶ Leonel de Oliveira et al. (1997), *Nova Enciclopédia LAROUSSE*, n.º10, Lisboa, Círculo de Leitores, p. 3088. Ver também neste sentido AAVV (s/d), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, *op. cit.*, p. 613.

²³⁷ António de Moraes Silva (1945), *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, Lisboa, Editorial Confluência, p. 70.

²³⁸ AAVV (s/d), *Grande Enciclopédia...*, *op. cit.*, p. 613.

²³⁹ Cfr. AAVV (s/d), *Grande Enciclopédia...*, *op. cit.*, pp. 616 e 613, respectivamente. Aparecem agregadas a esta “força” expressões como força de cavalaria, força aérea, forças de invasão, força armada ou forças móveis, significando estas últimas as “tropas prontas à primeira voz para seguir onde quer que seja a sua presença necessária”.

²⁴⁰ Cfr. Norberto Bobbio (2000), *Teoria Geral da Política – A filosofia Política e as lições dos clássicos*, p. 515.

Definida a força, parte-se para a definição *força pública*, pois são poucos os autores que esclarecem esta expressão. Ela surge sobretudo numa vertente militar, ligada ao exército ou à “força policial”²⁴¹. A mais longa e esclarecedora definição de *força pública* encontrada consiste em “tôda a organização armada do Estado, para a defesa da ordem interna ou externa; exército, navios de guerra, aviação militar, polícia cívica, polícia de segurança internacional, guarda fiscal, sapadores-bombeiros, legião de voluntários, etc”. Para além disso, o mesmo Autor refere também que a “fôrça pública é o instrumento imprescindível de qualquer Estado, seja qual for a forma do governo. Sem ela, nenhuma lei ou sentença será respeitada, porque lhes faltaria coercibilidade”²⁴².

Pegando nos significados de “força”, aliados às poucas definições de *força pública*, pode-se prematuramente elaborar um entendimento sobre esta última expressão. Conforme se constatou, a “força” significa o “poder de compelir, o constrangimento, a coacção”²⁴³, qualquer coisa produtora de movimentos ou de alteração dele” e também a “violência, [a] acção de obrigar alguém a fazer alguma coisa, [o] poder, autoridade” de um Estado, surgindo como sendo o exército ou a força policial²⁴⁴.

Mediante tais argumentos, tudo leva a crer que a *força pública* aludida no art. 173º do CPP é a coercibilidade exercida pelo Estado²⁴⁵, através do seu exército ou das suas forças policiais, para obrigar alguém a fazer alguma coisa, para dar cumprimento ao estipulado por lei ou numa sentença. Desta forma, a *força pública* significa concomitantemente os corpos policiais incumbidos de assegurar o respeito pela lei, por manter a ordem e tranquilidade públicas e prevenir os crimes, e o uso da força ou dos meios coercivos desses corpos policiais.

Para Germano M. da Silva a *força pública* “é constituída por todas as forças policiais” e que a força a usar por estas no cumprimento desta medida é, se necessário, “nomeadamente a detenção em caso de desobediência”²⁴⁶. Também Mário Ferreira Monte refere que, no recurso a essa força, “só a força das autoridades policiais pode ser utilizada para esse efeito”, quando o OPC não consegue garantir a realização do *exame* em

²⁴¹ António de Moraes Silva (1945), *op. cit.*, p. 70. A força policial reflecte “o conjunto das formações da polícia e o exército destinadas a assegurar o respeito pela lei e a manter a ordem.” Cfr. Lello, José; Edgar Lello (1988), *op. cit.*, p. 1034.

²⁴² AAVV (s/d), *Grande Enciclopédia...*, *op. cit.*, p. 616.

²⁴³ *Idem*, p. 614.

²⁴⁴ António de Moraes Silva (1945), *op. cit.*, p. 70.

²⁴⁵ O Estado é definido por Norberto Bobbio como “o ente territorial nascido da dissolução da sociedade medieval, caracterizado não apenas pelo monopólio da força, mas também por um aparato administrativo estável.” Cfr. Norberto Bobbio (2000), *op. cit.*, p. 513.

²⁴⁶ Segundo Germano Marques da Silva. Para mais informações ver Anexo 2.

segurança²⁴⁷. Porém, José Ramos define a *força pública* somente como “o conjunto de funcionários do estado a quem, por missão legal, cumpre utilizar a força física no desempenho das suas atribuições”. A sua utilização resulta da lei e é a “única consequência para obrigar o examinando a permanecer no local até ser finda a necessidade da sua presença”²⁴⁸.

Já para Damião da Cunha a expressão *força pública* tem o sentido não só de força de polícia e de segurança como também significa «assegurar, ainda que por “coacção directa”, a presença da pessoa»²⁴⁹. Ainda assim, é João Costa Andrade que vai de encontro ao anteriormente deduzido, referindo que o recurso à *força pública* “implica que os OPC’s podem naturalmente compelir a pessoa, obrigando-a, com recurso à força, a permanecer no local do exame”, no entanto somente pelo tempo estritamente necessário. Para além disso, como refere o Autor, “os OPC’s poderão inclusive ser auxiliados por agentes das forças policiais assim como sucede com as autoridades judiciárias”²⁵⁰.

Confrontando estes entendimentos, o disposto no n.º 1 do art. 173º do CPP significa que o OPC pode usar a força, ou seja, os seus próprios meios coercivos para obrigar as pessoas a permanecerem no local, e, não conseguindo, não podendo ou estando no local agentes policiais a providenciar a segurança, pode pedir colaboração a esses agentes da força de segurança (também *força pública*) da área onde se insere o local do *exame*, para que esta o auxilie no cumprimento da sua determinação de permanência de certas pessoas no local do *exame*, conforme decorre do art. 5º da LSI, referente ao dever de colaboração entre forças e serviços de segurança.

3.4.3. O uso da força pela PSP

A LOPSP estipula que a *força pública* compreende o “efectivo mínimo de dois agentes em missão de serviço”, sendo cada um deles “agente da força pública”²⁵¹. A PSP é composta por agentes de *força pública* que, em conjunto, se traduzem numa *força pública*. E, segundo o n.º 2 do art. 12º da LOPSP, os elementos policiais da PSP podem usar meios coercivos. Como já foi referido, tal actuação por parte dos elementos policiais da PSP deve

²⁴⁷ Segundo Mário Ferreira Monte. Para mais informações ver Anexo 4.

²⁴⁸ Segundo José Ramos. Para mais informações ver Anexo 6.

²⁴⁹ Segundo José Damião da Cunha. Para mais informações ver Anexo 3.

²⁵⁰ Segundo João Costa Andrade. Para mais informações ver Anexo 5.

²⁵¹ Art. 9º, n.º 2 da LOPSP. De acordo com a estrutura hierárquica da PSP, o mais graduado é o comandante dessa força.

respeitar os princípios enformadores da actividade policial, em especial, os princípios da legalidade e da proporcionalidade *lato sensu*.²⁵²

Conforme ensina Germano M. da Silva, os elementos policiais quando actuam devem não só ter em conta os princípios que enformam a actividade policial como também os seus valores éticos. Para o Autor, eles devem ser possuidores de uma “grande capacidade de julgamento e de profissionalismo”²⁵³ para conseguir resolver eficazmente as várias situações conflituosas e complexas que enfrentarão. Podendo, entre essas várias situações, surgir algumas em que os elementos policiais poderão usar a força, eles devem ter em conta que essa actuação deve ser excepcional e que a sua aplicação está enformada pelos princípios da tipicidade e da proibição do excesso²⁵⁴.

Neste âmbito, a virtude mais relevante para os elementos policiais é a prudência, que se traduz num correcto discernimento do que fazer em determinada situação, na correcta avaliação dos valores em jogo. O que não se quer é que, precipitadamente, por força da emoção ou do stress, os elementos policiais usem da força abusivamente, violando assim os princípios pelos quais se regem e, sobretudo, os direitos fundamentais das pessoas visadas²⁵⁵. Assim, os elementos policiais devem somente recorrer aos meios coercivos “adequados à reposição da legalidade e da ordem, (...) só quando estes se mostrem indispensáveis, necessários e suficientes ao bom cumprimento das suas funções e estejam esgotados os meios de persuasão e de diálogo”²⁵⁶.

Para, de certa forma, regradar esse uso da força por parte dos elementos policiais, e tornar inteligível e perceptível a abrangência dos referidos princípios, a PSP emitiu a NEP n.º OPSEG/DEPOP/01/05, de 01 de Junho de 2004, estabelecendo as “Normas sobre os Limites ao Uso de Meios Coercivos” pelos seus elementos policiais. Nela estão estipulados os princípios, alguns parâmetros e aspectos inerentes ao uso da força pelos elementos policiais da PSP.

²⁵² Cfr. os artigos 1º, 2º e 3º do Código de Conduta para os Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei (CCFRAL), artigos 3º, n.º 2, 266º, n.º 2, 272º, n.º 1 e 2 da CRP, os Princípios da Legalidade e da Proporcionalidade da Carta Ética da Administração Pública (CEAP), art. 2º e 8º do Código Deontológico do Serviço Policial (CDSP). Desenvolvidamente ver M. M. Guedes Valente (2009), *Teoria Geral...*, pp. 136 a 197.

²⁵³ Germano M. da Silva (2001), *Ética Policial e Sociedade Democrática*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, p. 22.

²⁵⁴ *Idem*, p. 64.

²⁵⁵ *Idem*, pp. 90 e 81.

²⁵⁶ Cfr. art. 8º, n.º 1 do CDSP.

3.4.4. A aplicabilidade do crime de desobediência

O referido anteriormente por Germano M. da Silva leva a reflectir sobre a aplicação do crime de desobediência no âmbito desta medida cautelar. Pois, da maior parte da literatura analisada, transpareceu a ideia de que se determinada pessoa se recusar a cumprir a determinação do OPC em permanecer no local do *exame*, pode ser cominado o crime de desobediência e, conseqüentemente, deter-se a pessoa se houver desobediência. A título de exemplo, Leal-Henriques e Simas Santos referem que se houver ordem da autoridade que preside ao *exame* para que as pessoas lá permaneçam, se tal ordem não for cumprida e estiverem preenchidos os elementos típicos do crime de desobediência, pode-se proceder à detenção do faltoso, sujeitando-o depois a julgamento em processo sumário²⁵⁷. Por isso, é pertinente analisar esse crime e o que dizem os autores sobre a sua aplicação no âmbito do art. 173º do CPP.

3.4.4.1. O crime de desobediência

O art. 348º do Código Penal (CP) prevê que se sancione criminalmente a desobediência. A aplicação desta norma tem como objectivo assegurar a “autonomia intencional do Estado”²⁵⁸ ou a “autoridade pública”²⁵⁹. Para que seja considerado crime de desobediência têm que estar reunidos determinados elementos, nomeadamente: haver uma ordem ou mandado legítimos; uma comunicação regular ao seu destinatário; comunicação emitida por uma autoridade ou funcionário competente; haver falta de obediência a essa ordem ou mandado; e haver a intenção de desobedecer²⁶⁰.

Para Leal-Henriques e Simas Santos, a ordem é “um comando que impõe a alguém uma determinada conduta”, tendo uma natureza pessoal e concreta, pois dirige-se “a um cidadão individualmente considerado”²⁶¹. Já relativamente ao mandado este é definido

²⁵⁷ Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *op. cit.*, p. 876.

²⁵⁸ Ou seja, “a não colocação de entraves à actividade administrativa por parte dos destinatários dos seus actos”. Aqui, refere que o conceito de administração pública é entendido em “sentido funcional, ou seja, como o conjunto, historicamente variável, das funções assumidas como próprias pelo Estado com vista ao bom andamento da vida comunitária”, exceptuando deste a função da administração da justiça. Cristina Líbano Monteiro (2001), “Comentário ao artigo 348º do Código Penal” in *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Parte Especial – Tomo II, Coimbra, Coimbra Editores, p. 350.

²⁵⁹ Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (2000), *op. cit.*, p. 1523, referindo o Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa, de 21/01/1998.

²⁶⁰ *Idem*, pp. 1503 e 1512. Nesta última, ver resumo do Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 06/03/1991. Cfr. Manuel Lopes Maia Gonçalves (2002), *Código Penal Anotado e Comentado*, Coimbra, Almedina, p. 964. Na última página, ver referência ao Acórdão do tribunal da Relação de Coimbra de 28/03/1984.

²⁶¹ Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (2000), *op. cit.*, p. 1504.

como sendo uma ordem documentada, obedecendo a certas formalidades obrigatórias”²⁶². Ambos têm de ser legítimos, ou seja, revestir-se de “legalidade substancial” e “legalidade formal”²⁶³. Quanto ao facto de terem de ser “regularmente comunicados”, isso significa que o destinatário deve-se inteirar do seu conteúdo²⁶⁴.

Requer-se ainda que a autoridade ou o funcionário que emitem a ordem ou o mandado tenham competência para o fazer, ou seja, “que aquilo que pretendem impor caiba na esfera das suas atribuições”. Como referem os Autores, “Cada funcionário ou autoridade detém uma parcela do poder, um tempo para o seu exercício e uma área de jurisdição. Ora é precisamente dentro de tais limitações e balizas que os servidores públicos cumprem as suas tarefas na realização do interesse superior do Estado”²⁶⁵.

É também indispensável que essa ordem ou mandado tenham sido desrespeitados, havendo “violação do dever que flui desse comando, dever esse resultante directamente da lei ou de cominação expressa nesse sentido pela autoridade ou funcionário competente”. Como resulta da lei, a desobediência só será criminalmente punida “se e apenas quando existir (...) uma cominação legal [ou] (...) uma cominação não legal, mas expressa, da autoridade ou funcionário emitente da ordem ou mandado”²⁶⁶.

E é devido a essa cominação expressa ou verbal que este artigo é considerado “controverso”. Como justifica Maia Gonçalves, a problemática deste artigo surge porque se contrapõem duas razões: por um lado, é “excessivo proteger desta forma toda e qualquer ordem da autoridade, incriminando aqui tudo o que possa ser considerado não obediência”,

²⁶² Cristina Líbano Monteiro (2001), *op. cit.*, pp. 354 e 355. Para a autora, tanto a ordem como o mandado são “a imposição de uma acção ou de uma abstenção determinadas”, ou seja, desobedece-se sempre a uma ordem; essa é que pode, por vezes, estar contida num mandado.

²⁶³ A legalidade substancial significa que “têm que ter atrás de si disposição legal que autorize a sua emissão. (...) não se pode emitir uma ordem ou mandado sem que uma lei anterior confira ao emitente poder para tal, a menos que essa possibilidade se compreenda nos poderes discricionários do funcionário ou autoridade expedidora”. Já quanto à legalidade formal, só há desobediência às ordens ou mandados emitidos com “as formalidades que a lei estipula para a sua emissão. Se assim não for, a ordem ou mandado deixam de ter validade, não lhes sendo então devida obediência”. Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (2000), *op. cit.*, p. 1504.

²⁶⁴ Os destinatários têm direito a conhecer a ordem ou mandado a que ficam sujeitos, “pelo que se exige um processo regular e capaz para a sua transmissão”. *Idem*, p. 1504.

²⁶⁵ Sobre isso, os autores refere quem “O conceito de autoridade diferencia-se do de funcionário. Autoridade pública pressupõe o poder autónomo de ordenar e decidir, ao passo que a função pública – ainda que englobe os agentes políticos (não funcionários e não profissionais) – liga-se essencialmente ao desempenho de uma actividade administrativa e pressupõe um vínculo de subordinação hierárquica. (...) São autoridades públicas os membros dos órgãos de soberania e do governo próprio das Regiões Autónomas, ministros da República, Provedor da Justiça, magistrados, governador civil, titulares dos órgãos de poder local, comandantes de forças públicas”. M.º P.º - Porto citado em Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (2000), *op. cit.*, p. 1505.

²⁶⁶ Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (2000), *op. cit.*, p. 1505.

mas, por outro, a sua eliminação “poderia desarmar a Administração Pública”²⁶⁷. E por isso este artigo surge “no sentido de evitar abusos”, conferindo “relevância criminal às desobediências que tenham desrespeitado uma cominação prévia: ou legal ou expressa pelo emitente”²⁶⁸.

Já Cristina Monteiro é mais crítica relativamente ao art. 348º do CP. Para a Autora, este artigo incrimina a “pura desobediência” quando, na sua opinião, somente a desobediência impura é que deve ser alvo de sanção criminal²⁶⁹. A progressiva descriminalização da conduta em ordens jurídicas que anteriormente a previam é a demonstração disso mesmo. Para a Autora, as “dúvidas levantadas pelo crime de desobediência (...) põem em causa a excessiva amplitude do seu âmbito de aplicação”. E, por isso, este artigo significa “um poderoso alargamento da área de protecção da autonomia intencional do Estado”²⁷⁰.

Concretamente sobre a cominação expressa ou verbal prevista na al. b) do n.º 1 do art. 348º do CP, a sua existência revela-se necessária somente para os casos em que nenhuma norma jurídica prevê aquele comportamento desobediente. Conforme refere Cristina Monteiro, só por esse motivo se justifica que o legislador se tenha preocupado com um “vazio de punibilidade”, mas, ainda assim, decidiu-se por uma solução “incorrecta e desrespeitadora do princípio da legalidade criminal”²⁷¹. Porque, assim, resulta da vontade da autoridade ou funcionário competentes “a elevação do dever infringido à dignidade penal”²⁷². Isto significa que o mesmo acto, em circunstâncias idênticas, «constituirá ou não acto criminalmente punível consoante o critério, a vontade, o estado de espírito, a rigidez ou a flexibilidade temperamental, ou até a lembrança do concreto “ditador” da ordem ou do mandado»²⁷³.

É por essa razão que a autora refuta a aplicação de tal crime mediante cominação expressa, argumentando tratar-se de um “atropelo” ao princípio da legalidade. Apesar de poder, até certo ponto, “permitir ou tolerar normas penais em branco, cuja última determinação ficará a caber ao julgador”, a Autora refere que nunca se devem admitir

²⁶⁷ Manuel Lopes Maia Gonçalves (2002), *op. cit.*, p. 922.

²⁶⁸ Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (2000), *op. cit.*, p. 1505.

²⁶⁹ Para Cristina Monteiro a desobediência pura é desprovida de qualquer violência e sem distúrbio da ordem pública, transparecendo apenas o simples “Faz isto!” “Não faço!”. Já a desobediência impura é “a desobediência militante, acompanhada de coacção”. É esta última que se aceita como crime, ou seja, a que é acompanhada de lesão ou de perigo de lesão de outro bem jurídico. Cristina Líbano Monteiro (2001), *op. cit.*, p. 349.

²⁷⁰ *Idem*, pp. 349 e 350.

²⁷¹ *Idem*, p. 354.

²⁷² *Idem*, p. 351.

²⁷³ *Ibidem*.

“normas penais que contenham como elemento típico uma decisão a ser tomada em cada caso concreto por um agente da administração”²⁷⁴. Como refere a Autora, “será tarefa dos tribunais ajuizar, caso por caso, se o princípio da insignificância, ancorado no carácter fragmentário e de *ultima ratio* da intervenção penal, não levará com frequência a negar dignidade criminal a algumas condutas arguidas de desobediência (do 348º) porventura por excesso de zelo de um dedicado servidor da administração pública”²⁷⁵.

Resumindo, a Autora defende que apesar deste artigo estar inserido nos crimes contra o Estado, com ele “não se pretende (...) punir qualquer brote de insurreição, qualquer propósito de, através daquele enfrentamento não violento com a autoridade, pôr em causa a estabilidade do poder constituído, democraticamente legitimado, exercido segundo a matriz do Estado de Direito”²⁷⁶. No entanto, o que algumas vezes acontece é que este crime é cominado verbalmente pelo funcionário na tentativa de salvaguardar “a própria autonomia, à custa, muito embora, da autonomia estadual; de fugir a uma situação que contraria os próprios interesses”²⁷⁷.

3.4.4.2. A não cominação verbal de desobediência no âmbito do 173º do CPP

A existência da cominação expressa ou verbal por parte do funcionário é o fundamento que os autores utilizam para defender a aplicação do crime de desobediência no âmbito do art. 173º do CPP. No anterior CPP de 1929, o art. 177º tipificava a expressão “sob pena de desobediência”, sendo aplicável a quem se recusasse a permanecer no local. No entanto, tal expressão desapareceu com a aprovação do CPP de 1987, ficando o art. 173º com a actual redacção.

Por isso, são vários os autores que referem que, apesar da expressão “sob pena de desobediência” ter desaparecido, tal não significa que não possa ocorrer, em concreto, o referido crime. A justificação é somente não haver um não acatamento das ordens emitidas e estarem reunidos os demais elementos típicos do crime. E, aí procede-se à detenção da pessoa e consequente sujeição do autor a julgamento em processo sumário²⁷⁸.

²⁷⁴ *Ibidem*.

²⁷⁵ *Idem*, p. 354.

²⁷⁶ *Idem*, p. 357.

²⁷⁷ *Ibidem*.

²⁷⁸ Cfr. Magistrados do Ministério Público do Distrito Judicial do Porto (2009), *op. cit.*, p. 441. E também A. A. Tolda Pinto (2001), *A Tramitação Processual Penal*, Coimbra, Coimbra Editores, p. 387 e A. A. Tolda Pinto (1989), *O Novo Processo Penal: Guia Prático*, Lisboa, Rei dos Livros, p. 215.

Maia Gonçalves refere que o desaparecimento de tal expressão se deve ao facto do CPP ser lei adjectiva, sendo inequívoco que em tal actuação se possa cominar o crime de desobediência²⁷⁹. Também desta opinião partilham Carlos Pinto de Abreu²⁸⁰ e Germano M. da Silva, referindo este último que reunidos os elementos típicos do crime, o mesmo pode aplicar-se nesse âmbito²⁸¹.

Já Paulo Pinto de Albuquerque explica que “a desobediência à ordem de detenção consubstancia o crime de desobediência, se for feita a cominação legal (artigo 348º, n.º1, al. b) do CP)”²⁸². Facto que, à primeira vista, parece incongruente pois, dizendo este Autor que esta medida se trata de uma verdadeira detenção, é estranho como a desobediência à ordem de detenção pode ser cominada com o crime de desobediência, visto que em qualquer detenção (por exemplo, por posse de arma ilegal, de acordo com o art. 86º da Lei n.º 5/2006, de 23 de Fevereiro) o OPC deve usar os meios coercivos necessários para proceder à mesma e não cominar o crime de desobediência. Como exemplificam Maia Gonçalves e Leal-Henriques e Simas Santos, verifica-se em vários acórdãos que a ordem de prisão (de detenção) não consubstancia o crime de desobediência²⁸³.

Já Mário Ferreira Monte, apesar de referir que o crime de desobediência pode ser cominado nestes casos “desde que a factualidade típica realizasse o tipo legal de crime, este se daria por realizado”, considera que o recurso a tal crime pode e deve ser feito “não sendo possível garantir a presença senão com excesso de uso de força”, ou seja, com “o uso de meios violentos que possam ofender a pessoa em medida inadmissível ou injustificada para a garantia do exame”²⁸⁴. No seu encalço segue João Costa Andrade referindo que perante recusa do visado não vê “grande margem para aplicação do crime em causa”, mas sim a necessidade de se recorrer à força. No entanto, que se a pessoa se ausentar do local, tendo previamente existido a cominação do referido crime, tal pode ser possível de aplicar²⁸⁵.

Mas também outros autores não concordam com a aplicação do crime de desobediência. Damião da Cunha salienta que “a descoberta da verdade não é satisfeita pela cominação do crime de desobediência”, referindo que “o facto de uma pessoa recusar-se a permanecer no local, implica antes de tudo ter de ser obrigada, mesmo pela força, a

²⁷⁹ Manuel Lopes Maia Gonçalves (1999), *Código Penal Anotado*, Coimbra, Almedina, p. 381..

²⁸⁰ Carlos Pinto de Abreu (2005), *op. cit.*, p. 271.

²⁸¹ Segundo Germano Marques da Silva. Para mais informações ver Anexo 2.

²⁸² Paulo Pinto de Albuquerque (2009), *op. cit.*, p. 469

²⁸³ Cfr. Manuel Lopes Maia Gonçalves (2002), *op. cit.*, pp. 964 e 966, e Manuel de Oliveira Leal-Henriques e Manuel José Carrilho de Simas Santos (2000), *op. cit.*, p. 1513 e 1514.

²⁸⁴ Segundo Mário Ferreira Monte. Para mais informações ver Anexo 4.

²⁸⁵ Segundo João Costa Andrade. Para mais informações ver Anexo 5.

nele permanecer (porque de outro modo pode perder-se prova relevante)”. Para o Autor, tal como na expressão *compelir ao exame*, que «pode implicar a utilização da “força”, desde que proporcionada, para a execução do exame», também no caso do recurso à *força pública* se pode coactivamente assegurar a presença da pessoa. No entanto, o Autor alerta que se essa actuação não for devida, permitir a fuga da pessoa, pode ter como consequências “a perda de provas relevantes para o crime e (...) colocar em causa a pretensão punitiva do Estado”²⁸⁶.

Nesta direcção também caminham Guedes Valente e José Ramos. O primeiro apresenta dois motivos para que tal não deva acontecer: o primeiro prende-se com o facto do CPP ser lei adjectiva; e o segundo por não fazer sentido que “o legislador autorizasse o uso da força pública para compelir alguém a ficar no local do crime e se aceitasse a cominação do crime de desobediência, seria um contra-senso”²⁸⁷. Pois, se certa pessoa se ausentar do local após ser obrigada a tal isso “será demonstrativo da inoperância por parte do OPC que não pode (...) ser suprimida com a cominação do crime de desobediência”²⁸⁸. Já o segundo refere que o crime de desobediência não tem “cabimento no caso, não só porque a lei não o prevê para o caso concreto, mas também porque expressamente prevê a consequência da desobediência: a utilização da força”²⁸⁹.

3.5. Conclusão capitular

Conforme se verificou, o que está em causa na aplicação do art. 173º do CPP é a questão conflituosa entre finalidades processuais e protecção dos direitos fundamentais, que se assume com um dos pontos mais delicados do processo penal. A reunião do conjunto de argumentos dos vários Autores feita neste capítulo teve como finalidade tentar esclarecer a concreta actuação do OPC no local do *exame*.

Na aplicação desta medida, o OPC pode determinar que certas pessoas não se afastem do local do crime e, perante a recusa das mesmas, ele pode obrigá-las a permanecer recorrendo à *força pública*. Aqui, verifica-se que a própria norma tipifica que o OPC pode “obrigar”, o que desde já indicia um recurso à força para privar a pessoa dos seus movimentos. Para além disso, o legislador reforça essa expressão com a *força pública* que, de acordo com a interpretação feita, compreende os corpos policiais e ou o uso da força (meios coercivos) por parte dessas entidades. Esse recurso deve ser sempre o

²⁸⁶ Segundo José Damião da Cunha. Para mais informações ver Anexo 3.

²⁸⁷ M. M. Guedes Valente (2009), *Processo Penal...*, p. 352.

²⁸⁸ M. M. Guedes Valente (2009), *op. cit.*, p. 352.

²⁸⁹ Segundo José Ramos. Para mais informações ver Anexo 6.

necessário, adequado e proporcional à reacção das pessoas perante tal determinação de permanência naquele local. Não tendo o OPC condições de aplicar tal medida e simultaneamente realizar o *exame* em condições de segurança, deve o mesmo solicitar a colaboração do corpo policial da área onde a diligência se realiza, para que este auxilie o OPC na sua missão.

E por ser legítimo o uso da força perante a recusa, o mesmo não se pode dizer da aplicação do crime de desobediência. Para além de não contribuir para a finalidade da medida cautelar do art. 173º do CPP, a detenção por desobediência não se deve verificar neste âmbito porque é tão desnecessária como desproporcional, estando o OPC a violar assim os princípios enformadores da sua actividade policial e os direitos fundamentais dos visados. A expressão “sob pena de desobediência” desapareceu do revogado art. 177º do CPP de 1929, dando origem à actual redacção do art. 173º do CPP, e, apesar dessa alteração ser justificada pelo facto do CPP ser lei adjectiva, não se compreende o porquê de somente esta norma deixar de prever essa expressão, quando outras, como o art. 88º do CPP, ainda o prevêm. Para além disso, o facto da própria medida cautelar analisada já ser uma medida restritiva da liberdade, vista por alguns entendidos como uma verdadeira detenção (atípica), na qual podem ser usados os meios coercivos necessários e proporcionais à sua finalidade, como se de uma outra qualquer detenção se tratasse, já invalida o próprio recurso à cominação verbal da desobediência.

Assim, os OPC, quando recebem a notícia do crime e se dirigem para o local onde o mesmo ocorreu, devem providenciar todos os meios humanos e materiais necessários, para que, se for necessário recorrer à *força pública*, tal seja feito sem haver inoperância dos elementos policiais, resultante da fuga das pessoas que aí deveriam permanecer, e não se percam as provas (pessoais e reais) que iriam ser obtidas com a presença daquelas pessoas. Actuando nestes moldes e de forma eficaz, os OPC revelam o seu profissionalismo e evitam precipitações, erros e até abusos (também no uso da força) derivados das situações de tensão emocional e de *stress* a que estão submetidos na realização dos *exames*²⁹⁰.

²⁹⁰ Germano M. da Silva (2001), *Ética Policial...*, op. cit., pp. 78 e 79. Segundo o Autor, uma polícia é considerada profissional quando é uma polícia “bem formada, bem equipada e bem dirigida”.

Conclusão

Como foi referido na primeira página deste trabalho, o que se almejava era contribuir para o esclarecimento do art. 173º do CPP. Apesar de tudo, julga-se importante a concretização deste estudo, nem que seja para se ter outra perspectiva sobre a actuação do OPC neste âmbito. Importa sobretudo realçar que, para além dos elementos policiais deverem ser conhecedores dos seus poderes de restrição dos direitos fundamentais das pessoas, eles devem sobretudo conhecer os limites a esses poderes, para que a sua actuação seja proporcional e legítima, não pondo em causa os direitos fundamentais dos cidadãos.

De uma forma geral, e apesar de algumas vicissitudes, não é despropositado dizer-se que os objectivos gerais propostos para este trabalho foram atingidos. Em primeiro lugar, verificou-se que o *exame* é um *meio de obtenção de prova* (ou seja, um instrumento do qual se serve o OPC para trazer provas para o processo) que se traduz num conjunto de procedimentos de inspecção – observação, identificação, recolha, tratamento e transporte – de vestígios e indícios relacionados com um crime, o seu autor e o modo como foi cometido. Para além dessa natureza, o *exame* pode ser também valer directamente como *meio de prova*, se dele resultar uma apreciação do OPC quanto à pessoa, objecto ou local examinados. Também está prevista a sua realização como *medida cautelar e de polícia*, por força do art. 249º do CPP, o que realça a sua importância, sendo considerado como uma das fases mais importantes da investigação criminal.

Posteriormente, verificou-se que a prática de tais actos cabe principalmente, senão exclusivamente, aos OPC. São estes que detêm o *know-how* e a experiência necessárias para a realização de um *exame*. A realização de tal acto engloba um *conjunto enorme e distinto de procedimentos* que devem estar constantemente presentes no pensamento do OPC, que deve, também, ter um conhecimento das técnicas de identificação, recolha e transporte de vestígios, um sentido apurado de observação e raciocínio e um conhecimento vasto para que dessa forma se consigam encontrar todas as provas deixadas pelo autor do crime no local onde o cometeu. Para a realização dos *exames* aos locais dos crimes, a PSP tem as EIJJ, que têm a missão exclusiva de praticar tais diligências. No entanto, para além destas, a PSP preza por formar os restantes OPC sobre as tarefas de gestão do local do crime, para que sejam assegurados os meios de prova que depois as equipas como as EIJJ irão inspecionar.

Por fim, analisou-se o objecto de estudo: a medida cautelar a adoptar pelos OPC antes ou no decurso dos *exames* aos locais dos crimes, prevista no art. 173º do CPP, aplicável por força da al. a) do n.º 1 do art. 249º. À luz do preceituado, o OPC tem o poder de determinar que certas pessoas consideradas indispensáveis à realização do *exame* não se afastem daquele local. Esta medida, entendida à luz da liberdade como direito fundamental previsto no art. 27º da CRP, é considerada por alguns autores como uma detenção (atípica): a pessoa obrigada a permanecer é privada da sua liberdade física e de movimentos. A finalidade dessa detenção é referida por alguns como sendo preventiva e não repressiva, aplicável somente às pessoas indispensáveis que estejam no local do *exame*, na medida e tempo necessários à realização do mesmo. A sua justificação constitucional resulta de uma natureza próxima à detenção para identificação prevista na al. g) do n.º 3 do art. 27º da CRP. Justificação essa que levanta algumas dúvidas a certos autores pelo facto de não só a aplicação analógica poder ser posta em causa, como também por já existir uma detenção com esse fim. Não seria de todo absurdo propor-se, para um futuro trabalho, um estudo aprofundado sobre esta medida e o direito à liberdade.

Mediante a recusa de cumprimento da medida cautelar referida, o OPC pode obrigar a pessoa que se recusou a permanecer a manter-se no local do *exame* até que a sua presença seja dispensável, usando para tal da *força pública*. Esta expressão, entendida como o corpo policial ou o uso da força por parte deste (entenda-se o uso dos meios coercivos), aliada ao acto do OPC (que é obrigar), leva a crer que para a efectivação desta detenção, o OPC pode usar a força estritamente necessária para manter a pessoa no local e, não podendo, pode recorrer ao auxílio de outras polícias para que a pessoa seja mantida no local.

Quanto à cominação da desobediência aplicável neste âmbito, não só o facto desta expressão ter desaparecido do anterior para o actual CPP, não só o facto desta medida ser uma verdadeira detenção, em que está legitimado o recurso à força como em qualquer outra detenção (dentro dos princípios da necessidade e proporcionalidade), não só o facto da aplicação desta cominação ser algo controversa, mas também pela aplicação de tal crime levar a que a actuação do OPC ou do elemento policial seja mais restritiva dos direitos fundamentais das pessoas visadas, não enquadrada na proporcionalidade que lhe está subjacente. Se a pessoa reagir violentamente contra a *força pública* por ele usada, o OPC aplica o crime de coacção e resistência sob funcionário, previsto no art. 347º do CP, pois não só está em causa a própria autoridade pública do OPC como também uma violação do seu direito fundamental à integridade física.

Concluí-se, assim, com a afirmação da primeira hipótese levantada, e a consequente refutação da segunda. Como tal, o art. 173º do CPP prevê uma medida restritiva da liberdade da pessoa e, perante a recusa da pessoa em permanecer no local do *exame*, o OPC deve recorrer à *força pública*, isto é, ao uso da sua própria força ou então ao auxílio de outras forças policiais que estejam ou se dirijam para o local para dar apoio na realização do *exame*.

Bibliografia

- AAVV** (1995), *Dicionário Universal da Língua Portuguesa*, Lisboa, Texto Editora.
- AAVV** (2006), *Dicionário da Língua Portuguesa*, Porto, Porto Editora.
- AAVV** (s/d), *Enciclopédia Luso-Brasileira da Cultura*, Lisboa, Editorial Verbo.
- AAVV** (1989), *LOGOS Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Volume E – I, reimpressão em 1997, Lisboa, Editorial Verbo.
- AAVV** (s/d), *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, Volume 11, Lisboa, Editorial Enciclopédia.
- Abreu**, Carlos Pinto de (2005), “Prova e meios de obtenção de prova. Breve nota sobre a natureza e regime dos exames no processo penal” in *I Congresso de Processo Penal*, Coimbra, Almedina, pp. 257-284.
- Albuquerque**, Paulo Pinto de (2009), *Comentário ao Código de Processo Penal à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa.
- Almeida**, Carlos Alberto Simões de (2006), *Medidas cautelares e de polícia do processo penal em direito comparado*, Coimbra, Almedina.
- Amaral**, Pedro (2005), “Os exames, a inspecção judiciária” in *Politeia*, Ano II, N.º 2, Julho – Dezembro, Coimbra, Almedina, pp. 45-53.
- Antunes**, Manuel António Ferreira (1985), “Investigação Criminal – Uma perspectiva introdutória” in *Polícia e Justiça*, n.º 0, Lisboa, Escola de Polícia Judiciária, pp. 4-8.
- Bagina**, Francisco António Carrilho (2009), “Medidas de polícia versus Medidas Cautelares e de Polícia” in VALENTE, Manuel Monteiro Guedes (coord.), *Estudos Comemorativos dos 25 Anos do ISCPSI em Homenagem ao Superintendente-Chefe Afonso de Almeida*, Coimbra, Almedina, pp. 243-261.
- Bell**, Judith (1997), *Como Realizar um Projecto de Investigação*, Lisboa, Gradiva.
- Bobbio**, Norberto (2000), *Teoria Geral da Política – A filosofia Política e as lições dos clássicos*, Rio de Janeiro, Elsevier Editora.
- Braz**, José (2009), *Investigação Criminal, A Organização, o método e a prova. Os desafios da nova criminalidade*, Coimbra, Almedina.

Caetano, Marcello (2005), *Manual de Direito Administrativo*, Vol. II, 10^a Ed., 8^a reimpressão, revista e actualizada pelo Professor Doutor Diogo Freitas do Amaral, Coimbra, Almedina.

Canotilho, J. J.; Vital Moreira (1993), *Constituição da República Portuguesa Anotada*, Coimbra, Coimbra Editora.

Carmo, Hermano; Manuela Malheiro Ferreira (2009), *Metodologia de Investigação – Guia para Auto-aprendizagem*, 2^a Edição, Lisboa, Universidade Aberta.

Casimiro, David Miguel (2002), *A PSP e a Investigação Criminal: Recolha de prova - Uma perspectiva de Inspeção Judiciária ao local do crime*, Tese de licenciatura em ciências policiais, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Correia, Sérvulo (1994), “Polícia” in *Dicionário Jurídico da Administração Pública*, Volume VI, Lisboa.

Dias, Hélder Valente (2006), *As Medidas de Polícia Administrativa e a Polícia de Segurança Pública*, Trabalho Final do Curso de Direcção e Estratégia Policial, Lisboa, ISCPSI.

Eco, Humberto (1997), *Como se faz uma Tese em Ciências Humanas*, Lisboa, Editorial Presença.

Faria, Miguel (1992), *Direitos Fundamentais e Direitos do Homem*, Lisboa, Escola Superior de Polícia.

Ferreira, Manuel Cavaleiro de (1986), *Curso de Processo Penal*, Lisboa, Editora Danúbio.

Ferreira, Ricardo Jorge Pinto (2001), *A Investigação Criminal na PSP: Contributo para a sua Estrutura e Organização*. Tese de licenciatura em ciências policiais, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Figueiredo, Cândido de (1981), *Grande Dicionário da Língua Portuguesa*, Volume I, Lisboa, Bertrand.

Gonçalves, Manuel Lopes Maia (1980), *Código de Processo Penal: Anotado e Comentado*, Coimbra, Almedina.

Gonçalves, Manuel Lopes Maia (1999), *Código do Processo Penal Anotado*, Coimbra, Almedina.

Gonçalves, Manuel Lopes Maia (2002), *Código Penal Anotado e Comentado*, Coimbra, Almedina.

Houaiss, Antônio; Mauro Villar (2003), *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Lisboa, Temas e Debates.

Lello, José; Edgar Lello (1988), *Dicionário Enciclopédico Luso-Brasileiro*, Volume Primeiro, Porto, Livraria Lello & Irmão.

Leal-Henriques, Manuel de Oliveira; Manuel José Carrilho de Simas Santos (1999-2000), *Código do Processo Penal Anotado*, I Volume, 2ª Edição, Lisboa, Rei dos Livros.

Leal-Henriques, Manuel de Oliveira; Manuel José Carrilho de Simas Santos (2000), *Código Penal Anotado*, II Volume, 3ª Edição, Lisboa, Rei dos Livros.

Machado, José Pedro (1977), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, Segundo Volume, Lisboa, Livros Horizonte.

Machado, José Pedro (1977), *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa com a mais antiga documentação escrita e conhecida de muitos dos vocábulos estudados*, Terceiro Volume, Lisboa, Livros Horizonte.

Magistrados do Ministério Público do Distrito Judicial do Porto (2009), *Código de Processo Penal – Comentários e Notas Práticas*, Coimbra, Coimbra Editora.

Martins, Reis; José Braz (1986), “A inspecção ao local do crime” in *Polícia e Justiça – revista de formação*, n.º 1 – 2, Jan./Jun., Lisboa, Escola de Polícia Judiciária, p. 34 a 48.

Massaneiro, Rui (2009), *Gestão do Local do Crime – Perspectiva e Abordagem do primeiro elemento policial*, Dissertação de Licenciatura em Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Mendes, Paulo de Sousa (2004), “As proibições de prova no processo penal” in *Jornadas de Direito Processual Penal e Direitos Fundamentais*, Coimbra, Almedina, pp. 133-153.

Monteiro, Cristina Líbano (2001), “Comentário ao artigo 348º do Código Penal” in *Comentário Conimbricense do Código Penal*, Parte Especial – Tomo II, Coimbra, Coimbra Editores, p. 349-359.

Oliveira, Leonel de (dir.) e tal. (1997), *Nova Enciclopédia LAROUSSE*, n.º10, Lisboa, Circulo de Leitores.

Quivy, Raymond; Luc Van Campenhoudt (1998), *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa, Gradiva.

Peng, Guan (2007), “Algumas considerações sobre o trabalho de inspeção ao local do crime” in *Investigação Criminal e Sistema Jurídico*, n.º 35, Macau, Escola de Polícia Judiciária, pp. 52-59.

Pimenta, José da Costa (1987), *Código de Processo Penal Anotado*, Lisboa, Rei dos Livros.

Pimenta, José da Costa (1989), *Introdução ao Processo Penal*, Coimbra, Livraria Almedina.

Pinto, António Augusto Tolda (1989), *O Novo Processo Penal: Guia Prático*, Lisboa, Rei dos Livros.

Pinto, António Augusto Tolda (2001), *A Tramitação Processual Penal*, Coimbra, Coimbra Editora.

Pratas, Bruno José Ferreira (2009), *Da Localização Celular – A Problemática Subjacente*, Tese de licenciatura em Ciências Policiais, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Santos, Nuno Pica dos (2008), “Evolução e Perspectivas de futuro da Investigação Criminal na PSP (reflexões)” in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*, Coimbra, Almedina, pp. 565-578.

Silva, António de Moraes (1945), *Novo Dicionário Compacto da Língua Portuguesa*, Volume III (F a Monacanto), Lisboa, Editorial Confluência.

Silva, Germano Marques da (1994), *Curso de processo penal*, Volume III, Lisboa, Editorial Verbo.

Silva, Germano Marques da (2001), *Ética Policial e Sociedade Democrática*, Lisboa, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Silva, Germano Marques da (2002), *Curso de Processo Penal*, Volume I, Lisboa, Editorial Verbo.

Silva, Germano Marques da (2002), *Curso de Processo Penal*, Volume II, Lisboa, Editorial Verbo.

Sousa, Vera Lourenço De (2008), “Gestão do Local do Crime – A Resposta Inicial” in *Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo*, Coimbra, Almedina, pp. 535-564.

Valente, Manuel Monteiro Guedes (2006), “Do objecto do processo: da importância dos órgãos de polícia criminal na sua identificação e determinação”, in *Politeia - Separata da Revista*, N.º2, Julho/Dezembro, Coimbra, Almedina, pp. 115-139.

Valente, Manuel Monteiro Guedes (2009), *Teoria Geral do Direito Policial*, Coimbra, Almedina.

Valente, Manuel Monteiro Guedes (2009), *Processo Penal*, Tomo I, Coimbra, Almedina.

Valente, Manuel Monteiro Guedes (2004), “Os caminhos tortuosos da investigação criminal” in *Direito e justiça*, Tomo I, Volume XVIII, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, pp.145-170.

Raposo, João (2006), *Direito Policial I*, Coimbra, Almedina.

Legislação

Constituição da República Portuguesa.

Código de Processo Penal.

Código Penal.

Código Civil.

Código Deontológico do Serviço Policial.

Convenção Europeia dos Direitos do Homem.

Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Decreto – Lei n.º 81/95, de 22 de Abril.

Lei n.º 21/2000, 10 de Agosto, antiga Lei de Organização e Investigação Criminal.

Lei n.º 53/2007, de 31 de Agosto, Lei Orgânica da Polícia de Segurança Pública.

Lei n.º 49/2008, de 29 de Agosto, actual Lei de Organização da Investigação Criminal.

Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto, Lei de Segurança Interna.

Portaria n.º 383/2008, de 29 de Maio.

Outros documentos

Carta Ética da Administração Pública.

Circular DEPIPOL n.º 1719/2003, de 04 de Agosto da PSP.

Despacho n.º 19935/2008 do Ministério da Administração Interna.

Despacho n.º 20/GDN/2009, da DN da PSP.

Directiva n.º 3/2007 da Área de Operações e Segurança do COMETLIS da PSP.

NEP n.º OPSEG/DEPOP/04/02, de 22 de Março de 2000 da PSP.

NEP n.º OPSEG/DEPOP/01/05, de 01 de Junho de 2004 da PSP.

ANEXOS

Anexo 1 – Guião de entrevista individual

Nome:

Profissão:

PERGUNTA 1

O artigo 173º do CPP é um meio de obtenção de prova ou um instituto para a prossecução do meio de obtenção de prova?

RESPOSTA:

PERGUNTA 2

No seu entender, a aplicação do artigo 173º consiste numa restrição ao direito à liberdade da pessoa? Em que medida e qual a sua finalidade? Como considera essa restrição? Atendendo ao artigo 27º, nº 2 e 3 da CRP, em que âmbito se enquadra essa restrição? Tem fundamento constitucional?

RESPOSTA:

PERGUNTA 3

Na sua opinião, como se considera uma pessoa indispensável à realização de um Exame? A indispensabilidade da pessoa é baseada em que pressupostos? Como e quem pode aferir que uma pessoa é indispensável à realização do Exame no local? Quem pode ser alvo desta medida?

RESPOSTA:

PERGUNTA 4

Como conceptualiza a expressão *força pública* do artigo 173º do CPP? Como entende a expressão “auxílio da força pública”? Em que medida é que este auxílio é prestado aos OPC?

RESPOSTA:

PERGUNTA 5

No seu entender, que consequências acarreta a recusa da ou das pessoas a permanecer no local do Exame? Utiliza-se somente a «força pública» para a obrigar a permanecer ou deve recorrer-se o crime de desobediência?

RESPOSTA:

PERGUNTA 6

Atendendo ao facto do 173º ser uma medida restritiva da liberdade, e que enuncia a utilização da «força pública» para fazer cumprir essa medida, é ou não é plausível a cominação do crime de desobediência por parte das autoridades (policiais) presentes no local do crime? Porquê? No seu entender, qual foi a razão de se ter retirado a previsão legal “sob pena de desobediência” que existia no artigo 177º do CPP de 1929? Qual a razão do actual CPP manter a previsão legal do crime de desobediência, nomeadamente no artigo 88º?

RESPOSTA:

Anexo 2 – Entrevista a Germano Marques da Silva

Nome: Germano Marques da Silva

Profissão: Professor Universitário

PERGUNTA 1

O artigo 173º do CPP é um meio de obtenção de prova ou um instituto para a prossecução do meio de obtenção de prova?

RESPOSTA: É um meio de obtenção de prova. É componente do iter da actividade de obtenção de prova e nessa medida se pode dizer ser um instrumento para a prossecução do meio probatório. Formalmente é um meio de obtenção de prova.

PERGUNTA 2

No seu entender, a aplicação do artigo 173º consiste numa restrição ao direito à liberdade da pessoa? Em que medida e qual a sua finalidade? Como considera essa restrição? Atendendo ao artigo 27º, nº 2 e 3 da CRP, em que âmbito se enquadra essa restrição? Tem fundamento constitucional?

RESPOSTA: É um meio restritivo da liberdade, mas não no sentido constitucional. É um dever processual (medida cautelar) que incide sobre qualquer cidadão, verificados os pressupostos. Dever que, como em geral sucede com todos os deveres, pode ser imposto pela força se necessário e dar lugar a detenção em caso de desobediência.

PERGUNTA 3

Na sua opinião, como se considera uma pessoa indispensável à realização de um Exame? A indispensabilidade da pessoa é baseada em que pressupostos? Como e quem pode aferir que uma pessoa é indispensável à realização do Exame no local? Quem pode ser alvo desta medida?

RESPOSTA: A indispensabilidade resulta do juízo da autoridade judiciária ou órgão de polícia criminal na situação concreta. Quem decide é a autoridade judiciária ou o órgão de polícia criminal competentes para realizar o Exame. Os pressupostos são a convicção da necessidade para efeitos da plenitude do Exame da presença no local dessas pessoas.

PERGUNTA 4

Como conceptualiza a expressão *força pública* do artigo 173º do CPP? Como entende a expressão “auxílio da força pública”? Em que medida é que este auxílio é prestado aos OPC?

RESPOSTA: A força pública é constituída por todas as forças policiais. O auxílio da força pública destina-se a evitar que as pessoas em causa se afastem do local, forçando-as a permanecer nesse local. Usarão a força se necessário, nomeadamente a detenção em caso de desobediência.

PERGUNTA 5

No seu entender, que consequências acarreta a recusa da ou das pessoas a permanecer no local do Exame? Utiliza-se somente a «força pública» para a obrigar a permanecer ou deve recorrer-se o crime de desobediência?

RESPOSTA: Entendo que se pratica o crime de desobediência, desde que as pessoas em causa sejam previamente advertidas, nos termos da lei penal. Em consequência do flagrante, podem ser detidas.

PERGUNTA 6

Atendendo ao facto do 173º ser uma medida restritiva da liberdade, e que enuncia a utilização da «força pública» para fazer cumprir essa medida, é ou não é plausível a cominação do crime de desobediência por parte das autoridades (policiais) presentes no local do crime? Porquê? No seu entender, qual foi a razão de se ter retirado a previsão legal “sob pena de desobediência” que existia no artigo 177º do CPP de 1929? Qual a razão do actual CPP manter a previsão legal do crime de desobediência, nomeadamente no artigo 88º?

RESPOSTA: A resposta já foi dada nos números anteriores. As razões são de técnica legislativa, sendo que o crime de desobediência tem sofrido muita contestação e alterações legislativas. A previsão expressa no art. 88º resulta também das constantes alterações deste preceito e porque neste caso não há lugar à advertência, por isso tem de ser expressa na lei a cominação da prática do crime.

Anexo 3 – Entrevista a José Damião da Cunha

Nome: José Damião da Cunha

Profissão: Professor Universitário

PERGUNTA 1

O artigo 173º do CPP é um meio de obtenção de prova ou um instituto para a prossecução do meio de obtenção de prova?

RESPOSTA: O art. 173º não é obviamente um meio de obtenção de prova. Visa exactamente assegurar a realização, com eficácia, de um meio de obtenção de prova denominado Exame (este é que é o efectivo “meio de obtenção de prova”). Neste sentido, é o “reverso” da situação de impedir a entrada a pessoas estranhas no local do crime, etc, enquanto medida para conservar os meios de prova.

PERGUNTA 2

No seu entender, a aplicação do artigo 173º consiste numa restrição ao direito à liberdade da pessoa? Em que medida e qual a sua finalidade? Como considera essa restrição? Atendendo ao artigo 27º, nº 2 e 3 da CRP, em que âmbito se enquadra essa restrição? Tem fundamento constitucional?

RESPOSTA: Que se limita por esta via a liberdade das pessoas parece evidente; mas a questão é a de saber se não se estará perante um limite imanente, justificado pela importância da colaboração com a Justiça Penal e por isso aceitável, desde que justificado e proporcionado; ou se se trata de uma verdadeira restrição de liberdade (que então colocaria problemas de legitimação). Precisava de estudar melhor o tema, até porque pode ser diferente estar em causa uma autoridade judiciária ou um op.

PERGUNTA 3

Na sua opinião, como se considera uma pessoa indispensável à realização de um Exame? A indispensabilidade da pessoa é baseada em que pressupostos? Como e quem pode aferir que uma pessoa é indispensável à realização do Exame no local? Quem pode ser alvo desta medida?

RESPOSTA: Julgo que a imprescindibilidade da presença se deve averiguar pelos pressupostos do art. 171º, uma vez que este art. 173º é instrumental em relação àquele. Ou seja, as pessoas serão aquelas que estejam no local e enquanto sejam necessárias para a recolha dos vestígios ou outros meios de prova. Pelo menos é isso que retiro da norma.

PERGUNTA 4

Como conceptualiza a expressão *força pública* do artigo 173º do CPP? Como entende a expressão “auxílio da força pública”? Em que medida é que este auxílio é prestado aos OPC?

RESPOSTA: N/R.

PERGUNTA 5

No seu entender, que consequências acarreta a recusa da ou das pessoas a permanecer no local do Exame? Utiliza-se somente a «força pública» para a obrigar a permanecer ou deve recorrer-se o crime de desobediência?

RESPOSTA: Um aspecto tem de ser aqui referido e deve ser sempre ser tido em consideração no processo penal: a obtenção de prova, em processo penal, pode ser realizada por forma coactiva (ou seja, ainda que subordinada a autorização judicial, através de intervenção de meios de coacção, contra a vontade ou contra o consentimento do visado) – veja-se assim que, no art. 172 se diz, que quem se exima a Exame é “compelido”. Quero apenas chamar a atenção para o facto de a importância dos valores tutelados pelo direito e pelo processo penal não podem estar dependentes da “disposição” da pessoa visada. Assim, o facto de uma pessoa recusar-se a permanecer no local, implica antes de tudo ter de ser obrigada, mesmo pela força, a nele permanecer (porque de outro modo pode perder-se prova relevante). É, quanto a mim este o sentido da expressão força pública (enquanto força de polícia e de segurança). Com efeito, tal como na expressão compelir ao Exame (o que pode implicar a utilização da “força”, desde que proporcionada, para a execução do Exame), também neste caso o recurso à força pública significa assegurar, ainda que por “coacção directa”, a presença da pessoa. Com efeito, a fuga de uma pessoa do local do crime, que deva ser examinado, pode implicar a perda de provas relevantes para o crime e por isso colocar em causa a pretensão punitiva do Estado.

PERGUNTA 6

Atendendo ao facto do 173º ser uma medida restritiva da liberdade, e que enuncia a utilização da «força pública» para fazer cumprir essa medida, é ou não é plausível a cominação do crime de desobediência por parte das autoridades (policiais) presentes no local do crime? Porquê? No seu entender, qual foi a razão de se ter retirado a previsão legal “sob pena de desobediência” que existia no artigo 177º do CPP de 1929? Qual a razão do actual CPP manter a previsão legal do crime de desobediência, nomeadamente no artigo 88º?

RESPOSTA: Quanto à questão da desobediência, não tenho uma posição definida, uma vez que precisava de mais tempo para reflectir – todavia, observe-se que a descoberta da verdade não é satisfeita pela cominação da desobediência.

Anexo 4 – Entrevista a Mário Ferreira Monte

Nome: Mário Ferreira Monte

Profissão: Professor Universitário

PERGUNTA 1

O artigo 173º do CPP é um meio de obtenção de prova ou um instituto para a prossecução do meio de obtenção de prova?

RESPOSTA: Correndo o risco de ter entendido erradamente a questão, parece-me que o artigo 173 particulariza uma situação que se integra num meio de obtenção de prova que consiste no Exame a pessoas. Nessa medida, tratando-se do Exame, como meio de obtenção de prova, do que se trata no artigo 173 é de dar aos OPC os meios necessários para garantir a efectiva realização desse Exame.

PERGUNTA 2

No seu entender, a aplicação do artigo 173º consiste numa restrição ao direito à liberdade da pessoa? Em que medida e qual a sua finalidade? Como considera essa restrição? Atendendo ao artigo 27º, nº 2 e 3 da CRP, em que âmbito se enquadra essa restrição? Tem fundamento constitucional?

RESPOSTA: Claro que consiste numa restrição de um direito à liberdade da pessoa com fins preventivos e não repressivos. Trata-se, por isso, de finalidades processuais. Essa restrição é admissível atendendo justamente à finalidade. Não tenho por certo que essa restrição ofenda o artigo 27º e, em caso afirmativo, se não estará ultrapassada pelo artigo 18º. De qualquer modo, o que está em causa é uma detenção para a realização de um Exame, cujo fim não está claramente apontado no artigo 173. Se o fim a que se destina a detenção – apesar de sabermos que se trata de um Exame – compreender um dos que está no artigo 23º, então não é inconstitucional. Por exemplo, se se realiza a detenção para assegurar a presença do detido perante autoridade competente ou para efeitos de identificação da pessoa detida, então estará a coberto da própria Constituição.

PERGUNTA 3

Na sua opinião, como se considera uma pessoa indispensável à realização de um Exame? A indispensabilidade da pessoa é baseada em que pressupostos? Como e quem pode aferir que uma pessoa é indispensável à realização do Exame no local? Quem pode ser alvo desta medida?

RESPOSTA: Uma pessoa pode ser indispensável à realização de um Exame se esse Exame se revelar indispensável para a descoberta da verdade material, for um meio insubstituível e estiver autorizado por autoridade competente. Quem pode e deve aferir será, em primeira linha o MP, que é o *dominus* do inquérito e que deve determinar essa indispensabilidade, embora, numa segunda linha, sujeito à intervenção de juiz de isso contender directamente com direitos fundamentais. Podem ser alvo dessa medida suspeitos, ou eventualmente pessoas que se encontrem nas situações abrangidas pela lei, ainda que não sejam suspeitas. A minha resposta, em todo o caso, é dada de *iure constituendo*, como é evidente.

PERGUNTA 4

Como conceptualiza a expressão *força pública* do artigo 173º do CPP? Como entende a expressão “auxílio da força pública”? Em que medida é que este auxílio é prestado aos OPC?

RESPOSTA: Não tenho opinião formada sobre o assunto, mas parece-me que só a força das autoridades policiais pode ser utilizada para esse efeito. Pode ser utilizada na medida em que os OPC, *per se*, não conseguem garantir as condições adequadas à realização do Exame nos termos do artigo 173º.

PERGUNTA 5

No seu entender, que consequências acarreta a recusa da ou das pessoas a permanecer no local do Exame? Utiliza-se somente a «força pública» para a obrigar a permanecer ou deve recorrer-se ao crime de desobediência?

RESPOSTA: É óbvio que a força pública tem como limite o uso de meios violentos que possam ofender a pessoa em medida inadmissível ou injustificada para a garantia do Exame. Por isso, não sendo possível garantir a presença senão com excesso de uso de força, obviamente que o crime de desobediência pode e deve ser um recurso.

PERGUNTA 6

Atendendo ao facto do 173º ser uma medida restritiva da liberdade, e que enuncia a utilização da «força pública» para fazer cumprir essa medida, é ou não é plausível a cominação do crime de desobediência por parte das autoridades (policiais) presentes no local do crime? Porquê? No seu entender, qual foi a razão de se ter retirado a previsão legal “sob pena de desobediência” que existia no artigo 177º do CPP de 1929? Qual a razão do actual CPP manter a previsão legal do crime de desobediência, nomeadamente no artigo 88º?

RESPOSTA: Quanto ao primeiro segmento da pergunta, penso que a resposta pode ser positiva. Quanto ao segundo segmento, creio que o que vale aqui é o próprio tipo legal de crime. Desde que preenchidos os elementos do tipo, não me parece relevante que a lei processual comine com o crime de desobediência para que este se realize. Não existe uma tal dependência entre o tipo legal de crime e a lei processual penal. O facto de o artigo 88º o referir nem sequer é relevante. Poderia não referir que, desde que a factualidade típica realizasse o tipo legal de crime, este se daria por realizado. O mesmo se diga agora do artigo 173º. Não parece relevante, a esta luz que se tenha suprimido essa cominação, quando comparamos com o CPP de 1929. Admito que possam existir outras opiniões, uma vez que há quem entenda – não só para esta matéria, mas também, para outras, como é o caso do crime de segredo de justiça – que a realização do crime, quanto aos pressupostos, está inteiramente dependente da lei processual. Não me parece que assim se deva entender.

Anexo 5 – Entrevista a João da Costa Andrade

Nome: João da Costa Andrade

Profissão: Advogado/Docente

PERGUNTA 1

O artigo 173º do CPP é um meio de obtenção de prova ou um instituto para a prossecução do meio de obtenção de prova?

RESPOSTA: O meio de obtenção de prova em causa é o Exame, pelo que o instituto previsto no artigo 173.º define regras para realização de certos exames em situações específicas em que se verifica ser necessária a presença de certas pessoas no local do Exame. De tal forma que, em rigor, não poderá ser considerado um meio de obtenção de prova.

PERGUNTA 2

No seu entender, a aplicação do artigo 173º consiste numa restrição ao direito à liberdade da pessoa? Em que medida e qual a sua finalidade? Como considera essa restrição? Atendendo ao artigo 27º, nº 2 e 3 da CRP, em que âmbito se enquadra essa restrição? Tem fundamento constitucional?

RESPOSTA: Certamente configurará sempre, empírica e fenomenologicamente, uma restrição à liberdade das pessoas, contudo perfeitamente justificada e legitimada atentos os critérios de necessidade e imprescindibilidade da sua presença para realização do Exame e suas finalidades. De qualquer forma poderá sempre legitimamente questionar-se se a liberdade restringida aqui em causa é a liberdade (e sua privação) pressuposta no artigo 27.º da CRP. Tenho muitas dúvidas que o seja, pelo que a consideração desta norma à luz do disposto naquele artigo e no âmbito da detenção (al. g)), necessariamente através de interpretação analógica, deixa-me muitas reservas. O que, de todo o modo, não implicará qualquer ilegalidade/inconstitucionalidade, sendo certo que muitos outros casos estão previstos no CPP em que a liberdade é, neste preciso sentido, restringida, sem qualquer problema jurídico-processual e sem qualquer necessidade de conduzir (forçadamente, acrescentaria) todas essas situações ao regime da detenção.

PERGUNTA 3

Na sua opinião, como se considera uma pessoa indispensável à realização de um Exame? A indispensabilidade da pessoa é baseada em que pressupostos? Como e quem pode aferir que uma pessoa é indispensável à realização do Exame no local? Quem pode ser alvo desta medida?

RESPOSTA: Qualquer cidadão não necessariamente suspeito pode ser visado pela medida. Penso ser impossível responder em abstracto à definição dos critérios de indispensabilidade, pelo que só atendendo aos contornos específicos e singulares de cada caso concreto é que se pode responder se, naquela concreta situação, aquela específica pessoa é ou não indispensável à realização do Exame.

PERGUNTA 4

Como conceptualiza a expressão *força pública* do artigo 173º do CPP? Como entende a expressão “auxílio da força pública”? Em que medida é que este auxílio é prestado aos OPC?

RESPOSTA: O recurso à força pública implica que os OPC's podem naturalmente compelir a pessoa, obrigando-a, com recurso à força, a permanecer no local do Exame, mas apenas pelo tempo estritamente necessário (o que não é mesma coisa que dizer pelo período total de realização global desse Exame). Os OPC's poderão inclusive ser auxiliados por agentes das forças policiais assim como sucede com as autoridades judiciárias.

PERGUNTA 5

No seu entender, que consequências acarreta a recusa da ou das pessoas a permanecer no local do Exame? Utiliza-se somente a «força pública» para a obrigar a permanecer ou deve recorrer-se ao crime de desobediência?

RESPOSTA: N/R.

PERGUNTA 6

Atendendo ao facto do 173º ser uma medida restritiva da liberdade, e que enuncia a utilização da «força pública» para fazer cumprir essa medida, é ou não é plausível a cominação do crime de desobediência por parte das autoridades (policiais) presentes no local do crime? Porquê? No seu entender, qual foi a razão de se ter retirado a previsão legal

“sob pena de desobediência” que existia no artigo 177º do CPP de 1929? Qual a razão do actual CPP manter a previsão legal do crime de desobediência, nomeadamente no artigo 88º?

RESPOSTA 5 e 6: Se o visado se recusa, então pode ser necessário o recurso à força. Aqui não vejo grande margem para aplicação do crime em causa. Questão já diferente é se, por exemplo, mesmo após tal uso, a pessoa visada se afasta do local do Exame. Nesta situação, tendo sido efectuada a cominação prevista legalmente, parece-me possível analisar a situação à luz deste crime. É de duvidosa constitucionalidade a incriminação prevista no referido artigo 88.º.

Anexo 6 – Entrevista a José Ramos

Nome: José Joaquim Monteiro Ramos

Profissão: Magistrado do Ministério Público

PERGUNTA 1

O artigo 173º do CPP é um meio de obtenção de prova ou um instituto para a prossecução do meio de obtenção de prova?

RESPOSTA: O instituto processual consagrado no art.º173.º tem natureza cautelar, uma vez que não tem uma finalidade probatória imediata ou dele sequer resulta a obtenção de um meio de prova; do que se trata é de garantir a eficácia do meio de obtenção de prova exame.

PERGUNTA 2

No seu entender, a aplicação do artigo 173º consiste numa restrição ao direito à liberdade da pessoa? Em que medida e qual a sua finalidade? Como considera essa restrição? Atendendo ao artigo 27º, nº 2 e 3 da CRP, em que âmbito se enquadra essa restrição? Tem fundamento constitucional?

RESPOSTA: Sendo certo que, em função da utilização do art.º173.º do CPP, a pessoa ficará impedida de se deslocar de acordo com a sua vontade, parece-me óbvio que se trata de uma limitação da liberdade ambulatoria. A mesma tem por finalidade garantir a eficácia do exame como meio de obtenção de prova, razão pela qual a sua medida temporária será só e apenas aquela que, em condições de normalidade, seja a necessária para alcançar tal objectivo.

O fundamento constitucional de tal medida é a realização da justiça na sua tríplice dimensão: como direito fundamental, como garantia de tutela de direitos e interesses e como finalidade estruturante da razão de ser do próprio estado

Não me impressiona minimamente o facto de tal limitação da liberdade não estar prevista no art.º27 da CRP, uma vez que este preceito rege apenas na globalidade as limitações da liberdade, não impedindo outros preceitos de igualmente o fazer, ninguém coloca em causa a limitação de liberdade causada por, v.g. uma operação de fiscalização de trânsito ou uma operação especial de armas e estas limitações também não comportam expressa previsão constitucional.

PERGUNTA 3

Na sua opinião, como se considera uma pessoa indispensável à realização de um Exame? A indispensabilidade da pessoa é baseada em que pressupostos? Como e quem pode aferir que uma pessoa é indispensável à realização do Exame no local? Quem pode ser alvo desta medida?

RESPOSTA: Pessoa indispensável será aquela cuja omissão no exame importa a perda ou inutilização da sua eficácia probatória.

Os pressupostos são: a existência de um crime ou, pelo menos da sua aparência, a necessidade de realizar exame a pessoa que se pretende afastar e a indispensabilidade da sua presença.

O juízo da indispensabilidade terá de ser efectuado pela autoridade judiciária ou, na sua falta, pelo órgão de polícia criminal

Qualquer pessoa pode ser alvo da medida.

PERGUNTA 4

Como conceptualiza a expressão *força pública* do artigo 173º do CPP? Como entende a expressão “auxílio da força pública”? Em que medida é que este auxílio é prestado aos OPC?

RESPOSTA: A força pública será o conjunto de funcionários do estado a quem, por missão legal, cumpre utilizar a força física no desempenho das suas atribuições.

O auxílio deve ser prestado sempre que for necessário reter, pela força, uma pessoa no local do exame.

PERGUNTA 5

No seu entender, que consequências acarreta a recusa da ou das pessoas a permanecer no local do Exame? Utiliza-se somente a «força pública» para a obrigar a permanecer ou deve recorrer-se ao crime de desobediência?

RESPOSTA: A única consequência parece-me ser o recurso à utilização da força para obrigar o examinando a permanecer no local até ser finda a necessidade da sua presença, Não entendo que o crime de desobediência tenha cabimento no caso, não só porque a lei não o prevê para o caso concreto, mas também porque expressamente prevê a consequência da desobediência: a utilização da força.

PERGUNTA 6

Atendendo ao facto do 173º ser uma medida restritiva da liberdade, e que enuncia a utilização da «força pública» para fazer cumprir essa medida, é ou não é plausível a cominação do crime de desobediência por parte das autoridades (policiais) presentes no local do crime? Porquê? No seu entender, qual foi a razão de se ter retirado a previsão legal “sob pena de desobediência” que existia no artigo 177º do CPP de 1929? Qual a razão do actual CPP manter a previsão legal do crime de desobediência, nomeadamente no artigo 88º?

RESPOSTA: Como já afirmei entendo que o crime de desobediência não tem aqui lugar.

A lei não o prevê expressamente e, pelo contrário, prevê uma consequência da recusa de cooperação: a utilização da força, razão pela qual, violaria o princípio da necessidade a cominação do crime de desobediência, é que a lei considera como suficiente a utilização da força.

A retirada da expressão “sob pena de desobediência” mas não é que a conformação da lei ordinária com o princípio constitucional da necessidade.

O crime de desobediência tipificado no art.º88 do CPP nada tem a ver com a situação em análise, uma vez que aí está em causa apenas e só a divulgação de elementos constantes de um processo penal.

Anexo 7 – Inspeções das EIJ no ano de 2009

Total de Inspeções no Ano de 2009				
	S/ recolha	C/ recolha		Total
		Lofoscópico	Biológico	
Açores	1.064	385	68	1.517
Aveiro	687	197	14	898
Beja	119	32	4	155
Braga	1.368	442	19	1.829
Bragança	85	71	0	156
C. Branco	117	41	4	162
Coimbra	1.615	328	56	1.999
Évora	209	126	8	343
Faro	1.027	403	11	1.441
Guarda	249	16	4	269
Leiria	690	302	37	1.029
Lisboa	4.198	2.082	196	6.476
Madeira	656	236	8	900
Porto	5.106	1.275	28	6.409
Portalegre	52	40	2	94
Santarém	352	183	9	544
Setúbal	1.643	376	65	2.084
V. Castelo	214	70	4	288
Vila Real	149	33	1	183
Viseu	239	40	7	286
Totais	19.839	6.678	545	27.062

INSPECÇÕES EFECTUADAS																				
	Residências				Estabelecimentos				Veículos				Interior de Veículo				Outros			
	S/ recolha	C/ recolha		Total de inspecções	S/ recolha	C/ recolha		Total de inspecções	S/ recolha	C/ recolha		Total de inspecções	S/ recolha	C/ recolha		Total de inspecções	S/ recolha	C/ recolha		Total de inspecções
		Lofo	Bio			Lofo	Bio			Lofo	Bio			Lofo	Bio			Lofo	Bio	
Açores	355	145	18	518	174	89	11	274	58	17	2	77	249	53	7	309	228	81	30	339
Aveiro	214	76	10	300	131	51	1	183	103	34	0	137	187	27	0	214	52	9	3	64
Beja	21	7	2	30	36	9	0	45	15	6	0	21	22	7	0	29	25	3	2	30
Braga	138	71	3	212	291	165	11	467	227	97	4	328	587	87	0	674	125	22	1	148
Bragança	11	15	0	26	40	41	0	81	0	0	0	0	29	11	0	40	5	4	0	9
C. Branco	16	9	1	26	22	15	0	37	41	9	0	50	20	7	3	30	18	1	0	19
Coimbra	304	94	20	418	245	88	13	346	318	60	13	391	607	57	6	670	141	29	4	174
Évora	32	22	0	54	38	53	1	92	18	18	4	40	47	19	0	66	74	14	3	91
Faro	324	141	3	468	264	83	3	350	172	80	0	252	220	66	0	286	47	33	5	85
Guarda	25	3	0	28	73	7	3	83	53	3	0	56	39	1	0	40	59	2	1	62
Leiria	206	103	6	315	199	112	16	327	166	39	7	212	63	28	2	93	56	20	6	82
Lisboa	2.007	766	54	2.827	536	392	56	984	866	469	20	1.355	274	101	11	386	515	354	55	924
Madeira	236	80	4	320	145	53	2	200	41	13	1	55	145	68	0	213	89	22	1	112
Porto	1.590	361	17	1.968	801	261	9	1.071	1.628	377	2	2.007	652	158	0	810	435	118	0	553
Portalegre	12	11	0	23	22	18	0	40	3	0	0	3	8	6	0	14	7	5	2	14
Santarém	98	42	1	141	103	54	5	162	64	49	2	115	63	30	0	93	24	8	1	33
Setúbal	479	76	17	572	378	99	25	502	482	140	8	630	218	27	10	255	86	34	5	125
V. Castelo	38	7	0	45	60	34	2	96	3	3	0	6	87	17	0	104	26	9	2	37
Vila Real	19	0	0	19	85	25	1	111	26	7	0	33	19	0	0	19	0	1	0	1
Viseu	44	10	0	54	79	19	2	100	89	11	5	105	3	0	0	3	24	0	0	24
Totais	6.169	2.039	156	8.364	3.722	1.668	161	5.551	4.373	1.432	68	5.873	3.539	770	39	4.348	2.036	769	121	2.926